

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	11
---	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	132
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	133
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	135
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	136
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.796.478
Preferenciais	157.727
Total	5.954.205
Em Tesouraria	
Ordinárias	30
Preferenciais	1.812
Total	1.842

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	38.602.762	42.271.744
1.01	Ativo Circulante	6.661.645	8.627.912
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.255.907	949.967
1.01.02	Aplicações Financeiras	181.823	177.869
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	181.823	177.869
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	181.823	177.869
1.01.03	Contas a Receber	1.774.005	1.383.264
1.01.03.01	Clientes	1.774.005	1.383.264
1.01.04	Estoques	41.548	45.305
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.335	74.724
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.335	74.724
1.01.07	Despesas Antecipadas	160.772	155.513
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.161.255	5.841.270
1.01.08.03	Outros	2.161.255	5.841.270
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	32.369	380.963
1.01.08.03.02	Outros Tributos	481.508	485.428
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.115.961	1.198.219
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.499	3.499
1.01.08.03.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	2.589	5.174
1.01.08.03.06	Ativos Mantidos para Venda	274.131	3.464.478
1.01.08.03.07	Demais Ativos	251.198	303.509
1.02	Ativo Não Circulante	31.941.117	33.643.832
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.864.319	9.721.728
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.218	4.827
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	4.218	4.827
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	86.014	105.813
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	7.520.724	5.202.853
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	7.520.724	5.202.853
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.253.363	4.408.235
1.02.01.10.03	Outros Tributos	1.143.520	1.232.879
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.024.973	3.092.011
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	52.659	50.680
1.02.01.10.06	Demais Ativos	32.211	32.665
1.02.02	Investimentos	10.854.506	14.497.222
1.02.02.01	Participações Societárias	10.854.506	14.497.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.840.434	14.483.150
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	14.072	14.072
1.02.03	Imobilizado	7.117.209	7.120.511
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.293.229	6.369.139
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	703.880	659.131
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	120.100	92.241
1.02.04	Intangível	2.105.083	2.304.371
1.02.04.01	Intangíveis	2.105.083	2.304.371
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.040.140	2.225.787
1.02.04.01.03	Software	39.847	52.567

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	12.573	12.489
1.02.04.01.05	Outros	12.523	13.528

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	38.602.762	42.271.744
2.01	Passivo Circulante	2.686.890	2.577.353
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132.521	159.382
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	132.521	159.382
2.01.02	Fornecedores	832.781	1.025.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	832.781	1.025.052
2.01.02.01.01	Fornecedores	764.357	788.447
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	68.424	236.605
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	435.788	319.569
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	435.788	319.569
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.469	5.149
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	431.319	314.420
2.01.05	Outras Obrigações	884.233	786.746
2.01.05.02	Outros	884.233	786.746
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.775	4.761
2.01.05.02.04	Outros Tributos	218.778	172.674
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	55.248	54.894
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.152
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	9.315	0
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	130.832	114.652
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	465.285	438.613
2.01.06	Provisões	401.567	286.604
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	401.567	286.604
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	375	7.195
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	82.507	108.652
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	318.685	170.757
2.02	Passivo Não Circulante	27.840.399	22.044.065
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.061.113	10.305.594
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	13.061.113	10.305.594
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.873.772	3.680.314
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.187.341	6.625.280
2.02.02	Outras Obrigações	12.720.354	9.687.951
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.315.676	783.404
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.315.676	783.404
2.02.02.02	Outros	11.404.678	8.904.547
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	964.151	935.401
2.02.02.02.04	Programa de Refinanciamento Fiscal	191.874	208.790
2.02.02.02.05	Outros Tributos	545.003	538.308
2.02.02.02.06	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	6.245.129	4.469.749
2.02.02.02.07	Arrendamentos a Pagar	577.539	541.707
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	2.880.982	2.210.592
2.02.03	Tributos Diferidos	0	12.085
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.085
2.02.04	Provisões	2.058.932	2.038.435
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.058.932	2.038.435
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	188.477	138.998

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	627.730	555.719
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	658.490	633.012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	584.235	710.706
2.03	Patrimônio Líquido	8.075.473	17.650.326
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.879.433	3.873.456
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	5.977	0
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.379.234	1.379.234
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-27.417.403	-17.727.954
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-124.421	-233.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	772.470	1.579.128	956.825	1.952.376
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-669.788	-1.350.764	-772.552	-1.572.791
3.03	Resultado Bruto	102.682	228.364	184.273	379.585
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.594.298	-7.743.848	-1.429.006	-1.459.523
3.04.01	Despesas com Vendas	-125.922	-266.668	-210.999	-426.830
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-206.232	-423.780	-208.291	-430.763
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	129.977	281.274	417.994	1.305.629
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-34	-66.021	5.062	-38.927
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.392.087	-7.268.653	-1.432.772	-1.868.632
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.491.616	-7.515.484	-1.244.733	-1.079.938
3.06	Resultado Financeiro	-917.768	-2.186.050	-338.870	91.012
3.06.01	Receitas Financeiras	2.426.322	10.545.930	27.675	1.161.044
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.344.090	-12.731.980	-366.545	-1.070.032
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.409.384	-9.701.534	-1.583.603	-988.926
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	12.085	24.558	-1.716
3.08.01	Corrente	0	0	89	-1.716
3.08.02	Diferido	0	12.085	24.469	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.409.384	-9.689.449	-1.559.045	-990.642
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.409.384	-9.689.449	-1.559.045	-990.642
3.99.01.01	ON	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.01.02	PN	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.02.01	ON	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.02.02	PN	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.409.384	-9.689.449	-1.559.045	-990.642
4.02	Outros Resultados Abrangentes	56.645	108.619	-22.681	11.507
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	1.152	-11.564	0
4.02.02	Ganho Atuarial	55.747	55.747	0	0
4.02.03	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	898	51.720	-11.117	11.507
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.352.739	-9.580.830	-1.581.726	-979.135

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-612.032	-938.695
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	385.722	597.660
6.01.01.01	Prejuízo antes das Tributações	-9.701.534	-988.926
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	8.155.999	-65.893
6.01.01.03	Amortização do Desconto das Dívidas e Variações Monetárias e Cambiais	-6.431.898	624.997
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Outros Passivos	43.349	38.008
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	127.581	-54.081
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	760.600	895.211
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	25.381	71.079
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	3.500	-17.823
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	7.268.653	1.868.632
6.01.01.10	Resultado na Baixa de Bens	24.663	15.387
6.01.01.11	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	29.669	43.412
6.01.01.12	Participação de Empregados e Administradores	5.977	5.433
6.01.01.13	Recuperação de Tributos	-74.458	-1.488.993
6.01.01.14	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	181.387	86.590
6.01.01.15	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	2.433	5.225
6.01.01.16	Outros	-35.580	-440.598
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-646.396	-886.064
6.01.02.01	Contas a Receber	-416.121	-59.104
6.01.02.02	Estoques	4.216	2.177
6.01.02.03	Tributos	130.961	-72.519
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	921	9.354
6.01.02.05	Fornecedores	-301.308	-400.889
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-26.862	-62.614
6.01.02.07	Autorizações e Concessões	0	-51.898
6.01.02.08	Provisões	-88.005	-185.241
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	49.802	-65.330
6.01.03	Outros	-351.358	-650.291
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-351.358	-603.935
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	0	-2.766
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	0	-43.590
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.979.221	-1.730.227
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-449.458	-470.956
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Recebimentos	365.292	162
6.02.03	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	0	3
6.02.04	Caixa Recebido por Redução de Capital em Controlada - PT Participações	2.933.982	0
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-39.690	-238.609
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	248.727	268.573
6.02.07	Aumento de Capital em Controladas	-179.632	9.600
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-900.000	-1.299.000

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-221.342	3.879.299
6.03.01	Pagamentos de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-1.824	-84
6.03.02	Recebimento/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-128.733	59.310
6.03.03	Aumento de Capital	0	4.000.000
6.03.04	Prêmio de Compromisso a Investidores	0	-58.489
6.03.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	-18.994	-62.970
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	-26
6.03.07	Arrendamentos	-71.791	-55.870
6.03.08	Recompra de Ações	0	-2.572
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	160.093	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.305.940	1.210.377
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	949.967	1.669.059
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.255.907	2.879.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.977	0	0	0	5.977
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	5.977	0	0	0	5.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.689.449	108.619	-9.580.830
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.689.449	0	-9.689.449
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	108.619	108.619
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	108.619	108.619
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.879.433	0	-27.417.403	-925.494	8.075.473

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.881.117	0	0	0	4.381.583
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719
5.04.10	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799
5.04.11	Acordo Pharol	0	2.509.479	0	0	0	2.509.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-990.642	-402.503	-1.393.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-990.642	0	-990.642
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-402.503	-402.503
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-414.010	-414.010
5.05.02.07	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	11.507	11.507
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.610.862	0	-18.520.750	-988.291	25.640.758

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	2.330.584	3.810.758
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.075.064	2.576.100
7.01.02	Outras Receitas	280.901	1.305.737
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-25.381	-71.079
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-947.998	-1.201.640
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-34.034	-50.492
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-882.058	-1.102.609
7.02.04	Outros	-31.906	-48.539
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.382.586	2.609.118
7.04	Retenções	-974.411	-983.107
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-760.600	-895.211
7.04.02	Outras	-213.811	-87.896
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-184.887	-68.767
7.04.02.02	Outras Despesas	-28.924	-19.129
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	408.175	1.626.011
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.277.277	-707.588
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.268.653	-1.868.632
7.06.02	Receitas Financeiras	10.545.930	1.161.044
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.685.452	918.423
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.685.452	918.423
7.08.01	Pessoal	158.274	168.822
7.08.01.01	Remuneração Direta	108.646	117.275
7.08.01.02	Benefícios	36.921	36.930
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.241	11.096
7.08.01.04	Outros	2.466	3.521
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	385.149	479.737
7.08.02.01	Federais	-28.513	-37.278
7.08.02.02	Estaduais	403.051	509.242
7.08.02.03	Municipais	10.611	7.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.831.478	1.260.506
7.08.03.01	Juros	12.594.643	1.048.735
7.08.03.02	Aluguéis	236.835	211.771
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.689.449	-990.642
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.689.449	-990.642

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	73.152.082	71.891.822
1.01	Ativo Circulante	19.175.662	17.993.281
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.850.653	2.081.945
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.362	183.850
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	189.362	183.850
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	189.362	183.850
1.01.03	Contas a Receber	6.436.566	6.334.526
1.01.03.01	Clientes	6.436.566	6.334.526
1.01.04	Estoques	309.301	326.934
1.01.06	Tributos a Recuperar	484.061	542.726
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	484.061	542.726
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.067.797	670.344
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.837.922	7.852.956
1.01.08.03	Outros	4.837.922	7.852.956
1.01.08.03.01	Outros Tributos	1.636.852	1.089.391
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.471.739	1.514.464
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	426
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.227	5.430
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	510.260	4.391.090
1.01.08.03.06	Demais Ativos	1.215.844	852.155
1.02	Ativo Não Circulante	53.976.420	53.898.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.785.983	10.856.077
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	32.635	33.942
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	32.635	33.942
1.02.01.07	Tributos Diferidos	122.989	99.175
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.989	99.175
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	560.433	583.736
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.069.926	10.139.224
1.02.01.10.03	Outros Tributos	2.353.108	2.995.559
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.274.777	6.651.383
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	55.922	54.615
1.02.01.10.06	Demais Ativos	386.119	437.667
1.02.02	Investimentos	122.149	133.765
1.02.02.01	Participações Societárias	122.149	133.765
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	47.676	48.578
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	27.434	28.632
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	47.039	56.555
1.02.03	Imobilizado	40.424.031	38.910.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.885.487	28.846.916
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.384.257	7.905.591
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.154.287	2.158.327
1.02.04	Intangível	3.644.257	3.997.865
1.02.04.01	Intangíveis	3.644.257	3.997.865
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.708.411	2.967.706
1.02.04.01.03	Software	818.698	902.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	38.637	12.364
1.02.04.01.05	Outros	78.511	115.539

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	73.152.082	71.891.822
2.01	Passivo Circulante	11.914.661	11.835.917
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	809.682	852.585
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	809.682	852.585
2.01.02	Fornecedores	4.340.304	5.593.940
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.340.304	5.593.940
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.757.631	4.794.309
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	582.673	799.631
2.01.03	Obrigações Fiscais	38.629	66.654
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.629	66.654
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	38.629	66.654
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	453.899	326.388
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	453.899	326.388
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.621	11.968
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	432.278	314.420
2.01.05	Outras Obrigações	5.578.662	4.448.354
2.01.05.02	Outros	5.578.662	4.448.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.743	5.731
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.152
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.765.581	886.763
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	91.049	86.721
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	67.292	58.582
2.01.05.02.08	Arrendamentos a Pagar	1.632.434	1.510.097
2.01.05.02.09	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	171.279	494.295
2.01.05.02.10	Demais Obrigações	1.845.284	1.405.013
2.01.06	Provisões	693.485	547.996
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	693.485	547.996
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	13.223	21.758
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	185.543	208.317
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	494.719	317.921
2.02	Passivo Não Circulante	53.073.509	42.259.399
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.661.284	17.900.361
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.661.284	17.900.361
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.652.837	8.693.491
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.008.447	9.206.870
2.02.02	Outras Obrigações	22.040.856	19.022.342
2.02.02.02	Outros	22.040.856	19.022.342
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos a Recuperação Judicial	3.780.249	3.293.427
2.02.02.02.04	Outros Tributos	1.246.766	1.224.038
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	7.109.673	6.639.929
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	305.070	330.782
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	9.599.098	7.534.166
2.02.04	Provisões	5.371.369	5.336.696
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.371.369	5.336.696
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.145.581	1.029.190
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.792.722	1.842.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	658.490	633.012
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.774.576	1.831.779
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.163.912	17.796.506
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.538.937
2.03.02	Reservas de Capital	3.879.433	3.873.456
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-33.315	-33.315
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	5.977	0
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.379.234	1.379.234
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-27.417.403	-17.727.954
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-801.073	-801.073
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-124.421	-233.040
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	88.439	146.180

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.543.750	9.292.273	5.091.345	10.221.381
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.623.254	-7.288.378	-3.859.613	-7.733.082
3.03	Resultado Bruto	920.496	2.003.895	1.231.732	2.488.299
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.286.697	-2.181.956	-1.530.013	-1.861.631
3.04.01	Despesas com Vendas	-721.073	-1.483.929	-889.997	-1.758.287
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-675.655	-1.389.115	-689.444	-1.379.855
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	551.520	1.439.181	596.737	2.140.729
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-441.972	-778.838	-546.645	-862.929
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	483	30.745	-664	-1.289
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-366.201	-178.061	-298.281	626.668
3.06	Resultado Financeiro	-3.126.608	-9.602.581	-1.373.681	-1.575.411
3.06.01	Receitas Financeiras	856.360	4.240.913	-20.459	1.330.321
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.982.968	-13.843.494	-1.353.222	-2.905.732
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.492.809	-9.780.642	-1.671.962	-948.743
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-591	33.452	-37.283	-81.739
3.08.01	Corrente	-591	9.638	17.176	-5.217
3.08.02	Diferido	0	23.814	-54.459	-76.522
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.493.400	-9.747.190	-1.709.245	-1.030.482
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.493.400	-9.747.190	-1.709.245	-1.030.482
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.409.384	-9.689.449	-1.559.045	-990.642
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-84.016	-57.741	-150.200	-39.840
3.99.01.01	ON	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.01.02	PN	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.02.01	ON	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17
3.99.02.02	PN	-0,57	-1,63	-0,26	-0,17

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.493.400	-9.747.190	-1.709.245	-1.030.482
4.02	Outros Resultados Abrangentes	56.645	108.619	120.836	26.587
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	1.152	-11.564	0
4.02.02	Ganho Atuarial	55.747	55.747	0	0
4.02.03	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	898	51.720	132.400	26.587
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.436.755	-9.638.571	-1.588.409	-1.003.895
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.352.739	-9.580.830	-1.581.726	-979.135
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-84.016	-57.741	-6.683	-24.760

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.840.624	-253.148
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.347.864	2.482.130
6.01.01.01	Prejuízo antes das Tributações	-9.780.642	-948.743
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	10.594.189	539.426
6.01.01.03	Amortização do Desconto das Dívidas e Variações Monetárias e Cambiais	-2.598.494	538.667
6.01.01.04	Ajuste a Valor Justo de Outros Passivos	131.252	513.893
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	127.581	-54.081
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	3.435.963	3.419.064
6.01.01.07	Perdas Esperadas em Contas a Receber de Clientes	266.054	267.486
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	63.485	113.777
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-30.745	1.289
6.01.01.10	Ganho na Venda de Investimentos	-79.114	0
6.01.01.11	Resultado na Baixa de Bens	-24.815	-821
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	158.349	183.511
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	34.760	38.699
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-273.113	-2.011.331
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	377.374	182.377
6.01.01.16	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	4.452	9.142
6.01.01.17	Outros	-58.672	-310.225
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75.267	-1.960.107
6.01.02.01	Contas a Receber	-367.696	-427.763
6.01.02.02	Estoques	33.592	-1.773
6.01.02.03	Tributos	1.196.610	-353.534
6.01.02.04	Acréscimos/Decréscimos em Aplicações Financeiras	974	15.044
6.01.02.05	Fornecedores	-731.537	-332.797
6.01.02.06	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-71.686	-160.152
6.01.02.07	Autorizações e Concessões	-41.209	-127.313
6.01.02.08	Provisões	-218.601	-292.390
6.01.02.09	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	210.896	27.542
6.01.02.10	Outras Contas Ativas e Passivas	-86.610	-306.971
6.01.03	Outros	-431.973	-775.171
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-352.074	-604.918
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Outros	0	-351
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-33.430	-29.557
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-46.469	-140.345
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	283.819	-3.183.326
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-3.949.574	-3.263.868
6.02.02	Recursos Obtidos na Venda de Investimentos e Ativos Fixos	129.984	67.564
6.02.03	Caixa Recebido na Venda de Investimentos - PT Ventures	3.912.601	0
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-158.426	-392.335
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	349.234	405.313
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.429.768	3.111.987
6.03.01	Captções Líquidas de Custos	2.473.319	0

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos	-4.919	-84
6.03.03	Recebimento/(Pagamentos) de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	-128.733	59.310
6.03.04	Aumento de Capital	0	4.000.000
6.03.05	Prêmio de Compromisso a Investidores	0	-58.489
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-28.135	-102.414
6.03.07	Arrendamentos	-881.764	-783.764
6.03.08	Recompra de Ações	0	-2.572
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	214.497	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.768.708	-324.487
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.081.945	4.385.329
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.850.653	4.060.842

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326	146.180	17.796.506
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.538.937	3.873.456	0	-17.727.954	-1.034.113	17.650.326	146.180	17.796.506
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.977	0	0	0	5.977	0	5.977
5.04.08	Remuneração Baseada em Ações	0	5.977	0	0	0	5.977	0	5.977
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.689.449	108.619	-9.580.830	-57.741	-9.638.571
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.689.449	0	-9.689.449	-57.741	-9.747.190
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	108.619	108.619	0	108.619
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	108.619	108.619	0	108.619
5.07	Saldos Finais	32.538.937	3.879.433	0	-27.417.403	-925.494	8.075.473	88.439	8.163.912

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.881.117	0	0	0	4.381.583	0	4.381.583
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719	0	3.719
5.04.10	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799	0	-2.462.799
5.04.11	Acordo Pharol	0	2.509.479	0	0	0	2.509.479	0	2.509.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-990.642	-402.503	-1.393.145	-24.760	-1.417.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-990.642	0	-990.642	-39.840	-1.030.482
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-402.503	-402.503	15.080	-387.423
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-414.010	-414.010	0	-414.010
5.05.02.07	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	11.507	11.507	15.080	26.587
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.610.862	0	-18.520.750	-988.291	25.640.758	218.731	25.859.489

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	12.973.559	14.990.090
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.835.792	13.128.829
7.01.02	Outras Receitas	1.403.821	2.128.747
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-266.054	-267.486
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.666.512	-5.242.457
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-277.408	-349.801
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.969.343	-4.428.722
7.02.04	Outros	-419.761	-463.934
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.307.047	9.747.633
7.04	Retenções	-4.140.413	-4.028.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.435.963	-3.419.064
7.04.02	Outras	-704.450	-609.512
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-440.093	-296.154
7.04.02.02	Outras Despesas	-264.357	-313.358
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.166.634	5.719.057
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.271.658	1.329.032
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.745	-1.289
7.06.02	Receitas Financeiras	4.240.913	1.330.321
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.438.292	7.048.089
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.438.292	7.048.089
7.08.01	Pessoal	1.029.995	1.068.782
7.08.01.01	Remuneração Direta	720.183	748.391
7.08.01.02	Benefícios	214.541	223.386
7.08.01.03	F.G.T.S.	68.113	68.479
7.08.01.04	Outros	27.158	28.526
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.474.670	2.868.844
7.08.02.01	Federais	272.195	419.782
7.08.02.02	Estaduais	2.063.720	2.303.176
7.08.02.03	Municipais	138.755	145.886
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.680.817	4.140.945
7.08.03.01	Juros	13.519.492	2.804.380
7.08.03.02	Aluguéis	1.161.325	1.336.565
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.747.190	-1.030.482
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.689.449	-990.642
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-57.741	-39.840

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

OI 2T20

RELATÓRIO TRIMESTRAL



Relações com Investidores | 13 de agosto de 2020

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESTAQUES 2T20****Divulgação de Resultados**

13 de agosto de 2020

Teleconferência em Inglês

14 de agosto de 2020

10:00h [Brasília]

09:00h [NY] / 13:00h [UK]

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: US: +1 [646] 843 6054 | +55 [11] 2188-0155

Senha: Oi

Replay disponível até 21/08/2020:

+55 [11] 2188-0400

Senha do Replay: Oi

Teleconferência em Português

14 de agosto de 2020

10:00h [Brasília]

09:00h [NY] / 13:00h [UK]

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +55 [11] 2188-0155 | +1 646 843 6054

Senha: Oi

Replay disponível até 21/08/2020:

+55 [11] 2188-0400

Senha do Replay: Oi

TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA**Informações e Resultados Consolidados [Não Auditados]**

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial [“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”] – e de suas subsidiárias no segundo trimestre de 2020.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES 2T20



DESTAQUES DAS OPERAÇÕES BRASILEIRAS

O PLANO ESTRATÉGICO DE TRANSFORMAÇÃO ESTÁ SENDO EXECUTADO COM SUCESSO

PROJETO FTTH

6,7

Milhões de casas passadas

1,3

Milhões de casas conectadas

-4%

De queda nas queixas do serviço de banda larga

Lider em crescimento de casas conectadas, conectando mais que os 3 outros competidores em conjunto

OPERAÇÕES

Resiliência da móvel com receita pós-paga crescendo 6,5% a/a

Integrador de soluções em TIC, com TI atingindo 21% do total das receitas corporativas

Grande redução do foco no cobre e DTH, acelerando o declínio, mas redirecionando os recursos financeiros para o projeto FTTH

EFICIÊNCIA E SIMPLIFICAÇÃO

685

Milhões em redução de custos em 2020 YTD

Diversas iniciativas de Simplificação, Reorganização, Digitalização e Desinvestimento dos serviços legados em implementação.

1 Bilhão de impacto anualizado estimado de redução de custos em 2020

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Assembleia Geral de Credores (AGC) Esperada para o início de setembro

Stalking horse definido para Torres e Data Centers e ofertas vinculantes recebidas pela Móvel

Preparação para Separação Estrutural da Infra Co e Client Co em progresso com o projeto Júpiter

A COMPANHIA ESTÁ ENTREGANDO OS SEUS COMPROMISSOS E PAVIMENTANDO O CAMINHO PARA UMA MUDANÇA SUSTENTÁVEL NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESTAQUES 2T20

Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Oi S.A. Consolidado								
Receita Líquida Total	4.544	5.091	4.749	-10,8%	-4,3%	9.292	10.221	-9,1%
EBITDA de Rotina	1.359	1.599	1.533	-15,0%	-11,4%	2.891	3.226	-10,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	29,9%	31,4%	32,3%	-1,5 p.p.	-2,4 p.p.	62,2%	63,1%	-0,9 p.p.
Lucro [Prejuízo] Líquido atribuído aos acionistas controladores	-3.409	-1.559	-8.280	118,7%	n.m.	-9.889	-991	n.m.
Dívida Líquida	20.043	12.573	18.131	59,4%	10,5%	38.174	22.679	68,3%
Caixa Disponível	6.073	4.296	6.310	41,4%	-3,8%	12.382	10.562	17,2%
CAPEX	1.758	2.061	1.794	-14,7%	-2,0%	3.552	3.786	-6,2%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
BRASIL								
Unidades Geradoras de Receita [Mil]	52.326	55.870	52.654	-6,3%	-0,6%	52.326	55.870	-6,3%
Residencial	11.786	14.011	12.068	-15,9%	-2,3%	11.786	14.011	-15,9%
Mobilidade Pessoal	33.988	34.701	33.946	-2,1%	0,1%	33.988	34.701	-2,1%
B2B	6.395	6.761	6.481	-5,4%	-1,3%	6.395	6.761	-5,4%
Telefones públicos	158	398	159	-60,2%	-0,7%	158	398	-60,2%
Receita Líquida Total	4.490	5.046	4.700	-11,0%	-4,5%	9.189	10.132	-9,3%
Receita Líquida de Serviços ⁽¹⁾	4.478	5.004	4.678	-10,5%	-4,3%	9.156	10.042	-8,8%
Residencial	1.583	1.857	1.654	-14,8%	-4,3%	3.237	3.738	-13,4%
Mobilidade Pessoal	1.607	1.691	1.681	-5,0%	-4,4%	3.288	3.390	-3,0%
Clientes	1.549	1.633	1.623	-5,2%	-4,6%	3.172	3.257	-2,6%
B2B	1.265	1.418	1.317	-10,8%	-4,0%	2.582	2.834	-8,9%
Receita Líquida de Clientes ⁽²⁾	4.374	4.900	4.582	-10,7%	-4,5%	8.956	9.819	-8,8%
EBITDA de Rotina	1.464	1.588	1.481	-7,8%	-1,1%	2.946	3.204	-8,1%
Margem EBITDA de Rotina (%)	32,6%	31,5%	31,5%	1,1 p.p.	1,1 p.p.	32,1%	31,6%	0,4 p.p.
CAPEX	1.751	2.057	1.781	-14,9%	-1,7%	3.531	3.774	-6,4%
EBITDA de Rotina - CAPEX	-286	-469	-299	-38,9%	-4,4%	-586	-571	2,6%

(1) Exclui receita de aparelhos.

(2) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESTAQUES 2T20



IFRS 16 - Arrendamentos

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar as normas do IFRS 16 que entraram em vigor. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

Portanto, as seções deste documento são apresentadas considerando os impactos da adoção do IFRS 16.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					6 meses			Composição %	
	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano	2T20	2T19
Receita Líquida Total Consolidada	4.544	5.091	4.749	-10,8%	-4,3%	9.292	10.221	-9,1%	100%	100%
Brasil	4.490	5.046	4.700	-11,0%	-4,5%	9.189	10.132	-9,3%	98,8%	99,1%
Residencial	1.583	1.857	1.654	-14,8%	-4,3%	3.237	3.738	-13,4%	34,8%	36,5%
Mobilidade Pessoal	1.619	1.732	1.702	-6,5%	-4,9%	3.321	3.477	-4,5%	35,6%	34,0%
B2B	1.265	1.419	1.317	-10,9%	-4,0%	2.582	2.837	-9,0%	27,8%	27,9%
Outros serviços	24	38	26	-37,1%	-10,3%	50	80	-37,5%	0,5%	0,7%
Operações Internacionais	54	45	49	19,7%	10,5%	103	89	15,4%	1,2%	0,9%
Brasil										
Receita Líquida de Serviços	4.478	5.004	4.678	-10,5%	-4,3%	9.156	10.042	-8,8%	98,5%	98,3%
Receita Líquida de Clientes	4.374	4.900	4.582	-10,7%	-4,5%	8.956	9.819	-8,8%	96,3%	96,2%

No 2T20, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 4.544 milhões, queda de 10,8% em relação ao 2T19 e de 4,3% em relação ao trimestre anterior. No trimestre, a receita líquida das operações brasileiras (“Brasil”) totalizou R\$ 4.490 milhões [-11,0% em comparação com o 2T19 e -4,5% em relação ao 1T20] e a receita líquida das operações internacionais (África e Timor Leste) totalizou R\$ 54 milhões, apresentando um crescimento de 19,7% em relação ao 2T19 e de 10,5% em relação ao trimestre anterior.

BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 4.490 milhões no trimestre, redução de 11,0% na comparação com o 2T19. A queda mais acelerada se deu, principalmente, pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e as políticas de confinamento adotadas no Brasil, mas reflete também a estratégia da Oi de desinvestimento nos serviços legados (cobre e DTH) nos segmentos Residencial e B2B, sendo parcialmente compensada pela expansão dos serviços com perfil de crescimento de receita – Fibra, TI e pós pago.

A comparação com o trimestre anterior foi influenciada pelos mesmos fatores, apresentando uma redução de 4,5%.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de venda de aparelhos, totalizou R\$ 4.478 milhões no 2T20, -10,5% em comparação ao 2T19 e -4,3% em comparação ao 1T20. A receita líquida total de clientes, que exclui a receita de venda de aparelhos e de uso de rede, totalizou R\$ 4.374 milhões no período, -10,7% versus o 2T19 e -4,5% versus o 1T20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Residencial

Tabela 3 – Receita Líquida e UGRs do segmento Residencial

	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.583	1.857	1.654	-14,8%	-4,3%	3.237	3.738	-13,4%
Cobre	957	1.390	1.058	-31,2%	-9,6%	2.015	2.818	-28,5%
Voz Fixa	593	854	651	-30,6%	-8,8%	1.243	1.753	-29,1%
Banda Larga	364	536	408	-32,1%	-10,7%	772	1.065	-27,5%
TV DTH	371	428	402	-13,3%	-7,8%	773	857	-9,8%
Fibra	255	39	194	549,9%	31,8%	449	63	611,1%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	11.786	14.011	12.068	-15,9%	-2,3%	11.786	14.011	-15,9%
Cobre	8.140	12.074	9.058	-32,6%	-10,1%	8.140	12.074	-32,6%
Linhas fixas em serviço	5.364	7.613	5.887	-29,5%	-8,9%	5.364	7.613	-29,5%
Banda Larga	2.776	4.461	3.171	-37,8%	-12,5%	2.776	4.461	-37,8%
TV DTH	1.234	1.545	1.306	-20,1%	-5,5%	1.234	1.545	-20,1%
Fibra	2.411	392	1.704	515,7%	41,5%	2.411	392	515,7%
Linhas fixas em serviço	1.146	158	792	626,4%	44,7%	1.146	158	626,4%
Banda Larga	1.194	210	845	467,2%	41,3%	1.194	210	467,2%
IPTV	72	23	67	207,5%	6,9%	72	23	207,5%
Casas Conectadas - FTTH	1.236	219	889	463,7%	39,0%	1.236	219	463,7%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 1.583 milhões no 2T20, queda de 14,8% em relação ao 2T19 e queda de 4,3% comparado ao 1T20. Como mencionado, estrategicamente, a Companhia reduziu os incentivos de vendas de serviços legados, contribuindo para esta queda. Além disso, há uma tendência natural de queda das demandas por serviços de voz e banda larga cobre. Em contrapartida, a estratégia da Companhia de direcionar esforços e investimentos para a execução do Plano de Expansão da Fibra, segue como a principal alavanca para a reversão da trajetória da receita do segmento. No mês de junho de 2020, observamos o crescimento das receitas ligadas aos serviços de Fibra, mais do que superar a queda das receitas dos serviços legados.

No 2T20, a Companhia seguiu acelerando os investimentos em fibra para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente, oferecendo uma melhor experiência. Além disso, como parte da estratégia de rentabilizar o segmento, a Companhia lançou novas ofertas de banda larga fibra, com velocidade de 400Mbps, ainda maiores do que as outras ofertas do mercado.

O projeto de expansão de Fibra (FTTH) continua com forte crescimento e apresentando resultados consistentes. Ao final do 2T20, a Companhia alcançou 6,7 milhões de *Homes Passed* e atingiu 1,3 milhões de *Homes Connected*, sendo 1,2 milhões no segmento Residencial, e chegando a 1,5 milhões de casa conectadas ao final do mês de julho de 2020.

No final do período, a Companhia registrou 11.786 mil UGRs no segmento Residencial, uma queda anual de 15,9% em relação ao 2T19 e de 2,3% em comparação com o trimestre anterior. A mudança no perfil das desconexões involuntárias, iniciada no último trimestre de 2019, que antecipou a régua de corte por inadimplência de 120 para 90 dias, continuou a contribuir para essa queda e naturalmente vem impactando principalmente os serviços legados. Em relação as UGRs de Fibra, apesar de bases menores, observamos a curva ascendente das conexões, finalizando o 2T20 com crescimento significativo de 41,5% na comparação trimestral e de 515,7% na comparação anual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

ARPU Residencial

O ARPU do segmento Residencial foi de R\$ 79,6 no 2T20, aumento de 0,7% em relação ao 2T19 e queda de 1,8% na comparação sequencial. O crescimento, na comparação anual, ocorreu principalmente pelo aumento do ARPU de Banda Larga e de TV DTH no período, beneficiados pela mudança do perfil de desconexões involuntárias, além do crescimento do ARPU da Fibra de 7,0%.

Voz Fixa Cobre

A Oi encerrou o 2T20 com 5.364 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 29,5% em comparação ao 2T19 e de 8,9% comparada ao 1T20. O serviço de telefonia fixa segue o processo de retração da demanda do mercado e sua crescente substituição pela telefonia móvel, mais especificamente por dados. Como consequência, o ARPU do fixo cobre, considerando a interconexão, apresentou queda de 4,9% na comparação anual, e permaneceu em linha em relação ao 1T20.

As receitas dos produtos legados continuam sofrendo uma pressão mais acentuada, visto que a Companhia continua reduzindo o foco comercial no cobre, tanto em voz quanto em banda larga, e priorizando os esforços comerciais e financeiros na aceleração do projeto de fibra, com maior potencial de geração de valor para a Companhia.

Banda Larga Cobre

No final do 2T20, a Companhia registrou 2.776 mil UGRs de banda larga fixa cobre no segmento, apresentando uma redução de 37,8% versus 2T19 e queda de 12,5% comparado ao 1T20.

A maior parte da base atual de banda larga da companhia é formada por acessos via cobre (VDSL e ADSL). Como mencionado acima, a Oi está diminuindo as ações de venda proativa do portfólio de cobre e intensificando a expansão e atividade comercial com foco no FTTH, acelerando a expansão e migração dos clientes para a fibra, principal alavanca para a retomada do crescimento, com base no seu diferencial de infraestrutura.

Além disso, a intensa competição com os players regionais que atuam na oferta de serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos, somada ao impacto da antecipação da régua de desconexões involuntárias por inadimplência de 120 para 90 dias foram os principais fatores responsáveis pela queda da base dos serviços ligados ao cobre. Esta queda também foi intensificada, neste trimestre, pelo aumento da migração de clientes para fibra, com objetivo de obter uma melhor experiência, neste período em que muitos estão trabalhando em sistema de home office, devido aos efeitos da pandemia do COVID-19.

TV DTH

A base de TV DTH do Residencial encerrou o 2T20 com 1.234 mil UGRs, apresentando uma queda de 20,1% em relação ao mesmo período de 2019 e redução de 5,5% em comparação ao 1T20.

As desconexões líquidas (*net adds*) de TV paga foram de 311 mil UGRs em relação ao 2T19 e 71 mil UGRs em relação ao 1T20. A penetração da TV paga em residências com telefonia fixa cobre alcançou 23,0% no trimestre, um crescimento anual de 2,7 p.p. e sequencial de 0,8 p.p. O ARPU do produto cresceu 6,4% comparado ao 2T19 e apresentou uma queda de 2,2% em relação ao 1T20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

A receita líquida de TV DTH apresentou queda de 13,3% comparada ao 2T19 e de 7,8% na comparação sequencial, refletindo a estratégia da companhia de alocar mais recursos para acelerar os investimentos na Fibra, que segue oferecendo também o serviço de IPTV.

FIBRA

Neste 2T20, a Companhia manteve o forte ritmo dos investimentos na expansão da rede e acessos de Fibra, encerrando o trimestre com 6,7 milhões de casas passadas com fibra (*Homes Passed – HP's*). Mais uma vez a companhia adicionou mais de 1 milhão de Homes Passed à sua base no trimestre. Uma média mensal superior a 365 mil *HP's* por mês neste 2T20, pavimentando o caminho traçado no plano estratégico de 2019 que pretende alcançar a 16 milhões de casas passadas até o final de 2021.

A Companhia encerrou o 2T20 com cerca de 1,3 milhões de casas conectadas (*Homes Connected – HC'c*) à Fibra, alcançando uma taxa de ocupação de 19,4%. Ao fim do segundo trimestre de 2020, o Oi Fibra já estava presente em 127 municípios. Em julho de 2020, alcançamos 7,1 milhões de *HP's* e aproximadamente 1,5 milhões de casas conectadas (*HC's*), avançando o *take up* [taxa de ocupação] para 20,5%. A exploração das oportunidades de FTTH tem se mostrado eficaz. No segundo trimestre de 2020, *Net adds* de FTTH foram de 357 mil clientes. Assim como no 1T20, a companhia teve adições em quantidade superior aos principais players brasileiros combinados. Apenas no mês de junho foram 137 mil adições líquidas de FTTH, o maior número desde o início do projeto de Fibra.

A companhia acompanha a evolução dos investimentos de fibra e vem aprimorando suas ações de instalação, suporte, vendas e marketing desde o início do projeto. Os resultados podem ser observados nas taxas de ocupação por safras de Casas Passadas (*HP's*). As primeiras safras de outubro de 2018 e janeiro de 2019 alcançaram taxa de ocupação de 16% e 21%, respectivamente, ao fim do 2T20. Já as safras de abril de 2019 e julho de 2019 alcançaram taxa de ocupação de 24% ao fim do mesmo período. As safras de outubro, novembro e dezembro de 2019 apresentaram evolução da taxa de ocupação ainda mais rápida e já atingem 20% neste período. As safras de 2020 possuem médias de taxas de ocupação superiores a 13% após 3 meses de instalação. O acompanhamento destes indicadores é fundamental na avaliação dos investimentos em FTTH.

Com a estratégia de aceleração da venda de FTTH, a Oi segue comercializando também o IPTV e Voz na Fibra. Ao fim do 2T20, aproximadamente 89% de nossos clientes residenciais possuíam 2 ou mais produtos de FTTH (BL, TV e Voz) enquanto que, ao fim do 2T19, esse percentual era de 72%, no trimestre anterior este percentual era de 84%. O ARPU de fibra foi de R\$ 80,7 no 2T20, incremento de 7% sobre o 2T19, quando era de R\$ 75,4 reais e queda de 4,5% na comparação sequencial (R\$ 84,5). Esta queda no ARPU se deve principalmente às ofertas do momento atual, onde a Companhia está oferecendo promoção para clientes novos com a mensalidade do primeiro mês grátis. A estratégia de comercialização do *Bundle* segue em andamento e tem demonstrado resultados satisfatórios,

A receita de Fibra alcançou R\$ 268 milhões no 2T20, destes, R\$ 255 milhões provenientes de clientes residenciais e R\$ 13 milhões de empresas (B2B). Um robusto crescimento anual de 531%, sendo 550% dentre os clientes residenciais. Na comparação trimestral, as receitas de Fibra aumentaram em 63 milhões ou 31%, nos clientes residenciais esse incremento foi de R\$ 61,5 milhões (32%). As receitas de Fibra têm ajudado a compensar parcialmente as quedas com as receitas de cobre. Enquanto no 2T19 as receitas de Fibra representavam 2,1% do total de receitas do segmento residencial, no 2T20, já representam 16,1%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Como resultado da estratégia, após longo período de declínio, em junho a receita total do segmento residencial passou a apresentar crescimento mensal, revertendo tendência estrutural, impulsionada pela forte expansão da fibra, cujo crescimento já mais que compensa a queda da receita legada (Cobre + DTH). A receita anualizada da fibra, com base na receita de junho, já se encontra acima de R\$ 1,1 bilhão de reais.

O foco estratégico da Companhia segue em alavancar a liderança em fibra e infraestrutura, maximizando valor em todos os segmentos de negócios, com base nos mais de 388 mil quilômetros de fibra que a Oi possui espalhadas pelo país.

Mobilidade Pessoal

Tabela 4 – Receita Líquida e UGRs do segmento Mobilidade Pessoal

	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.619	1.732	1.702	-6,5%	-4,9%	3.321	3.477	-4,5%
Serviços	1.607	1.691	1.681	-5,0%	-4,4%	3.288	3.390	-3,0%
Clientes ⁽¹⁾	1.549	1.633	1.623	-5,2%	-4,6%	3.172	3.257	-2,6%
Pré-pago	635	772	681	-17,7%	-6,7%	1.316	1.553	-15,2%
Pós-pago	905	850	930	6,5%	-2,7%	1.835	1.679	9,3%
Outros	8	11	12	-23,2%	-30,2%	20	25	-18,4%
Uso de Rede	58	58	57	-0,3%	1,6%	116	133	-13,2%
Material de Revenda	12	41	21	-70,8%	-44,4%	33	87	-61,9%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	33.988	34.701	33.946	-2,1%	0,1%	33.988	34.701	-2,1%
Pré-Pago	24.269	26.168	24.163	-7,3%	0,4%	24.269	26.168	-7,3%
Pós-Pago ⁽²⁾	9.719	8.533	9.784	13,9%	-0,7%	9.719	8.533	13,9%

(1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida de Mobilidade Pessoal foi de R\$ 1.619 milhões no 2T20, uma redução de 6,5% em relação ao 2T19 e de 4,9% em relação ao 1T20. Essa redução foi impactada por um cenário mais desafiador devido a pandemia no COVID-19, com fechamento de lojas e diminuição dos pontos de inserção de crédito, além dos impactos ocasionados na renda dos brasileiros. Na comparação anual, a redução foi atenuada pelo crescimento da base de clientes pós-pago, impulsionado por ofertas regionalizadas mais simples e assertivas e pela migração da base de clientes pré-pagos.

O segmento pré-pago continua seguindo a tendência de retração do mercado, impactado pela lenta recuperação econômica, altas taxas de desemprego, consequências da pandemia, e pelo processo de migração de voz para dados. Nesse trimestre, os impactos da pandemia do COVID-19 e do isolamento social, que culminou em fechamento das lojas, pontos de recarga e menor número de pessoas circulando, foram ainda mais sentidos que no trimestre anterior. O segmento pré-pago sofreu forte queda no mês de abril, mas se recuperou rapidamente nos outros meses, voltando, em junho, para patamares de recarga anteriores ao período de confinamento. Já o segmento pós-pago, teve suas receitas impactadas principalmente em função do fechamento das lojas.

A base de clientes pós-pago cresceu 13,9%, comparado ao ano anterior, mas apresentou ligeira queda na comparação trimestral [0,7%]. O segmento pré-pago teve crescimento de 0,4% em relação ao primeiro trimestre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, totalizou R\$ 1.549 milhões no 2T20, queda de 5,2% em relação ao 2T19 e de 4,6% em comparação ao 1T20, principalmente em função dos efeitos da pandemia, que culminaram no fechamento das lojas e menor circulação de pessoas, contribuindo para um menor número de recargas.

A receita de uso de rede totalizou R\$ 58 milhões, em linha com o mesmo período de 2019 [-0,3%] e crescendo 1,6% na comparação trimestral. Já as vendas de aparelhos, totalizaram R\$ 12 milhões, R\$ 29 milhões menor na comparação com 2T19 e R\$ 9 milhões menor que o 1T20, impactadas pelo fechamento das lojas devido à COVID-19.

A Oi encerrou o segundo trimestre de 2020 com 33.988 mil UGRs em Mobilidade Pessoal, queda de 2,1% em relação ao 2T19 ou 713 mil desconexões líquidas, das quais 1.899 mil desconexões no pré-pago compensadas parcialmente por 1.186 mil adições no pós-pago. Na análise sequencial, o número de adições ficou em linha com apresentado no 1T20, com o pré-pago apresentando crescimento de 0,4% e o pós-pago caindo 0,7%.

A base total de clientes móveis da Oi (Mobilidade Pessoal + B2B) totalizou 36.670 mil UGRs. Desses, 2.682mil no segmento B2B.

Pré-pago

O segmento pré-pago encerrou o segundo trimestre de 2020 com 24.269 mil UGRs, redução de 7,3% em relação ao 2T19 e ligeiro crescimento em relação ao trimestre anterior [0,4%]. O principal fator para a redução anual é a política da companhia de incentivos para a migração de clientes do segmento pré-pago para o segmento pós-pago.

O total de recargas apresentou uma retração de 8,6% na comparação anual e de 4,8% na comparação trimestral. Já o número de clientes de recarga diminuiu 16,1% em relação ao 2T19 e 5,4% em relação ao 1T20. As três principais razões para essas reduções, como já citado, foram: (i) encolhimento do mercado de pré-pago; (ii) alta taxa de desemprego, que tem efeito direto na receita do segmento e (iii) o fechamento de lojas e outros pontos de inserção de créditos devido ao Covid-19.

Pós-pago

A Oi encerrou o 2T20 com 9.719 mil UGRs no pós-pago, crescendo a base em 13,9% e resultando em um *net adds* de 1.186 mil UGRs em relação ao 2T19, devido, principalmente, à estratégia de migração de cliente pré-pago para pós-pago e às ofertas mais competitivas. Já na comparação trimestral, houve queda de 0,7% da base.

Os resultados positivos nos físicos refletem na receita que cresceu 6,5% na comparação anual. As ofertas regionalizadas, simplificação, inovação, intensificação comercial, e o *refarming* da faixa de frequência de 1.8Ghz para o 4G e 4,5G são os principais fatores que continuam possibilitando os resultados positivos do pós-pago, além da estratégia mencionada de aceleração da migração de clientes pré-pago para pós-pago. Já na comparação trimestral, as receitas encolheram 2,7%, reflexo de um leve aumento na inadimplência devido à Covid-19.

Cobertura 2G, 3G, 4G e 4.5G

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

A cobertura 2G da Oi estava presente em 3.499 municípios (correspondendo a 93% da população urbana do país) no segundo trimestre de 2020. No mesmo período, a cobertura 3G abrangia 1.654 municípios ou 82% da população urbana brasileira.

O acesso 4G alcançou 1.029 municípios, atingindo 75% da população urbana brasileira. Além disso, a cobertura de 4.5G alcançou 62 municípios, atendendo a cerca de 20% da população urbana.

A Oi atua em parceria com outras operadoras no compartilhamento de rede com intuito de potencializar investimentos e reduzir custos, ao mesmo tempo em que trabalha na melhoria contínua da qualidade dos seus serviços e da experiência do cliente.

ARPU Móvel

O ARPU móvel da Companhia ficou em R\$ 15,5 no 2T20, 3,5% menor do que o apresentado ao final do 2T19 e 3,9% menor que o do trimestre anterior.

B2B

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do segmento B2B

	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
B2B								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.265	1.419	1.317	-10,9%	-4,0%	2.582	2.837	-9,0%
Corporativo	770	862	777	-10,6%	-0,8%	1.547	1.724	-10,2%
TI	158	103	138	53,3%	14,2%	296	203	45,7%
Dados	338	414	349	-18,2%	-3,1%	688	824	-16,5%
Outras	274	345	289	-20,6%	-5,1%	563	697	-19,2%
Atacado	238	257	274	-7,3%	-13,0%	512	513	-0,2%
Pequenas Empresas	256	301	267	-14,8%	-4,0%	523	601	-13,0%
Fibra	13	3	11	325,3%	16,4%	24	5	431,2%
Outras	243	297	256	-18,2%	-4,9%	499	596	-16,3%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	6.395	6.761	6.481	-5,4%	-1,3%	6.395	6.761	-5,4%
Corporativo	4.423	4.550	4.439	-2,8%	-0,4%	4.423	4.550	-2,8%
Atacado	282	290	284	-3,0%	-0,8%	282	290	-3,0%
Pequenas Empresas	1.690	1.920	1.758	-12,0%	-3,9%	1.690	1.920	-12,0%
Fibra	107	28	92	285,1%	16,3%	107	28	285,1%
Outras	1.583	1.893	1.666	-16,4%	-5,0%	1.583	1.893	-16,4%

No 2T20, a receita líquida do segmento B2B fechou em R\$ 1.265 milhões, uma queda de 10,9% quando comparada ao 2T19 e uma queda de 4,0% em relação ao 1T20. O segmento foi impactado pela queda nos serviços legados do Corporativo, principalmente em função da redução do tráfego de voz e dados, intensificado com a política de confinamento e Home Office implementado pelas empresas para contenção da COVID-19. Além disso, houve a suspensão temporária de assinaturas dos serviços prestados pela Oi por parte de algumas empresas e de ligações fixo-móvel (VC), que também prejudicaram a receita no período. As receitas de Pequenas Empresas também apresentaram queda no trimestre, principalmente em função da alta exposição aos serviços de cobre (94% do total deste grupo), e pelo fechamento de empresas de setores mais afetados pela COVID-19, como o varejo. No Atacado também se observou uma queda na receita líquida neste período de 7,3% em relação ao 2T19 e de 13,0% comparado ao trimestre anterior. Houve, no entanto,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

continuidade no crescimento nas receitas de TI, foco da estratégia para o crescimento sustentável do B2B, em 53% ano contra ano e 14,2% em relação ao 1T20.

A Companhia encerrou o 2T20 com 6.395 mil UGRs no segmento, queda de 5,4% no comparativo ano contra ano e de 1,3% em comparação ao 1T20.

Corporativo

Com o lançamento da nova marca “Oi Soluções” para o segmento Corporativo em dezembro de 2019, a Oi pretende ser uma integradora e provedora de soluções digitais de Telecomunicações e TI (Tecnologia da Informação) através de um posicionamento consultivo e customizado. A empresa oferece um portfólio abrangente de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), impactando o cliente em toda a cadeia de valor, nas áreas de Cloud & Data Center, IoT (Internet das Coisas), Big Data & Analytics, Cibersegurança, Conectividade de Dados e Voz e Gestão, com o objetivo de auxiliar na geração de novas receitas e na contenção de despesas.

Ao portfólio que já possuía os serviços de Oi WIFI 3.0+, Oi GIS (Gestão Integrada de Serviços), Telepresenças Oi e Marketing Analytics Oi, foram adicionados ainda no primeiro trimestre o Oi Gestão 360° (permite que operadora faça a gestão de conectividade, TI, segurança e negócios para o cliente), Smart Cloud 4.0 (Infraestrutura como serviço [IaaS], no formato de nuvem híbrida, possibilitando o desenvolvimento de uma arquitetura de edge, com foco em soluções de IoT e vídeo), e Oi Smart Office 4.0 (solução destinada às empresas que trabalham em sistema de home office, composta por plataformas de colaboração, conectividade e cloud computing).

A receita líquida do Corporativo totalizou R\$ 770 milhões no 2T20, queda de 10,6% no comparativo com o 2T19 e de 0,8% no comparativo com o 1T20, cuja queda ocorreu nas linhas de Dados e Outros, conforme explicado anteriormente, representativas dos serviços legados ofertados pela Companhia. Com o foco em serviços de TI, a Companhia conseguiu aumentar a receitas destes em 53,3% ano contra ano e 14,2% trimestre contra trimestre. O mesmo foi positivamente impulsionado pelo isolamento por conta da necessidade de maior gestão e segurança das empresas para com seus empregados que começaram a trabalhar em Home Office, e, portanto, contrataram dos serviços ofertados acima. O segmento apresentou queda nas UGRs, diminuindo em 2,8% a base de cliente no comparativo com o 2T19, e 0,4% contra o 1T20.

Atacado

A Companhia tem como objetivo neste segmento se posicionar como principal provedor nacional de rede neutra de transporte e transmissão e facilitador da infraestrutura 5G no Brasil. A empresa pretende focar nas receitas não reguladas, através da criação da Infra Co, oferecendo a sua infraestrutura, extensiva e não replicável, que possibilita à Oi uma qualidade superior no atendimento a empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, provedores de Internet e empresas de infraestrutura envolvidas na cadeia de prestação desses serviços.

A receita líquida da companhia no Atacado totalizou R\$ 238 milhões no 2T20, uma queda de 7,3% ano contra ano, e de 13,0% em relação ao 1T20. A queda nas receitas do período se deu basicamente pela redução das receitas reguladas com operadoras (EILD e tarifas de terminação de voz no Atacado). O confinamento causado pela COVID-19 causou um aumento no consumo de dados com consequente crescimento nas vendas líquidas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

de capacidade para outras operadoras, o que deve impactar positivamente as receitas nos próximos trimestres.

Pequenas Empresas

Para o segmento de pequenas empresas, a Companhia utiliza estratégia usada no B2C dadas as suas semelhanças de mercado e acabou de lançar o produto Oi Seu Negócio, com foco na fibra como solução de rede para os pequenos negócios. A Oi segue regionalizando as ofertas e intensificando suas ações comerciais em conjunto com a abordagem do “Reuso de Rede” para a oferta de FTTH. A queda de 14,8% na receita líquida ano contra ano, e de 4,0% no comparativo com o trimestre anterior, junto com a queda de 12% das UGRs no comparativo anual e 3,9% trimestral, estão ligadas a alta exposição às receitas de cobre nesse segmento, e pelo impacto da pandemia no setor explicado anteriormente.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais de Rotina								
Brasil	3.025	3.458	3.218	-12,5%	-6,0%	6.244	6.928	-9,9%
Pessoal	535	589	597	-9,3%	-10,5%	1.132	1.184	-4,4%
Interconexão	119	104	111	14,7%	7,4%	230	239	-4,0%
Serviços de terceiros	1.318	1.493	1.414	-11,7%	-6,7%	2.732	2.980	-8,3%
Serviço de manutenção da rede	218	256	234	-14,8%	-6,8%	453	531	-14,7%
Custos de aparelhos e outros	12	44	21	-71,4%	-39,2%	33	91	-63,7%
Publicidade e Propaganda	66	113	70	-41,4%	-5,4%	137	185	-25,9%
Aluguéis e seguros	572	672	581	-14,9%	-1,6%	1.153	1.333	-13,5%
Provisões para contingências	42	54	25	-23,2%	68,9%	67	114	-41,5%
Provisão para devedores duvidosos	127	130	139	-2,6%	-8,3%	266	268	-0,7%
Tributos e outras despesas [receitas]	15	1	27	1159,4%	-44,2%	43	4	966,8%
Operações Internacionais	160	35	-3	356,3%	-6376,3%	157	67	133,8%
OPEX de rotina	3.185	3.493	3.216	-8,8%	-1,0%	6.401	6.995	-8,5%

Os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, incluindo as operações internacionais totalizaram R\$ 3.185 milhões, no 2T20, uma queda de 8,8% na comparação anual e de 1,0% em relação ao trimestre anterior.

Já o Opex de rotina das operações brasileiras ficou em R\$ 3.025 milhões, representando uma queda de 12,5% em relação ao mesmo período de 2019 e de 6,0% quando comparado com o 1T20.

Como parte do plano estratégico, a Companhia continua atuando em 5 macro frentes de redução de custos e simplificação operacional: (i) Vendas, Marketing e Atendimento; (ii) Processos e Organização; (iii) Suporte ao Negócio; (iv) TI; e (v) Rede e Operações de Campo. As ações resultantes do trabalho nessas frentes começaram a ser implementadas ao longo de 2019 e os impactos financeiros já estão sendo observados no resultado.

Pessoal

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 535 milhões, no segundo trimestre. Comparando com o mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 9,3%, explicado por menores gastos com remuneração. Na comparação sequencial, a redução foi de 10,5%, sendo impactada, além de menores custos com remuneração, por menores gastos com benefícios.

Interconexão

No 2T20, os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 119 milhões, um aumento de 14,7% na comparação com mesmo período do ano anterior e de 7,4% na comparação sequencial. Este aumento ocorreu principalmente devido ao aumento das tarifas reguladas ocorridas no mês de fevereiro de 2020.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil totalizaram R\$ 1.318 milhões, no 2T20, uma queda no comparativo anual de 11,7% e sequencial de 6,7%. Este resultado é reflexo, principalmente, das ações da Companhia de transformação digital como ferramenta de disciplina de custos, através da automação e otimização do SAC e das operações do *Call Center* e da redução de despesas com projetos de TI voltados para os produtos legados.

Serviços de Manutenção de Rede

No 2T20, os custos e despesas com serviços de manutenção de rede totalizaram R\$ 218 milhões, uma redução 6,8% na comparação trimestral, ocorrida principalmente em função da estratégia da companhia de decomissionamento das redes de cobre e aceleração da migração de clientes do cobre para a fibra. Na comparação com o 2T19, houve uma redução de 14,8%, também em função dos mesmos impactos mencionados, além de menores gastos com manutenção de TUP.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos das operações brasileiras totalizaram R\$ 12 milhões no trimestre, uma redução de 39,2% quando comparado ao trimestre anterior e de 71,4% na comparação com anual, principalmente devido ao menor volume na venda de *handset*, agravado pelo fechamento das lojas devido a pandemia do COVID-19.

Publicidade e Propaganda

No 2T20, as despesas com publicidade e propaganda atingiram R\$ 66 milhões, uma queda de 5,4% na comparação com 1T20, além de uma forte queda de 41,4% na comparação com o mesmo período de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente em função de Campanhas do dia das Mães, que neste ano foi impactada pela política de confinamento e isolamento social, culminando com o fechamento das lojas.

Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros das operações brasileiras totalizaram R\$ 572 milhões, no segundo trimestre, ficando em linha na comparação sequencial (-1,6%) e apresentando uma redução de 14,9% em relação ao 2T19, principalmente devido à menores custos com aluguel de espaço físico, satélites e postes, sendo atenuado por maiores custos com aluguel de torres e equipamentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Provisões para Contingências

No 2T20, as provisões para contingências nas operações brasileiras totalizaram R\$ 42 milhões, uma redução de 23,2% em relação ao 2T19, muito em função de menores entradas de processos trabalhistas, JEC e societário. Na comparação com 1T20 houve um aumento de 68,9%, impulsionado pelo maior volume de processos trabalhista e cível consumidor.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No segundo trimestre, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 127 milhões, uma redução de 2,6% em relação ao 2T19 e de 8,3% em relação ao trimestre passado. Esta melhora ocorreu principalmente devido a melhora das ações de cobrança no segmento do varejo.

EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.359	1.599	1.533	-15,0%	-11,4%	2.891	3.226	-10,4%
Brasil	1.464	1.588	1.481	-7,8%	-1,1%	2.946	3.204	-8,1%
Operações Internacionais	-106	10	52	1139,8%	305,4%	-54	22	346,9%
Margem EBITDA de Rotina (%)	29,9%	31,4%	32,3%	-1,5 p.p.	-2,4 p.p.	31,1%	31,6%	-0,4 p.p.
Brasil	32,6%	31,5%	31,5%	1,1 p.p.	1,1 p.p.	32,1%	31,6%	0,4 p.p.
Operações Internacionais	-195,6%	22,5%	105,2%	-218,1 p.p.	-300,8 p.p.	-52,7%	24,6%	-77,3 p.p.
Itens Não Rotina (R\$ milhões)	0	-167	367	n.m.	n.m.	367	820	n.m.
EBITDA (R\$ milhões)	1.359	1.431	1.899	-5,1%	-28,5%	3.258	4.046	-19,5%
Brasil	1.464	1.421	1.566	3,1%	-6,5%	3.031	4.024	-24,7%
Operações Internacionais	-106	10	333	-1139,8%	-131,8%	227	22	934,3%
Margem EBITDA (%)	29,9%	28,1%	40,0%	1,8 p.p.	-10,1 p.p.	35,1%	39,6%	-4,5 p.p.

No 2T20, o EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.359 milhões, apresentando queda de 15,0% em relação ao 2T19 e de 11,4% na comparação com o 1T20.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 1.464 milhões no 2T20, uma queda de 7,8% em relação ao 2T19 e de 1,1% em relação ao trimestre anterior. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 32,6%, apresentando um crescimento tanto anual, bem como sequencial de 1,1 p.p.

Em relação as outras operações internacionais (África e Timor Leste), o EBITDA de rotina totalizou R\$ 106 milhões negativos no trimestre, comparado a R\$ 10 milhões no 2T19 e a R\$ 52 milhões no 1T20.

Cabe observar que o EBITDA de rotina considera os efeitos da adoção do IFRS 16. Para efeito de comparação, o EBITDA de rotina das operações brasileiras, desconsiderando os impactos do IFRS 16 no 2T20 seria de R\$ 1.022 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Investimentos								
Brasil	1.751	2.057	1.781	-14,9%	-1,7%	3.531	3.774	-6,4%
Fibra ⁽¹⁾	1.120	748	1.073	49,7%	4,5%	2.193	1.323	65,8%
Cobre	195	567	276	-65,6%	-29,1%	471	1.080	-56,4%
DTH	17	92	18	-81,8%	-7,5%	35	184	-81,0%
Móvel	282	421	261	-33,0%	8,1%	544	749	-27,4%
B2B	136	228	153	-40,5%	-11,3%	289	438	-34,1%
Operações Internacionais	7	4	13	95,8%	-43,5%	21	11	83,5%
Total	1.758	2.061	1.794	-14,7%	-2,0%	3.552	3.786	-6,2%

(1) Inclui Fibra + Atacado.

Os investimentos (Capex) consolidados da Companhia, considerando as operações internacionais, totalizaram R\$ 1.758 milhões, no 2T20, apresentando uma redução de 14,7% em relação ao 2T19 e uma queda de 2,0% em relação ao 1T20. As operações brasileiras totalizaram R\$ 1.751 milhões no 2T20, redução de 14,9% em relação ao 2T19 e queda de 1,7% na comparação sequencial.

Apesar de apresentar uma redução no total investido no período, a abertura dos investimentos por produto evidencia o direcionamento dos esforços da Companhia em concentrar maiores recursos na continuidade e cumprimento do seu Plano de Estratégico, com foco principal na expansão de FTTH, oferecendo banda larga de alta velocidade até a casa do cliente. No 2T20, os investimentos direcionados para Fibra totalizaram R\$ 1.120 milhões, crescimentos de 49,7% na comparação anual e de 4,5% em relação ao 1T20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS OPERACIONAIS

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 - Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.359	1.599	1.533	-15,0%	-11,4%	2.891	3.226	-10,4%
Capex	1.758	2.061	1.794	-14,7%	-2,0%	3.552	3.786	-6,2%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA - Capex]	-399	-462	-261	-13,6%	52,9%	-661	-560	18,0%

Tabela 10 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.464	1.588	1.481	-7,8%	-1,1%	2.946	3.204	-8,1%
Capex	1.751	2.057	1.781	-14,9%	-1,7%	3.531	3.774	-6,4%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA - Capex]	-286	-469	-299	-38,9%	-4,4%	-586	-571	2,6%

No 2T20, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina (EBITDA de rotina menos Capex) foi negativo em R\$ 399 milhões e, nas operações brasileiras, foi negativo em R\$ 286 milhões, principalmente em função da continuidade da aceleração dos investimentos no período e das receitas menores, que impactaram o Ebitda, conforme mencionado anteriormente nas seções *Receitas* e *Investimentos*.

Depreciação / Amortização

Tabela 11 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Depreciação e Amortização								
Total	1.725	1.729	1.711	-0,3%	0,8%	3.436	3.419	0,5%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 1.725 milhões no 2T20, apresentando uma redução de 0,3% em relação ao 2T19 e um crescimento de 0,8% na comparação com o 1T20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADOS FINANCEIROS****Resultados Financeiros**

Tabela 12 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	2020	2019
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquidos [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-534	-330	-492	-1.026	-630
Amortização do ajuste a valor justo	-364	-204	-578	-942	-420
Resultado Cambial Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos]	-669	125	-2.657	-3.326	29
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-1.559	-964	-2.749	-4.308	-555
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-3.127	-1.374	-6.476	-9.603	-1.575

A Oi S.A. registrou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 3.127 milhões no 2T20, em comparação a despesas financeiras de R\$ 6.476 milhões no 1T20 e de R\$ 1.374 no mesmo trimestre do ano anterior.

No trimestre, a redução é explicada, principalmente, por menores despesas no item “Resultado Cambial Líquido” devido à menor desvalorização do Real vs Dólar no período, 5,3% vs 29,0% no 1T20. Adicionalmente, o item “Outras Receitas/ Despesas Financeiras” apresentou despesas financeiras inferiores no 2T20, consequência, principalmente, do menor impacto da variação cambial sobre os passivos onerosos [contratos de transmissão de dados por cabos submarinos e satélites], R\$ 391 milhões no 2T20 [vs R\$ 1.670 milhões no trimestre anterior]. O item “Amortização do ajuste a valor justo” também foi impactado positivamente pela desvalorização cambial do Real vs Dólar e Euro inferior no trimestre. Já o item “Juros Líquidos” não apresentou grandes variações.

Ano contra ano, por sua vez, houve aumento das despesas financeiras líquidas consolidadas, em razão da valorização do Real vs Dólar de 1,7% registrada no 2T19, resultando em receita financeira no item “Resultado Cambial Líquido” e em menores despesas de “Amortização do ajuste a valor justo”. Por último, no item “Juros Líquidos”, a elevação é explicada, principalmente, pelos juros da emissão da nova debênture, que ocorreu em janeiro deste ano, e pelo impacto do maior nível de FX nos juros da dívida em moeda estrangeira quando convertidos em Reais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 13 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Lucro (Prejuízo) Líquido								
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	-366	-298	188	n.m.	n.m.	-178	627	-128,4%
Resultado Financeiro	-3.127	-1.374	-6.476	n.m.	-51,7%	-9.603	-1.575	n.m.
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1	-37	34	n.m.	n.m.	33	-82	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-3.493	-1.709	-6.254	104,4%	-44,1%	-9.747	-1.030	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	-3.493	-1.709	-6.254	104,4%	-44,1%	-9.747	-1.030	n.m.
-atribuído aos acionistas controladores	-3.409	-1.559	-6.280	118,7%	-45,7%	-9.689	-991	n.m.
-atribuído aos acionistas não controladores	-84	-150	26	n.m.	-419,8%	-58	-40	n.m.

No 2T20, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi negativo de R\$ 366 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 298 milhões no 2T19 e ao resultado de R\$ 188 milhões do 1T20. No trimestre, a Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ 3.127 milhões e uma despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de negativo de R\$ 1 milhão, resultando em um prejuízo líquido consolidado de R\$ 3.493 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Endividamento & Liquidez**

Tabela 14 – Endividamento

R\$ Milhões	Jun/20	jun/19	mar/20	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	454	313	179	1,7%
Longo Prazo	25.661	16.555	24.262	98,3%
Dívida Total	26.115	16.868	24.441	100,0%
Exposição moeda nacional	9.108	8.160	8.905	34,9%
Exposição moeda estrangeira	17.007	8.714	15.536	65,1%
Swap	0	-6	0	0,0%
[-] Caixa	-6.073	-4.296	-6.310	-23,3%
[-] Dívida Líquida	20.043	12.573	18.131	76,7%

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 26.115 milhões no 2T20, um aumento de 6,8% ou R\$ 1.674 milhões em relação ao registrado no 1T20 e de 54,8% ou R\$ 9.247 milhões ano contra ano. O aumento tanto no trimestre, quanto no comparativo anual, é resultado do accrual de juros e da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida a cada período, bem como da desvalorização do Real frente ao Dólar no trimestre e em doze meses, de 5,3% e 42,9%, respectivamente. Há que se ressaltar que no 1T20 houve a emissão da debênture privada no valor aproximado de R\$ 2.500 milhões, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), o que também contribuiu para o aumento anual.

Ao final de junho, a parcela da dívida atrelada ao Dólar representava 65,2% da dívida a valor justo. O prazo médio consolidado permaneceu em aproximadamente 10 anos no trimestre.

A companhia encerrou o 2T20 com caixa consolidado de R\$ 6.073 milhões, uma redução de 3,8% ou R\$ 237 milhões em relação ao 1T20 e um aumento de 41,4% ou R\$ 1.777 milhões quando comparado a junho de 2019, resultando em uma dívida líquida de R\$ 20.043 milhões no trimestre. A redução no caixa no trimestre ocorreu, principalmente, em função da manutenção de um Capex elevado, em linha com o divulgado no Plano Estratégico da companhia, parcialmente compensado pelo recebimento de 3 parcelas mensais adicionais da venda da subsidiária PT Ventures, além da postergação do pagamento de obrigações regulatórias pontuais e previstas para o período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Tabela 15 – Posição de Caixa (Operações Brasileiras)

R\$ Milhões

Posição de Caixa 1T20	6.310
Ebitda de rotina	1.464
IFRS16	-442
Capex	-1.751
Capital de giro	-169
Esfera legal	117
Operações financeiras	-45
Efeito caixa <i>non core</i>	588
Posição de Caixa 2T20	6.073

A companhia encerrou o 2T20 com um saldo de caixa de R\$ 6.073 milhões, apresentando um consumo de R\$ 237 milhões no trimestre. O alto nível dos investimentos foram o principal fator que contribuiu para este consumo de caixa no trimestre, sendo atenuado pelo recebimento de mais três parcelas resultantes da venda da participação na Unitel, no montante total de R\$ 588 milhões, destacado na linha de “Efeito caixa *non core*”.

O capital de giro do 2T20 foi negativo em R\$ 169 milhões e continuou sendo impactado negativamente, pelo giro de pagamentos do Capex, em função do plano de expansão da fibra.

Tabela 16 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta - 2T20	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo [AVJ]	Valor Justo
BNDES	4.101	-	4.101
Bancos Locais	9.305	[4.303]	5.002
ECAs	9.220	[5.435]	3.785
Bonds Qualificados	9.484	[932]	8.552
Facility “Não Qualificados”	507	[168]	339
Oferta Geral	5.966	[5.163]	803
Debêntures Privadas [Bridge Loan]	3.567	-	3.567
Outros	[34]	-	[34]
Dívida Bruta Total	42.115	[16.000]	26.115

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T20	2T19	1T20	2020	2019
Receita Operacional Líquida	4.544	5.091	4.749	9.292	10.221
Custos e Despesas Operacionais	-3.185	-3.660	-2.849	-6.034	-6.176
Pessoal	-547	-600	-609	-1.156	-1.204
Interconexão	-120	-105	-112	-232	-241
Serviços de terceiros	-1.334	-1.511	-1.429	-2.763	-3.010
Serviço de manutenção da rede	-219	-257	-235	-453	-531
Custo de aparelhos e outros	-17	-46	-23	-40	-96
Publicidade e propaganda	-67	-114	-71	-138	-186
Aluguéis e seguros	-577	-674	-584	-1.161	-1.337
Provisões para contingências	-41	-54	-22	-63	-114
Provisão para devedores duvidosos	-127	-131	-139	-266	-267
Tributos e outras receitas (despesas)	-135	-170	374	239	810
EBITDA	1.359	1.431	1.899	3.258	4.046
Margem %	29,9%	28,1%	40,0%	35,1%	39,6%
Depreciações e Amortizações	-1.725	-1.729	-1.711	-3.436	-3.419
EBIT	-366	-298	188	-178	627
Despesas Financeiras	-3.983	-1.353	-9.861	-13.843	-2.906
Receitas Financeiras	856	-20	3.385	4.241	1.330
Lucro [Prejuízo] Antes dos Impostos	-3.493	-1.672	-6.288	-9.781	-949
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1	-37	34	33	-82
Lucro [Prejuízo] Líquido do Exercício	-3.493	-1.709	-6.254	-9.747	-1.030
Margem %	-76,9%	-33,6%	-131,7%	-104,9%	-10,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Tabela 18 – Balanço Patrimonial (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	30/06/2020	31/03/2020	30/06/2019
TOTAL DO ATIVO	73.152	73.947	76.367
Ativo Circulante	19.176	19.359	21.937
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.851	6.090	4.061
Aplicações Financeiras	189	186	197
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	6
Contas a Receber	6.437	6.271	6.677
Estoques	309	340	319
Tributos Correntes e a Recuperar	484	530	651
Outros Tributos	1.837	1.073	1.726
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.472	1.463	1.522
Ativos Mantidos para Venda	510	520	4.781
Outros Ativos	2.287	2.886	1.997
Ativo Não Circulante	53.976	54.587	54.430
Realizável a Longo Prazo	9.786	10.577	10.028
.Tributos Diferidos e a Recuperar	123	123	0
.Outros Tributos	2.353	2.788	1.913
.Aplicações Financeiras	33	34	38
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.275	6.596	7.192
.Outros Ativos	1.125	1.160	885
Investimentos	122	124	117
Imobilizado	40.424	40.070	37.775
Intangível	3.844	3.816	6.509
TOTAL DO PASSIVO	73.152	73.947	76.367
Passivo Circulante	11.915	11.523	12.010
Fornecedores	4.340	4.952	6.038
Arrendamentos a Pagar	1.632	1.612	1.467
Empréstimos e Financiamentos	454	179	319
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	810	815	785
Provisões	693	529	506
Tributos a Recolher e Diferidos	39	65	20
Outros Tributos	1.768	1.434	971
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	6	6
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	171	162	473
Autorizações e Concessões a Pagar	67	80	36
Outras Contas a Pagar	1.936	1.689	1.390
Passivo Não Circulante	53.074	50.826	38.497
Fornecedores	3.780	3.167	3.054
Arrendamentos a Pagar	7.110	7.189	6.681
Empréstimos e Financiamentos	25.661	24.262	16.555
Tributos a Recolher e Diferidos	0	0	53
Outros Tributos	1.247	1.221	639
Provisões	4.713	4.870	4.161
Provisões para Fundo de Pensão	658	652	610
Outras Contas a Pagar	9.904	9.466	6.743
Patrimônio Líquido	8.164	11.598	25.859

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 19 – EBITDA e Margem EBITDA (Sem impactos do IFRS 16)

	2T20	2T19	1T20	Δ Ano	Δ Tri.	2020	2019	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.359	1.599	1.533	-15,0%	-11,4%	2.891	3.226	-10,4%
Brasil	1.464	1.588	1.481	-7,8%	-1,1%	2.946	3.204	-8,1%
Operações Internacionais	-106	10	52	1138,8%	305,4%	-54	22	346,9%
Impacto IFRS16	-442	-381	-435	n.m.	n.m.	-878	-758	n.m.
EBITDA de Rotina sem IFRS16 (R\$ milhões)	917	1.218	1.097	-24,7%	-16,5%	2.014	2.468	-18,4%
Brasil	1.022	1.208	1.046	-15,3%	-2,2%	2.068	2.446	-15,5%
Operações Internacionais	-106	10	51	1146,0%	305,7%	-54	22	348,7%
Margem EBITDA de Rotina sem IFRS16 (%)	20,2%	23,9%	23,1%	-3,7 p.p.	-2,9 p.p.	21,7%	24,1%	-2,5 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: https://www.oi.com.br/ri/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Eventos Subsequentes

- Em 18 de julho de 2020, a Oi comunicou aos acionistas e ao mercado em geral, por meio de fato relevante, que na referida data, recebeu proposta vinculante, irrevogável e irretratável, de Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., para a aquisição da UPI a ser formada com 100% das ações de emissão da sociedade de propósito específico que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de sites de telecomunicação outdoor e indoor de transmissão de radiofrequência da Companhia e suas subsidiárias [“UPI Torres” e “Empresas Oi”, respectivamente. De acordo com a proposta, observadas determinadas condições, a Highline se comprometeu a adquirir a UPI Torres, caso seja vencedora de processo competitivo, pelo valor de R\$1.076.740.878,00, estabelecido com base na receita líquida dos sites de telecomunicação.
- Em 18 de julho de 2020, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de fato relevante, que na referida data, recebeu propostas vinculantes de terceiros pelo ativo móvel da Companhia.
- Em 22 de julho de 2020, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 18 de julho de 2020, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de fato relevante, que nesta data, celebrou Acordo de Exclusividade com a Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., que apresentou, a melhor oferta vinculante, acima do preço mínimo estabelecido, para aquisição, em processo competitivo. Pelo Acordo, a Companhia concedeu à Highline exclusividade para, observados os termos e condições previstos no Acordo e mantidos os termos econômicos da proposta vinculante apresentada, negociar os documentos e anexos relativos à Oferta.
- Em 28 de julho de 2020, a Companhia divulgou fato relevante, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral, que recebeu no final do dia 27/07/2020, oferta vinculante revisada apresentada conjuntamente por Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A [os “Proponentes”], no valor de R\$ 16.500.000.000,00, acrescido do compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão junto à Oi. A oferta vinculante revisada apresentada pelos Proponentes, em condições financeiras mais vantajosas do que as propostas anteriores, está sujeita a condições normais em processos desta natureza.
- Em 7 de agosto de 2020, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 28 de julho de 2020, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, por meio de fato relevante, que nesta data, tendo em vista as condições da oferta vinculante revisada apresentada conjuntamente por Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A., celebrou Acordo de Exclusividade com as Proponentes com o objetivo de negociar exclusivamente com as Proponentes os documentos e anexos relativos à Oferta Revisada.
- Em 12 de agosto de 2020, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando a seus acionistas e ao mercado em geral que o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro homologou as datas sugeridas pelo administrador judicial para a nova Assembleia Geral de Credores [“AGC”], designando a realização da AGC para os dias 08/09/2020, em primeira convocação, e 14/09/2020, em segunda convocação, a ser realizada em ambos os casos no Centro de Convenções SulAmérica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 20 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação¹
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.444.654
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.481
Total	5.954.205.001	1.842.350	5.952.360.135

Posição acionária em 30/06/2020.

(1) As ações em circulação não consideram as ações detidas em tesouraria e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DISCLAIMER



Rio de Janeiro - 13 de agosto de 2020. Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia") e suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2020 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi - Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	+55 [21] 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Bruno Nader	+55 [21] 3131-1629	bruno.nader@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intrarregional. A Companhia também presta serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e controladas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 30).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025). O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019, estando o texto em análise pela ANATEL. Vale observar que a Lei nº 13.879/2019 abriu a possibilidade legal de adaptação do regime público para o regime privado de prestação do STFC, sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites. Em 17 de junho de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.402, que regulamenta a Lei nº 13.879/2019 e fixa prazo para a ANATEL editar as regras para a adaptação das concessões para autorizações. Essas regras foram objeto da Consulta Pública 05/2020, ainda em avaliação pela Agência. Até a data da emissão do relatório, este Decreto não produziu efeitos à Companhia dado que o mesmo ainda não foi regulamentado pela ANATEL.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”, “Plano” ou “PRJ Original”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos

Notas Explicativas

contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Em 10 de fevereiro de 2020, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia, o Conselho Diretor da ANATEL entendeu não subsistir a necessidade do acompanhamento extraordinário com base na decisão expedida em maio de 2019, por considerar ter sido sanado o risco de liquidez de curto prazo da Companhia e suas controladas tendo sido revogadas as obrigações anteriormente imputadas às empresas do Grupo Oi.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 12 de agosto de 2020, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

Recuperação Judicial

Em 20 de junho de 2016, a Companhia e suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 4” incorporada pela Telemar), Copart 5 Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Copart 5” incorporada pela Companhia), Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial (“PTIF”) e Oi Brasil Holdings Cooperatief U.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Holanda”) (em conjunto com a Companhia, as “Empresas Oi” ou “Recuperandas”) ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o plano de recuperação judicial das Empresas Oi (“Plano” ou “PRJ”) sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juízo da recuperação judicial (“Juízo da Recuperação Judicial”) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores “*Backstoppers*”.

Notas Explicativas

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e “American Depositary Warrants” – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “*Securities Act*”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “*American Depositary Shares*” e o “*The Bank of New York Mellon*”, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “*Backstoppers*”, em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “*Backstoppers*”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharol

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharol SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no

Notas Explicativas

mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorreria em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157.099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, iniciou-se, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes indicados no Acordo e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estavam em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.

Além disso, aperfeiçoaram-se de forma integral diversas obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharol, ambos em 9 de janeiro de 2019.

Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano – “Bondholders”

Em 20 de maio de 2019, em estrita observância à decisão proferida no âmbito do “Chapter” 15 que determinava que o cancelamento das notas com Lei de Nova York deveria ocorrer até 14 de junho de 2019, a Companhia anunciou que iniciou o procedimento para que os detentores das notas (a) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,375% com vencimento em 2017 (ISIN Nº: XS0215828913); (b) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,875% com vencimento em 2018 (ISIN Nº: XS0843939918); (c) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €750.000.000 5,00% com vencimento em 2019 (ISIN Nº: XS0462994343); (d) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €1.000.000.000 4,625% com vencimento em 2020 (ISIN Nº: XS0927581842); (e) Portugal Telecom International Finance B.V.’s €500.000.000 4,5% com vencimento em 2025 (ISIN Nº: XS0221854200); (f) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.’s €600.000.000 5,625% com vencimento em 2021 (ISIN Nº: XS1245245045); (g) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.’s US\$1.500.000.000 5,75% com vencimento em 2022 (ISIN Nº: US10553MAD39); (h) Oi S.A.’s €750.000.000 5,125% com vencimento em 2017 (ISIN Nº: XS0569301327); (i) Oi S.A.’s US\$750.000.000 9,500% com vencimento em 2019 (ISIN Nº: 87944LAD1); (j) Oi S.A.’s BRL1.100.000.000 9,75% com vencimento em 2016 (ISIN Nº: US10553MAC55); e (k) Oi S.A.’s US\$1.000.000.000 5,500% com vencimento em 2020 (ISIN Nº: 144A: US87944LAE92) (as “Notas Legadas”) pudessem comprovar seus respectivos direitos para receberem em data futura ou nas datas de pagamento da Companhia de acordo com a Cláusula 4.3.6 do Plano. Em 14 de junho de 2019, as Notas Legadas foram devidamente canceladas.

O procedimento acima detalhado não é aplicável aos detentores das Notas emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. – em Recuperação Judicial 6,25% com vencimento em 2016 (ISIN Nº: PTPTCYOM0008). A Companhia fornecerá, no momento adequado, as informações sobre o procedimento para registro dos beneficiários da Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano com relação a tal série.

Financiamento Extraconcursal – Cláusula 5.3 do Plano

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que a sua controlada Oi Móvel celebrou escritura de 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada,

Notas Explicativas

no valor total de até R\$ 2.500.000.000,00 (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). A Emissão e as Debêntures têm como principais características: (i) Prazo e Data de Vencimento: 24 (vinte e quatro) meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e de vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Debêntures; (ii) Remuneração: variação do dólar norte-americano acrescida de juros de (i) 12,66% (doze inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao ano (PIK) durante os primeiros doze meses contados da primeira integralização; e (ii) 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, a partir de então; e (iii) Garantias: as Debêntures são integralmente garantidas por garantias reais e fidejussórias prestadas pela Oi Móvel, pela Companhia e por sua controlada Telemar.

A Emissão foi aprovada com fundamento no que prevê a Clausula 5.3 do Plano e está inserida no contexto de um financiamento extraconcursal, na modalidade “*Debtor in Possession Financing*” (“*DIP Financing*”).

Dando continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, em 4 de fevereiro de 2020, informando aos acionistas e mercado em geral da conclusão da subscrição e integralização da Emissão da Oi Móvel, destacada acima, para colocação privada no valor de R\$ 2.500.000.000,00.

Prorrogação da Recuperação Judicial

Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial petição requerendo que a supervisão judicial das Empresas Oi não seja encerrada em 4 de fevereiro de 2020, data que a homologação do Plano completa dois anos.

A medida de não encerramento da supervisão judicial não traz mudanças para a situação atual das Empresas Oi e não tem impacto quanto ao cumprimento do Plano em vigor, nem em relação a créditos correntes e tampouco sobre eventuais novos recursos que vierem a ser acessados pelas Empresas Oi. Vale destacar que a continuidade de supervisão judicial ao fim do período de dois anos é uma medida natural que tem sido aplicada na maior parte dos processos de recuperação judicial.

Não obstante o bom andamento da implementação do Plano, que já concluiu grande parte das etapas estabelecidas no processo e que foram importantes para a recuperação da Companhia, o requerimento apresenta ao Juízo da Recuperação Judicial circunstâncias relacionadas à complexidade inerente à magnitude de seu Processo de Recuperação Judicial e às reformas em curso no ambiente jurídico-regulatório, e que exigem providências ainda a serem implementadas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 28 de fevereiro de 2020, as Empresas Oi protocolaram perante o Juízo da Recuperação Judicial, uma petição expondo seu interesse em levar para a deliberação de uma nova assembleia geral de credores (“Nova AGC”), um aditamento ao Plano (“Aditamento ao Plano” ou “Aditamento ao PRJ”), objetivando alcançar maior flexibilidade operacional e financeira para continuar seu projeto de investimento e o cumprimento de seu plano estratégico de transformação (“Plano Estratégico”), ambos já amplamente divulgados ao mercado.

Em linha com o disposto acima, em 6 de março de 2020, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando que o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão, nessa mesma data, deferindo o pedido da Companhia para a realização de Nova AGC para deliberação acerca de um aditamento ao Plano, estabelecendo que:

Notas Explicativas

- (i) as Empresas Oi apresentem em juízo, no prazo de 180 dias contados da publicação da decisão, a proposta de aditamento ao PRJ; e
- (ii) o Administrador Judicial organize a Nova AGC, que deverá ocorrer no prazo de 60 dias contados da apresentação da proposta de aditamento ao PRJ.

Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial

Em 15 de junho de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial, a proposta de Aditamento ao PRJ, que tem o objetivo de dar maior flexibilidade ao PRJ Original, com a criação de uma estrutura societária e operacional mais eficiente, visando a maximização do valor da Companhia em benefício de todos os seus “*stakeholders*”. Este movimento está completamente alinhado ao Plano Estratégico, que vem sendo implementado com transparência.

Em 13 de agosto de 2020, as Empresas Oi protocolaram junto ao Juízo da Recuperação Judicial proposta atualizada do Aditamento ao PRJ ajustando determinados termos e condições. Tal proposta reflete as diversas interações com credores, potenciais investidores e outros “*stakeholders*”, inclusive aquelas conduzidas perante o mediador nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, com o objetivo de discutir melhorias ao Aditamento ao PRJ e, assim, buscar viabilizar sua aprovação na Nova Assembleia Geral de Credores.

O Aditamento ao PRJ ainda será submetido à votação na Nova AGC, e, posteriormente, caso seja aprovado, à homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial, podendo, portanto, sofrer ajustes nos seus termos e condições e nas medidas previstas no PRJ.

1. Objetivos do Aditamento ao PRJ

O Aditamento ao PRJ visa permitir às Empresas Oi e suas controladas (“Grupo Oi”) a viabilização da execução de seu plano de longo prazo, com o equacionamento necessário da sua dívida, no contexto atual, e a continuidade de suas atividades seguindo o referido PRJ e o seu Plano Estratégico. A estratégia do Grupo Oi tem como principal objetivo a transformação de seu modelo de negócio, com foco na utilização e rápida ampliação de sua extensa infraestrutura de fibra ótica como diferencial competitivo, incluindo suas redes de transporte (*backbone*, *backhaul* e rede de dados), e redes de acesso primárias e secundárias (*links* dedicados, anéis metropolitanos e redes de acesso FTTH), viabilizando e suportando as necessidades de conexão em alta velocidade e provimento de serviços para seus clientes residenciais, empresariais, corporativos e de governo, bem como o provimento de serviços de infraestrutura para os demais provedores de serviços de telecomunicações do país, incluindo a viabilização de conexões para a nova tecnologia 5G.

A implementação dessa estratégia se dará com a continuidade do processo de alienação de ativos, possibilidade de participação em movimentos de consolidação e alienação de sua operação de comunicações móveis, e com a adoção do modelo conhecido como separação estrutural, que permite a constituição de entidades separadas para investimentos, operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações e para o provimento de serviços para seus clientes finais, incluindo as atividades de desenvolvimento de produtos, *marketing*, vendas e atendimento a clientes. Com isso, busca-se tornar o modelo de negócio do Grupo Oi mais sustentável, focado nas suas principais vantagens competitivas, estruturado de maneira eficiente e focada, e assegurar a continuidade do Grupo Oi e o consequente cumprimento dos meios de recuperação e pagamento de todos os créditos concursais.

Notas Explicativas

O Aditamento ao PRJ objetiva a introdução de flexibilidade para o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia acima descritos, e tem como objetivos principais, entre outros:

- (i) prever a possibilidade de formação de unidades produtivas isoladas (“UPIs”), mediante a segregação de determinados negócios e ativos do Grupo Oi e a alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas;
- (ii) estabelecer melhorias nas condições de pagamento para parte substancial dos pequenos credores, como forma de redução da litigiosidade e de satisfação mais rápida deste tipo de credor, como determinou o Juízo da Recuperação Judicial;
- (iii) permitir a contratação de financiamentos e outras formas de captação adicionais pelas Recuperandas, para manutenção dos investimentos necessários e pagamento dos seus credores; e
- (iv) permitir a segregação, a partir de sociedade integrante do Grupo Oi, de alguns ativos de fibra e infraestrutura, visando criar uma estrutura societária mais flexível e eficiente para acelerar os investimentos na expansão da rede de fibra ótica, podendo esta sociedade acessar o mercado financeiro e de capitais e captar recursos adicionais com custos mais baixos, poupando o uso exclusivo de recursos gerados pela própria operação das Recuperandas e, assim, fortalecendo a sua estrutura operacional.

2. UPIs previstas no Aditamento ao PRJ

O Aditamento ao PRJ prevê a segregação de 5 (cinco) UPIs distintas dos ativos, passivos e direitos das Recuperandas associados (a) à operação em telefonia e dados no mercado de comunicação móvel (“UPI Ativos Móveis”); (b) à infraestrutura passiva (“UPI Torres” e “UPI Data Center”); (c) à operação de redes de telecomunicações (“UPI InfraCo”); e (d) ao negócio de TV (“UPI TVCo”).

As UPIs serão constituídas sob a forma de sociedades por ações de propósito específico (“SPEs”) e poderão ser alienadas, em modelos distintos para cada natureza de UPI descrita acima, visando ao pagamento de dívidas e à geração de recursos necessários à expansão de sua infraestrutura de fibra e serviços associados, que são o foco principal da estratégia do Grupo Oi. A alienação das UPIs visa permitir à Oi maximizar o valor econômico dos seus investimentos, por meio da expansão de seus serviços de acesso residenciais e empresariais em todo o país, da exploração mais eficiente dos seus elementos de rede e da abertura de novas possibilidades de exploração destas redes para outras empresas operadoras e provedoras de serviços no setor de telecomunicações, observadas a legislação, regulamentação e a necessidade de autorizações das autoridades competentes, quando aplicáveis.

Informações detalhadas sobre a composição de cada UPI e os termos e condições aplicáveis à sua alienação, inclusive aquelas relativas à estrutura e ao preço, estão descritos no Aditamento ao PRJ.

2.1. UPI InfraCo

A SPE InfraCo reunirá ativos de infraestrutura e fibra relacionados às redes de acesso e transporte do Grupo Oi já aportados em seu capital, sejam cedidos diretamente, sejam cedidos como direito de uso na forma de IRUs (*Indefeasible Rights of Use*), bem como novos investimentos em infraestrutura que ainda serão realizados, tendo como objetivo a aceleração dos investimentos na expansão das suas redes de fibra ótica, a partir de uma estrutura de capital mais flexível e eficiente e maior possibilidade

Notas Explicativas

de captação e utilização de novos recursos. A SPE InfraCo, uma vez implementadas as operações previstas no Plano, será uma coligada da Companhia, e buscará no mercado os recursos necessários para o financiamento de seus investimentos, de forma a expandir as atividades do Grupo Oi em fibra ótica e atender a um maior número de clientes de todos os segmentos em todo o país.

O Aditamento ao PRJ prevê a manutenção pela Oi de participação relevante no capital social da SPE InfraCo, com medidas que garantam sua participação ativa na criação e expansão de uma empresa líder nacional em infraestrutura em fibra ótica. A exemplo do que já ocorreu em outros países, a criação da SPE InfraCo segue uma lógica de separação estrutural entre a empresa de serviços e a empresa de infraestrutura, com o objetivo de maximizar o valor dos negócios, através de maior eficiência e inovação, com estratégias claras focadas na experiência do cliente e inovação de produtos e serviços de um lado, e na massificação de infraestrutura de fibra e otimização de sua operação técnica do outro.

A UPI InfraCo será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de fibra ótica e infraestrutura descritos no Anexo 5.3.4 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação parcial da UPI InfraCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para a alienação parcial do capital votante da SPE InfraCo. Tal procedimento competitivo deve assegurar à Companhia um pagamento mínimo de R\$ 6,5 bilhões, além da garantia, por parte dos novos investidores, que haverá recursos necessários para o pagamento integral da Dívida InfraCo prevista na Cláusula 5.3.8.1 do Aditamento ao PRJ e do cumprimento do seu plano de investimentos, conforme determinados parâmetros a serem estabelecidos no respectivo Edital UPI InfraCo. Como resultado da alienação parcial da UPI InfraCo, será assegurado ao adquirente uma participação equivalente a 51,0% do capital votante, e não superior a 51,0% do capital econômico da SPE InfraCo, sendo reservado às Recuperandas o direito de, a seu exclusivo critério, determinar a divisão do capital social da SPE InfraCo em ações ordinárias e preferenciais da InfraCo na alienação, observados os limites previstos em lei, garantindo dessa maneira à Companhia a manutenção de participação econômica relevante, até mesmo como garantia para cumprimento de suas obrigações junto a credores do PRJ.

Em função de ampla demanda pelo ativo na fase preliminar do processo de prospecção conduzido por assessor financeiro, o valor de firma (EV) mínimo da SPE InfraCo (em 31/12/2021) a ser considerado nas propostas será de R\$ 20 bilhões, dentro do intervalo anterior de referência de 25,5% a 51% do valor econômico, com vistas a garantir uma disputa concorrencial ativa entre os diversos interessados pelo controle da InfraCo (51% das ações Ordinárias) até o leilão. Os interessados também devem assumir compromisso de pagamento da Parcela Secundária mínima de R\$ 6,5 bilhões e de uma Parcela Primária de até R\$ 5 bilhões, para garantir o pagamento do montante de R\$ 2,426 bilhões de dívida da SPE InfraCo com as Recuperandas e a execução do plano de investimentos planejado, em contrapartida ao recebimento de novas ações ordinárias de emissão da SPE InfraCo, ao preço por ação pago na alienação parcial da UPI InfraCo, ajustado na forma prevista no Aditamento ao PRJ.

O Grupo Oi poderá, até a data da publicação do Edital UPI InfraCo, aceitar a proposta vinculante com o maior valor de firma (EV) atribuído à SPE InfraCo para aquisição parcial da UPI InfraCo, comprometendo-se a assegurar a tal proponente o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor por ação de emissão da SPE InfraCo acima do montante por ele proposto (“*Right to Top*”), desde que apresente oferta por valor superior em, no mínimo, 1% do preço por ação de emissão da SPE InfraCo estipulado na melhor proposta apresentada para alienação parcial da UPI InfraCo. O Aditamento ao PRJ prevê também mecanismos de avaliação das propostas vinculantes para aquisição

Notas Explicativas

parcial da UPI InfraCo que levem em consideração não apenas o valor por ação ofertado e seu preço mínimo, mas também a possibilidade de avaliação de melhores condições para a determinação da melhor proposta a ser considerada como proposta preferencial para a realização do processo judicial competitivo.

2.2. UPI Ativos Móveis, UPI Torres e UPI Data Center

A UPI Ativos Móveis será composta por 100% das ações de emissão da SPE Móvel e, caso aplicável, de sociedade(s) de propósito específico adicional(is), que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de comunicação móvel descritos no Anexo 5.3.1 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Ativos Móveis por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Móvel, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 15,0 bilhões em dinheiro. Nos termos do Aditamento ao PRJ, o Grupo Oi oferecerá aos interessados em participar do procedimento competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis a possibilidade de celebrarem com as Recuperandas e/ou suas coligadas, um contrato de prestação de serviços de transmissão de dados na modalidade “*take-or-pay*” pelo prazo de 3, 5 ou 10 anos, a critério do interessado. O valor presente dos pagamentos oriundos do respectivo contrato comporá o valor total do preço de aquisição da UPI Ativos Móveis, em adição ao preço mínimo e será considerado para definição da proposta vencedora para aquisição da UPI Ativos Móveis.

O Grupo Oi poderá, até a data da publicação do Edital UPI Ativos Móveis, aceitar a proposta vinculante com o maior valor para aquisição da UPI Ativos Móveis, seja ela igual ou superior ao Preço Mínimo UPI Ativos Móveis, comprometendo-se a assegurar a tal proponente o direito de, a seu exclusivo critério, cobrir a oferta de maior valor acima do montante por ele proposto (“*Right to Top*”), desde que apresente oferta em valor superior em, no mínimo, 1% do montante equivalente à soma (a) do valor proposto a ser pago em dinheiro e (b) do VPL do Contrato de Capacidade oferecido, ambos constantes na melhor proposta apresentada durante o procedimento competitivo para alienação da UPI Ativos Móveis.

A definição de proposta vencedora se dará pelo maior preço oferecido acima do preço mínimo, resguardada porém a possibilidade de as Recuperandas selecionarem a segunda melhor proposta, desde que com preço, no máximo, 5% inferior àquele apresentado na proposta de maior valor, inclusive em decorrência de eventual exercício do “*Right to Top*” Ativos Móveis por determinado ofertante de uma Proposta Vinculante UPI Ativos Móveis mediante justificativa fundamentada de que a referida proposta confira maior certeza e segurança jurídicas de conclusão da alienação da UPI Ativos Móveis na forma como proposta, em face das necessárias aprovações regulatórias e concorrenciais, sem prejuízo, ainda, da não objeção de mais de 50% dos créditos concursais que se manifestem neste sentido nos autos da do Processo de Recuperação Judicial. O mesmo se aplica no caso de serem recebidas duas propostas abaixo do preço mínimo. O Aditamento ao PRJ prevê ainda a existência de mecanismos para a definição de condições de aprovação de propostas sempre de forma a garantir a maior certeza e segurança jurídicas de concretização da alienação proposta, resguardada, sempre, a não objeção de mais de 50% dos créditos concursais.

A UPI Torres será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de torres *outdoor* e *indoor* de transmissão e radiofrequência, descritos no Anexo 5.3.2 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI Torres por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE Torres detidas pelas Recuperandas, observado que o investidor cuja proposta vinculante (obtida em processo de prospecção com interessados, e já divulgada ao mercado, como anexo ao Aditamento ao PRJ) serviu de base para a definição do preço mínimo, terá

Notas Explicativas

o direito de cobrir, por qualquer valor, a oferta de maior valor acima do Preço Mínimo UPI Torres que vier a ser apresentada durante o procedimento competitivo para alienação da UPI Torres. Desta forma, a Oi confere maior certeza e segurança jurídicas à realização da alienação pelo preço proposto, permitindo, ainda, que, por meio de um processo competitivo, seja dada a oportunidade a qualquer interessado de oferecer valor superior ao proposto, em benefício das Recuperandas.

A UPI *Data Center* será composta por 100% das ações de emissão da SPE que reunirá os ativos e passivos relacionados às atividades de *data center*, descritos no Anexo 5.3.3 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI *Data Center* por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações da SPE *Data Center*, com o pagamento do preço de, no mínimo, R\$ 325,0 milhões em dinheiro, dos quais ao menos R\$250 milhões à vista, podendo ser o saldo pago de forma parcelada, observado que o investidor cuja proposta vinculante (obtida em processo de prospecção de mercado realizado pelo Bank of America, assessor financeiro da Oi, e já divulgada ao mercado, como anexo ao Aditamento ao PRJ) serviu de base para a definição do preço mínimo terá o direito de cobrir, por qualquer valor, a oferta de maior valor acima do Preço Mínimo UPI *Data Center* que vier a ser apresentada durante o procedimento competitivo para alienação da UPI *Data Center*. Desta forma, a Oi confere maior certeza e segurança jurídicas à realização da alienação pelo preço proposto, permitindo, ainda, que, por meio de um processo competitivo, seja dada a oportunidade a qualquer interessado de oferecer valor superior ao proposto, em benefício das Recuperandas.

2.3. UPI TVCo

A UPI TVCo será composta por 100% das ações de emissão da SPE TVCo que reunirá os ativos e passivos relacionados ao negócio de TV por assinatura, descritos no Anexo 5.3.5 do Aditamento ao PRJ, que prevê a alienação da UPI TVCo por meio de um procedimento competitivo, nos termos da LRF, mediante a apresentação de propostas fechadas para aquisição de 100% das ações de emissão da SPE TVCo, sendo certo que a aquisição da UPI TVCo envolverá (i) o pagamento, em uma única parcela em dinheiro, de um valor mínimo de R\$ 20 milhões, bem como (ii) a obrigação do respectivo adquirente de compartilhar com as Recuperandas e/ou suas coligadas 50% da receita líquida do serviço a ser oferecido aos seus clientes através da tecnologia IPTV sobre rede FTTH, nos termos e condições a serem previstos no Edital do procedimento competitivo de alienação da UPI TVCo.

3. Pagamento de Credores

O Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de ajustes nas condições de pagamento de credores concursais e também mecanismos que permitem ou obrigam a Companhia a pagar determinados créditos sujeitos ao Plano em prazo menor do que o previsto no Plano homologado.

Informações detalhadas sobre as propostas de pagamento previstas com relação a cada classe de credores estão descritas no Aditamento ao PRJ.

3.1 Créditos Trabalhistas

O Aditamento ao PRJ prevê, ainda, que credores trabalhistas cujos créditos não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC terão seus créditos até o montante total de R\$ 50,0 mil pagos no prazo máximo de 30 dias da homologação do Aditamento ao PRJ, desde que os referidos créditos trabalhistas (i) constem da relação de credores do administrador judicial; ou (ii) sejam objeto de decisão transitada em julgado que encerrou o respectivo processo e homologou o valor devido ao respectivo credor; ou (iii) no caso dos credores decorrentes de honorários de sucumbência, seja

Notas Explicativas

proferida decisão em incidente de habilitação ou impugnação de crédito distribuída até a Nova AGC, desde que realizem opção por essa forma de pagamento.

3.2 Créditos com Garantia Real

O Aditamento ao PRJ prevê que, na hipótese de alienação da UPI Ativos Móveis, parte dos recursos a serem pagos pelo vencedor do respectivo Procedimento Competitivo e adquirente da UPI Ativos Móveis será destinada diretamente pelo referido adquirente para a conta bancária dos Credores com Garantia Real para o pagamento antecipado de 100% do valor remanescente dos Créditos com Garantia Real (conforme condições definidas no Aditamento ao PRJ).

3.3 Créditos Agências Reguladoras

Nos termos da nova versão do Aditamento ao PRJ, os Créditos Agências Reguladoras serão pagos, na forma já autorizada pelos credores, na Cláusula 4.3.4.2 do PRJ Original, por meio de celebração de transação, na forma da Lei nº 13.988, de 4 de abril de 2020, a ser firmada no prazo de 180 dias contados da homologação do Aditamento ao PRJ, devendo as Recuperandas atenderem às condições exigidas pelas autoridades competentes, inclusive quanto à manutenção e/ou apresentação de garantias, sendo também permitido às Recuperandas aderir a regra legal posterior que venha a ser editada que ofereça condições mais vantajosas. Tal previsão traz para o Grupo Oi maior segurança jurídica com relação à quitação dos referidos Créditos Agências Reguladoras e ao mesmo tempo mantém preservadas condições vantajosas de quitação dos mesmos.

3.4 Créditos Quirografários

3.4.1 Credores Quirografários Classe III.

3.4.1.1 Opção de Pagamento Linear

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários Classe III (conforme definido no Plano), com créditos no valor de até R\$ 3,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$ 3,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários Classe III com créditos de valor superior a R\$ 3,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

3.4.1.2 Obrigação de Recompra em Eventos de Liquidez

O Aditamento ao PRJ traz uma alteração à Cláusula 5.2 do Plano para prever a obrigação de pré-pagamento com desconto, pelas Recuperandas, dos credores ali mencionados também na ocorrência de um ou mais Eventos de Liquidez (conforme definidos no Aditamento ao PRJ) nos primeiros 5 anos contados da homologação judicial do PRJ. Para tanto, o Aditamento ao PRJ estabelece que o Grupo Oi deverá destinar 100,0% da Receita Líquida dos Eventos de Liquidez (conforme definida no Aditamento ao PRJ) que ultrapassar o montante de R\$ 6,5 bilhões para, em até 3 rodadas de pagamento, antecipar o pagamento dos créditos detidos pelos Credores Quirografários previstos na referida Cláusula, conforme descrito na Cláusula 5.4 do Aditamento ao PRJ.

Notas Explicativas

3.4.1.3 Empréstimos Credores Parceiros

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a Oi ou sua subsidiária SPE InfraCo poderão captar novos recursos por meio de linhas de crédito contratadas com Credores Quirografários, até o montante de R\$ 3,0 bilhões, sendo garantida isonomia e oportunidade para todos os Credores Quirografários, por meio da divulgação prévia de edital contendo todos os termos e condições do empréstimo a ser contratado na respectiva rodada (“Empréstimo Credores Parceiros”). As condições do Empréstimo Credores Parceiros estão descritas na Cláusula 5.6.5.2 do Aditamento ao PRJ. Em contrapartida à participação no Empréstimo Credores Parceiros, cada credor com créditos reestruturados na forma do PRJ Original fará jus ao pagamento antecipado do seu respectivo crédito no montante equivalente a 1/2 (metade) do valor do empréstimo oferecido por tal credor que seja efetivamente utilizado pela Oi ou SPE InfraCo, nas condições previstas na Cláusula 5.6.5.3 do Aditamento ao PRJ.

3.4.1.4 Leilão Reverso

O Aditamento ao PRJ permite às Recuperandas, a qualquer momento, durante o prazo de 5 anos contados da homologação do Aditamento ao PRJ, promover uma ou mais rodadas de pagamento antecipado de Credores Quirografários que oferecerem os respectivos créditos com a maior taxa de deságio em cada rodada realizada (“Leilão Reverso”). Em cada Leilão Reverso, será considerado vencedor o Credor Quirografário que apresentar o maior percentual de deságio sobre o montante total dos seus créditos, e assim sucessivamente, nas condições previstas na Cláusula 4.7.1 do Aditamento ao PRJ.

As condições específicas de cada Leilão Reverso, inclusive eventuais restrições e regras de deságio mínimo para participação, serão detalhadas no respectivo edital a ser divulgado previamente ao Leilão Reverso, no endereço eletrônico www.recjud.com.br, e posteriormente enviado aos Credores Quirografários interessados que realizarem o seu cadastro, na forma prevista na Cláusula 4.7.4 do Aditamento ao PRJ.

3.4.1.5 Fianças Bancárias

O Aditamento ao PRJ permite às Recuperandas buscarem no mercado um limite de crédito para a contratação de fianças bancárias com Credores Quirografários. A cláusula 5.6.6 e seguintes do Aditamento ao PRJ, prevê a possibilidade de os Credores Quirografários oferecerem linhas de fiança bancária em garantia, em benefício das Recuperandas, no limite dos seus créditos estruturados, a serem sacadas sob a condição de as Recuperandas reduzirem a sua exposição em garantia em relação à posição de 31 de dezembro de 2017, garantindo, em contrapartida, a redução do desconto de pré-pagamento de 60% para 55%, a ser aplicado em cada Rodada Exercício da Obrigação de Compra, a volumes equivalentes àqueles oferecidos em linhas de novas garantias, conforme previsto no Aditamento ao PRJ.

3.4.2 Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV

Nos termos do Aditamento ao PRJ, no prazo de 45 dias da Nova AGC os Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV (conforme definido no Plano) com créditos no valor de até R\$ 150,0 mil que ainda não tenham sido integralmente quitados até a Nova AGC e que tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC poderão optar pelo recebimento integral do valor de seu crédito, na plataforma eletrônica a ser disponibilizada pelo Grupo Oi no endereço eletrônico www.credor.oi.com.br. A opção por receber R\$ 150,0 mil poderá ser exercida, no mesmo prazo, pelos Credores Quirografários ME/EPP, listados na Classe IV, com créditos de valor superior a R\$ 150,0 mil, desde que (i) os créditos ainda não tenham sido integralmente quitados

Notas Explicativas

até a Nova AGC; (ii) já tenham distribuído incidente de habilitação ou impugnação de crédito até a Nova AGC; e (iii) no momento da realização da opção, tais credores outorguem às Recuperandas, na mesma plataforma, quitação pelo valor integral dos seus respectivos créditos.

4. Encerramento da Recuperação Judicial

Nos termos do Aditamento ao PRJ, a recuperação judicial será encerrada no dia 30 de maio de 2022, sendo certo que tal data poderá ser prorrogada por motivo de força maior identificado e aprovado exclusivamente pelo Juízo da Recuperação Judicial.

5. Atividades da Oi uma vez implementadas as medidas previstas no Aditamento ao PRJ

Caso implementadas a reestruturação societária realizada para segregar as UPIs e a alienação das UPIs na forma do Aditamento ao PRJ, a Companhia permanecerá com todas as atividades, bens, direitos e obrigações não expressamente transferidos para as UPIs, incluindo determinados ativos de fibra ótica, *backbone* e *backhaul* de fibra e cobre relacionados à rede de transporte do Grupo Oi, clientes residenciais, empresariais e corporativos (inclusive os de natureza pública), além dos serviços Digitais e de TI (Oi Soluções), bem como as operações de manutenção e instalação de campo na Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”) e de atendimento a clientes na Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”).

Com tais medidas, busca-se que este conjunto de ativos seja suficiente para garantir a continuidade das atividades da Companhia e o pagamento de suas dívidas nos termos do Aditamento ao PRJ. Outras informações a respeito do Aditamento ao PRJ e implementação das medidas nele previstas estão contidas nos documentos divulgados nesta data pela Companhia e disponíveis em seu website (www.oi.com.br/ri ou <http://www.recjud.com.br/>) e no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br).

6. Íntegra do Aditamento ao PRJ

A íntegra da nova versão do Aditamento ao PRJ encontra-se à disposição dos acionistas da Companhia na sede da Companhia e em seu website (www.oi.com.br/ri ou <http://www.recjud.com.br/>), no Sistema Empresas.NET da CVM (www.cvm.gov.br), além do website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Cópia do material apresentado à CVM também será enviada, assim que possível, traduzida para o inglês, à *US Securities and Exchange Commission* conforme o *Form 6-K*.

Nova AGC

Em 7 de agosto de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial, considerando (i) o prazo de 60 (sessenta) dias após a apresentação do Aditamento ao PRJ; (ii) a pandemia do COVID-19; (iii) a instauração de processo de mediação entre determinados bancos e as Recuperandas; e (iv) a definição dos critérios dos credores que votam na Nova AGC, determinou que a Nova AGC seja realizada no início de setembro de 2020, em local já reservado pelo Administrador Judicial, devendo zelar pelo cumprimento de todas as regras sanitárias vigentes à época da Nova AGC.

Em 12 de agosto de 2020, o Juízo da Recuperação Judicial homologou as datas sugeridas pelo administrador judicial para a Nova AGC, designando a realização da Nova AGC para os dias 8 de setembro de 2020, em primeira convocação, e 14 de setembro de 2020, em segunda convocação, a ser realizada em ambos os casos no Centro de Convenções SulAmérica.

Notas Explicativas

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2020, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o Aumento de Capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do Processo de Recuperação Judicial, da concretização de outras previsões das Empresas Oi e da aprovação do Aditamento ao PRJ pela Nova AGC e pelo Juízo da Recuperação Judicial.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas relevantes que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 30 de junho de 2020, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 8.163.912 (R\$ 8.075.473 na Controladora), o prejuízo do período montava a R\$ 9.747.190 (R\$ 9.689.449 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 7.261.001 (R\$ 3.974.755 na controladora). Em 31 de dezembro de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 17.796.506 (R\$ 17.650.326 na Controladora), o prejuízo do exercício montava a R\$ 9.095.107 (R\$ 9.000.434 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 6.157.364 (R\$ 6.050.559 na controladora).

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 3 de março de 2020 classificou-a como uma pandemia.

Até a data de encerramento das Informações Trimestrais, não temos registros de desvios materiais em nossas operações e resultados, embora o cenário seja adverso e ainda hajam incertezas sobre sua duração e efeitos. Além disto, a Companhia intensificou a digitalização de processos, canais de vendas e atendimento, telemarketing e teleagentes o que tem permitido uma rápida e crescente recuperação e retomada de patamares pré-COVID.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em certos indicadores financeiros, dentre eles o Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente o atendimento destas condições das cláusulas restritivas, uma vez que o não atingimento de tais indicadores financeiros pode acarretar o vencimento antecipado do saldo devido destas dívidas.

Como consequência da crise financeira causada pela pandemia do COVID-19, a manutenção do Real em níveis depreciados no segundo trimestre de 2020 impactou estes indicadores. Ao final do primeiro trimestre, a Companhia, obteve “*waiver*” junto a seus credores para o primeiro semestre de 2020 eliminando, portanto, as consequências contratualmente previstas pela quebra de “*covenants*”. Vide mais informações nas Notas 3 e 20.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM e que estão em conformidade com as IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*”. Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2020 e estão de acordo com o IAS nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2020 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2019, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2019, conforme item (b) desta nota explicativa.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço patrimonial como ativos mantidos para venda, no ativo circulante, como resultado da expectativa da Administração em alienar esses ativos e passivos no curto prazo (Nota 30(a)). No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o CPC 31 / IFRS 5.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Valor justo de passivos financeiros; (vi) Provisões; (vii) Valor justo de ativos financeiros;

Notas Explicativas

(viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados, (x) Arrendamentos, (xi) Provisões para contratos onerosos e (xii) Remuneração baseada em ações.

Com relação ao item (iv) acima, os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso ou do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Informações Trimestrais.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia atualizou as projeções utilizadas na apuração do valor em uso dos ativos de longa duração (ativo imobilizado e intangível) para fins de avaliar potenciais indícios de redução ao valor recuperável destes ativos, considerando eventuais impactos causados pela Covid-19 (Nota 31 (d)).

A atualização das referidas projeções considerou as observações constatadas pela Administração da Companhia até a data de reporte destas informações contábeis intermediárias, cujos principais aspectos avaliados foram: (i) atualização das premissas e critérios utilizados nas projeções dos fluxos de caixa futuros; (ii) atualização e normalização do WACC utilizado nos cálculos de apuração do valor em uso para refletir o contexto econômico atual; (iii) definição de cenários de sensibilidade para avaliar eventuais impactos.

Com base nas informações mencionadas acima, a Companhia não identificou indícios de perda ao valor recuperável dos referidos ativos de longa duração.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

Notas Explicativas

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Euro	6,1539	4,5305	5,4211	4,3440
Dólar Norte Americano	5,4760	4,0307	4,9218	3,8459
Escudo de Cabo Verde	0,0559	0,0411	0,0492	0,0394
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000261	0,000192	0,000234	0,000183
Xelim Queniano	0,0514	0,0398	0,0472	0,0381
Metical de Moçambique	0,0779	0,0631	0,0734	0,0608

Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. A Administração monitora e acompanha o desempenho de cada oferta de serviços na visão segmentada por cliente, sendo os resultados analisados de forma consolidada no que tange os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas (Nota 28).

Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou algumas reclassificações na nota explicativa de resultado financeiro referentes ao período findo em 30 de junho de 2019 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas informações contábeis individuais e consolidadas, do período findo em 30 de junho de 2020. Essas reclassificações não afetaram o resultado do período e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/06/2019			30/06/2019		
	Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual	Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual
Ajuste a valor presente	1.034	(1.034)		3.824	(3.824)	
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	(43.585)	43.585		(126.247)	126.247	
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros		(42.551)	(42.551)		(122.423)	(122.423)
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com partes relacionadas		(120.301)	(120.301)			
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(80.247)	120.301	40.054			
Total reclassificações receitas financeiras	(122.798)		(122.798)	(122.423)		(122.423)
Total receita financeira	27.675		27.675	(20.459)		(20.459)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas		(78.365)	(78.365)			
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	65.027	78.365	143.392			
Juros sobre arrendamentos		(17.342)	(17.342)		(231.895)	(231.895)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(50.100)	(63.702)	(113.802)	(136.068)	(217.962)	(354.030)
Outras despesas	(137.619)	81.044	(56.575)	(532.281)	449.857	(82.424)
Total reclassificações despesas financeiras	(122.692)		(122.692)	(668.349)		(668.349)
Total despesa financeira	(366.545)		(366.545)	(1.353.222)		(1.353.222)
Resultado financeiro	(338.870)		(338.870)	(1.373.681)		(1.373.681)

	Período de seis meses findos em					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	30/06/2019			30/06/2019		
	Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual	Apresentação original	Reclassificação	Apresentação atual
Ajuste a valor presente	1.034	(1.034)		3.824	(3.824)	
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	(31.485)	31.485		(122.843)	122.843	
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros		(30.451)	(30.451)		(119.019)	(119.019)
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com partes relacionadas		(228.487)	(228.487)			
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(37.477)	228.487	191.010			
Total reclassificações receitas financeiras	(67.928)		(67.928)	(119.019)		(119.019)
Total receita financeira	1.161.044		1.161.044	1.330.321		1.330.321
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas		(176.298)	(176.298)			
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	101.071	176.298	277.369			
Juros sobre arrendamentos		(35.830)	(35.830)		(469.008)	(469.008)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(120.785)	(125.972)	(246.757)	(371.241)	(430.684)	(801.925)
Outras despesas	(283.200)	161.802	(121.398)	(1.160.561)	899.692	(260.869)
Total reclassificações despesas financeiras	(302.914)		(302.914)	(1.531.802)		(1,531.802)
Total despesa financeira	(1.070.032)		(1.070.032)	(2.905.732)		(2.905.732)
Resultado financeiro	91.012		91.012	(1.575.411)		(1.575.411)

Notas Explicativas

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As novas normas, interpretações e emendas emitidas pelo IASB que são efetivas em períodos contábeis futuros e que a Companhia decidiu por não adotar antecipadamente são os seguintes, válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2020:

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras 1 de janeiro de 2020
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Erros Contábeis (Emenda - Definição de Material) 1 de janeiro de 2020
IFRS 3	Combinações de negócios (alteração - definição de negócio) Estrutura conceitual revisada para relatórios financeiros 1 de janeiro de 2020

As alterações nas referidas normas não tiveram impactos nas Informações Trimestrais da Companhia.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	343.867	343.867	1.498.157	1.498.157
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.912.040	1.912.040	4.352.496	4.352.496
Aplicações financeiras	Valor justo	186.041	186.041	221.997	221.997
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	7.553.093	7.553.093		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.774.005	1.774.005	6.436.566	6.436.566
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499		
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			57.060	57.060
Créditos a receber – Venda PT Ventures (i)	Custo amortizado			219.821	219.821
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.796.932	1.796.932	8.120.553	8.120.553
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.471.726	2.471.726	10.161.145	10.161.145
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.315.676	1.315.676		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.480.105	2.480.105	3.862.854	3.862.854
Debêntures privadas				3.546.114	3.546.114
“Senior Notes”	Custo amortizado	8.545.070	8.296.258	8.545.070	8.296.258
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	4.775	4.775	5.743	5.743
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	9.315	9.315	67.292	67.292
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	247.122	247.122	396.119	396.119
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	708.371	708.371	8.742.107	8.742.107

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.465	152.465	575.863	575.863
Equivalentes de caixa	Valor justo	797.502	797.502	1.506.082	1.506.082
Aplicações financeiras	Valor justo	182.696	182.696	217.792	217.792
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.583.816	5.583.816		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.383.264	1.383.264	6.334.526	6.334.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	3.499	3.499	426	426
Ativo financeiro a valor justo	Valor justo			40.689	40.689
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 30)	Valor justo	1.474.699	1.474.699	1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber (Nota 30)	Custo amortizado	2.435.014	2.435.014	2.435.014	2.435.014
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.960.453	1.960.453	8.887.367	8.887.367
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.152	1.152	1.152	1.152
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.060.582	2.060.582	8.354.777	8.354.777
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	783.404	783.404		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.344.962	2.344.962	3.652.353	3.652.353
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.219.619	6.565.782	6.219.619	6.565.782
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	4.761	4.761	5.731	5.731
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			58.582	58.582
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	263.684	263.684	417.503	417.503
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	656.359	656.359	8.150.026	8.150.026

Para o fechamento do período findo em 30 de junho de 2020:

(i) Os saldos de contas a receber e créditos a receber decorrente da venda da PT Ventures têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Os saldos de fornecedores, sujeitos a recuperação judicial, foram ajustados a valor justo, na data da novação dos passivos e estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os

Notas Explicativas

saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	343.867	152.465	1.498.157	575.863
Equivalentes de caixa	Nível 1	1.912.040	797.502	4.352.496	1.506.082
Aplicações financeiras	Nível 1	186.041	182.696	221.997	217.792
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3		1.474.699		1.474.699
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2		1.152		1.152

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte, em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

Notas Explicativas

(b) Ativos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos mantidos para venda representavam a participação indireta detida pela PT Ventures nos dividendos a receber e no valor justo do investimento financeiro na Unitel, ambos classificados como ativos mantidos para venda. Os ativos provenientes do investimento detido na PT Ventures estavam avaliados substancialmente pelo valor justo de realização do investimento por venda, ocorrida em 23 de janeiro de 2020. Em 30 de junho de 2020, a Companhia detém crédito a receber decorrente da venda da PT Ventures no montante de R\$ 219.821. Para mais informações vide Notas 14 e 30.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente o risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía operações de derivativos vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 30 de junho de 2020, não houve movimentações de operações referentes aos “*hedges*” cambiais e “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”.

Cabe ressaltar que a Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos e o método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos contratados são o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas em cada ano fiscal. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros se reúne mensalmente e atualmente é composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretor de *Compliance* e Riscos, Diretor de Contabilidade e Arrecadação, Diretor de Planejamento e Avaliação Financeira, Diretor Jurídico Tributário, Diretor de Regulamentação e Assuntos Institucionais e Diretor de Tesouraria e Análise de Desempenho.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Em linha com os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

Notas Explicativas

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de junho de 2020, exceto no que diz respeito aos créditos a receber decorrente da venda da PT Ventures (Nota 14), para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 65,2% (31/12/2019 – 52,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas.

Para minimizar esse tipo de risco, após a conclusão da venda da PT Ventures, em janeiro de 2020, a Companhia optou pela manutenção de parte dos recursos recebidos com esta venda em caixa “*offshore*”, como “*hedge*” natural tanto para fazer face ao pagamento dos juros em moeda estrangeira a serem feitos em 2020 quanto para a parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas em Dólar. A Companhia possui proteção para praticamente 100% do fluxo de caixa destas operações em 2020 através deste “*hedge*” natural. Em 30 de junho de 2020 a Companhia não possuía operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda.

O percentual de cobertura cambial para efeito de “*covenants*” e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 45,1%.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	284.060	284.060	108.160	108.160
Créditos com partes relacionadas	7.552.892	7.552.892	5.583.816	5.583.816
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda			1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber			2.435.014	2.435.014
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	10.884.630	10.884.630	7.683.578	7.683.578
Instrumentos financeiros derivativos			1.152	1.152

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	1.356.659	1.356.659	400.874	400.874
Equivalentes de caixa	1.486	1.486	1.096	1.096
Créditos a receber – Venda PT Ventures (Nota 14)	219.821	219.821		
Ativos mantidos para venda				
Ativo financeiro mantido para venda			1.474.699	1.474.699
Dividendos a receber			2.435.014	2.435.014
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	16.986.839	16.986.839	9.521.291	9.521.291
Instrumentos financeiros derivativos			1.152	1.152

Em 30 de junho de 2020 a Companhia não possuía derivativos designados para a contabilidade de “Hedge”. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)				(1.152)	(1.152)	

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial eram principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 30 de junho de 2020 não havia operações de proteção contratadas junto a instituições financeiras na modalidade de contratos de NDF, e neste período foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações de termo em moedas – resultado financeiro		(5.718)		(5.718)
Operações de termo em moedas – resultado operacional		12.625		12.625
Total		6.907		6.907

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	127.581	54.081	127.581	54.081
Operações de termo em moedas – resultado operacional	1.152	11.145	1.152	11.145
Total	128.733	65.226	128.733	65.226

Em outros resultados abrangentes foram registradas as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	(1.152)	(1.152)
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	1.152	1.152
Saldo em 30/06/2020		

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2020, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2020. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2020	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	5,4760	0%
Euro	6,1539	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	6,8450	25%
Euro	7,6924	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	8,2140	50%
Euro	9,2309	50%

Notas Explicativas

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição		30/06/2020					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	12.529.244	15.661.555	18.793.866	24.852.961	31.066.202	37.279.442
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(230.775)	(288.469)	(346.163)	(1.028.739)	(1.285.924)	(1.543.109)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	251.613	314.516	377.419	3.683.047	4.603.809	5.524.571
Caixa em Euro	Queda do Euro	(53.460)	(66.825)	(80.190)	(329.406)	(411.758)	(494.109)
Ajuste a valor justo	Queda do Dólar/Euro	(3.150.704)	(3.938.380)	(4.726.056)	(11.516.647)	(14.395.809)	(17.274.970)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		9.345.918	11.682.397	14.018.876	15.661.216	19.576.520	23.491.825
Total (ganho) perda			2.336.479	4.672.958		3.915.304	7.830.609

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 30 de junho de 2020. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2020, aproximadamente 34,8% (31/12/2019 – 47,5%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.912.040	1.912.040	797.502	797.502
Aplicações financeiras	186.041	186.041	182.696	182.696
Créditos com partes relacionadas	201	201		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	3.927.947	3.927.947	3.724.989	3.724.989

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	4.351.010	4.351.010	1.504.986	1.504.986
Aplicações financeiras	221.997	221.997	217.792	217.792
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	9.128.344	9.128.344	8.705.458	8.705.458

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TJLP vem apresentando sucessivas reduções desde abril de 2019, quando foi fixada em 6,26% até junho daquele ano. De julho a setembro, foi reduzida para 5,95% e de outubro a dezembro, nova redução para 5,57%. A partir de janeiro de 2020, a taxa TJLP foi reduzida para 5,09% a.a. e de abril a junho de 2020, para 4,94% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional já havia decidido e anunciado manter a tendência de queda na taxa, desta vez para 4,91% a.a., vigente no período de julho a setembro de 2020.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2020, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/06/2020					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
2,15%	4,94%	2,69%	6,18%	3,23%	7,41%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor justo desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Risco individual	30/06/2020					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.554.541	3.256.010	3.982.039	4.534.045	5.779.080	7.067.705
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	785.568	923.154	1.064.463	2.937.442	3.449.214	3.974.118
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		3.340.109	4.179.164	5.046.502	7.471.487	9.228.294	11.041.823
Total (ganho) perda			839.055	1.706.393		1.756.807	3.570.336

Notas Explicativas

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2020, aproximadamente 79,94% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Em 24 de janeiro de 2020, a Oi vendeu sua participação na PT Ventures à empresa petroleira local Sonangol por US\$ 1 bilhão. Do valor total, US\$ 699,1 milhões foram pagos pela Sonangol no dia da venda, após ter adiantado o valor de US\$ 60,9 milhões antes da data do fechamento a título de dividendos. O valor de US\$ 200 milhões foi pago pela Sonangol até o encerramento do segundo trimestre de 2020 e o valor remanescente de US\$ 40 milhões foi pago à Africatel no início de julho de 2020. A ação faz parte do plano estratégico divulgado pela Companhia e visa fortalecer o caixa e contribuir para a realização de seu Plano de CAPEX.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações) e, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA.....	entre 2x e 4,0x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Notas Explicativas

O impacto da COVID-19 sobre a economia mundial, continua contribuindo para a manutenção do Real em um nível mais depreciado no período, com impacto relevante na dívida bruta da Companhia. Esta elevação, no entanto, representa um impacto puramente contábil, uma vez que o vencimento das dívidas se encontra no longo prazo. Apenas o “*Bond*” qualificado possui saídas de caixa em moeda estrangeira para pagamento de juros, o que está protegido através de “*hedge*” natural, com a manutenção de parcela dos recursos da venda da PT Ventures em caixa “*offshore*”.

3.2.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas sem a devida obtenção de “*waiver*” poderia acarretar o vencimento antecipado de outros contratos de empréstimos e financiamentos. Ao final de 30 de junho de 2020 não havia risco de vencimento antecipado das dívidas da Companhia.

O risco de vencimento antecipado, decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, foi mitigado através da obtenção preventiva da carta de “*waiver*” junto aos credores até o encerramento do primeiro trimestre de 2020, que está detalhado na Nota 20, na seção “*Covenants*”.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.017.612	1.264.733	6.158.667	6.850.434
Deduções da receita bruta	(245.142)	(307.908)	(1.614.917)	(1.759.089)
Tributos	(242.610)	(306.240)	(1.245.363)	(1.408.702)
Outras deduções	(2.532)	(1.668)	(369.554)	(350.387)
Receitas de vendas e/ou serviços	772.470	956.825	4.543.750	5.091.345

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.079.941	2.577.983	12.569.138	13.851.323
Deduções da receita bruta	(500.813)	(625.607)	(3.276.865)	(3.629.942)
Tributos	(495.936)	(623.724)	(2.543.519)	(2.907.448)
Outras deduções	(4.877)	(1.883)	(733.346)	(722.494)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.579.128	1.952.376	9.292.273	10.221.381

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas de vendas e/ou serviços	772.470	956.825	4.543.750	5.091.345
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(17.568)	(19.908)	(119.980)	(104.629)
Pessoal	(90.375)	(100.096)	(547.174)	(599.828)
Serviços de terceiros	(223.075)	(283.070)	(1.334.081)	(1.510.809)
Serviço de manutenção da rede	(121.103)	(166.331)	(218.649)	(256.528)
Custo de aparelhos e outros			(16.849)	(45.857)
Publicidade e propaganda	(11.210)	(22.846)	(67.283)	(114.051)
Aluguéis e seguros	(116.904)	(94.774)	(576.983)	(673.909)
(Provisões) / Reversões	39.490	35.823	(41.493)	(54.386)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(10.009)	(29.647)	(127.422)	(130.509)
Tributos e outras receitas (despesas)	(2.334.656)	(1.068.626)	(135.143)	(2.337)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				(167.395)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(2.885.410)	(1.749.475)	(3.185.057)	(3.660.238)
Depreciação e amortização	(378.676)	(452.083)	(1.724.894)	(1.729.388)
Total das despesas operacionais	(3.264.086)	(2.201.558)	(4.909.951)	(5.389.626)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.491.616)	(1.244.733)	(366.201)	(298.281)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	2.426.322	27.675	856.360	(20.459)
Despesas financeiras	(3.344.090)	(366.545)	(3.982.968)	(1.353.222)
Total do resultado financeiro	(917.768)	(338.870)	(3.126.608)	(1.373.681)
Prejuízo antes das tributações	(3.409.384)	(1.583.603)	(3.492.809)	(1.671.962)
Imposto de renda e contribuição social		24.558	(591)	(37.283)
Prejuízo do período	(3.409.384)	(1.559.045)	(3.493.400)	(1.709.245)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(3.409.384)	(1.559.045)	(3.409.384)	(1.559.045)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores			(84.016)	(150.200)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(669.788)	(772.552)	(3.623.254)	(3.859.613)
Despesas com vendas	(125.922)	(210.999)	(721.073)	(889.997)
Despesas gerais e administrativas	(206.232)	(208.291)	(675.655)	(689.444)
Outras receitas operacionais	129.977	417.994	551.520	596.737
Outras despesas operacionais	(34)	5.062	(441.972)	(546.645)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.392.087)	(1.432.772)	483	(664)
Total das despesas operacionais	(3.264.086)	(2.201.558)	(4.909.951)	(5.389.626)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas de vendas e/ou serviços	1.579.128	1.952.376	9.292.273	10.221.381
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(34.034)	(50.492)	(231.649)	(241.120)
Pessoal	(182.909)	(194.197)	(1.155.729)	(1.203.589)
Serviços de terceiros	(468.419)	(572.512)	(2.763.060)	(3.010.233)
Serviço de manutenção da rede	(249.978)	(330.664)	(453.335)	(531.456)
Custo de aparelhos e outros			(40.268)	(95.639)
Publicidade e propaganda	(26.028)	(38.831)	(138.177)	(185.883)
Aluguéis e seguros	(236.835)	(211.771)	(1.161.325)	(1.336.565)
(Provisões) / Reversões	(3.500)	17.823	(63.485)	(113.777)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(25.381)	(71.079)	(266.054)	(267.486)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(7.106.928)	(1.278.150)	(127.847)	(9.691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)		592.770	366.558	819.790
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(8.334.012)	(2.137.103)	(6.034.371)	(6.175.649)
Depreciação e amortização	(760.600)	(895.211)	(3.435.963)	(3.419.064)
Total das despesas operacionais	(9.094.612)	(3.032.314)	(9.470.334)	(9.594.713)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(7.515.484)	(1.079.938)	(178.061)	626.668
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	10.545.930	1.161.044	4.240.913	1.330.321
Despesas financeiras	(12.731.980)	(1.070.032)	(13.843.494)	(2.905.732)
Total do resultado financeiro	(2.186.050)	91.012	(9.602.581)	(1.575.411)
Prejuízo antes das tributações	(9.701.534)	(988.926)	(9.780.642)	(948.743)
Imposto de renda e contribuição social	12.085	(1.716)	33.452	(81.739)
Prejuízo do período	(9.689.449)	(990.642)	(9.747.190)	(1.030.482)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(9.689.449)	(990.642)	(9.689.449)	(990.642)
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores			(57.741)	(39.840)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.350.764)	(1.572.791)	(7.288.378)	(7.733.082)
Despesas com vendas	(266.668)	(426.830)	(1.483.929)	(1.758.287)
Despesas gerais e administrativas	(423.780)	(430.763)	(1.389.115)	(1.379.855)
Outras receitas operacionais	281.274	1.305.629	1.439.181	2.140.729
Outras despesas operacionais	(66.021)	(38.927)	(778.838)	(862.929)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.268.653)	(1.868.632)	30.745	(1.289)
Total das despesas operacionais	(9.094.612)	(3.032.314)	(9.470.334)	(9.594.713)

(i) Inclui resultado de equivalência patrimonial.

(ii) No primeiro semestre de 2020, representado principalmente por ganho na alienação de imóvel no montante de R\$ 84.920 (Nota 31(c)) e ganho na alienação do investimento detido na PT Ventures no montante de R\$ 79.114 (Nota 30). No primeiro semestre de 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 987.185 no consolidado, dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em 2019 (vide Nota 11).

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras				
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros	201.220	(42.551)	745.883	(122.424)
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com partes relacionadas	1.601.354	(120.301)		
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos	(24.732)	97.091	5.347	30.601
Rendimentos de aplicações financeiras	19.537	53.655	34.413	71.243
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	610.580	40.054		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	17.271	(1.218)	72.189	(1.259)
Outras receitas	1.092	945	(1.472)	1.380
Total	2.426.322	27.675	856.360	(20.459)
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(152.765)	(92.369)	(364.475)	(204.452)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(260.167)	(78.365)		
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	(628.703)	142.280	(1.487.357)	252.641
Juros sobre empréstimos com terceiros	(313.005)	(220.124)	(415.652)	(316.968)
Juros sobre debêntures	(27.250)	(54.191)	(152.979)	(84.408)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(1.553.009)	143.392		
Sub-total:	(2.934.899)	(159.377)	(2.420.463)	(353.187)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(21.268)	(17.342)	(221.515)	(231.895)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	41.565	57.838	(70.751)	(169.615)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(20.936)	(21.630)	(68.913)	(67.203)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(278.167)	(113.802)	(916.260)	(354.030)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(86.555)	(47.526)	(200.418)	(85.126)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(1.071)	(2.413)	(1.977)	(4.025)
Operações com instrumentos financeiros derivativos		(5.718)		(5.718)
Outras despesas	(42.759)	(56.575)	(82.671)	(82.423)
Sub-total:	(409.191)	(207.168)	(1.562.505)	(1.000.035)
Total	(3.344.090)	(366.545)	(3.982.968)	(1.353.222)
Resultado financeiro	(917.768)	(338.870)	(3.126.608)	(1.373.681)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receitas financeiras				
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com terceiros	1.025.072	(30.451)	3.540.698	(119.019)
Variação monetária e cambial sobre desconto de dívidas com partes relacionadas	6.621.656	(228.487)		
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (i)	164.331	1.078.194	171.285	1.250.292
Rendimentos de aplicações financeiras	35.742	110.288	73.287	158.187
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	2.496.364	191.010		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	199.917	(55.991)	455.368	(56.627)
Outras receitas	2.848	96.481	275	97.488
Total	10.545.930	1.161.044	4.240.913	1.330.321
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Amortização do desconto de dívidas com terceiros	(391.367)	(189.761)	(942.205)	(419.648)
Amortização de desconto de dívidas com partes relacionadas	(823.462)	(176.298)		
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	(3.252.102)	96.787	(7.322.628)	208.378
Juros sobre empréstimos com terceiros	(601.909)	(422.797)	(805.288)	(621.806)
Juros sobre debêntures	(64.283)	(106.863)	(294.225)	(166.449)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(6.490.475)	277.369		
Sub-total:	(11.623.598)	(521.563)	(9.364.346)	(999.525)
b) Outros encargos				
Juros sobre arrendamentos	(41.880)	(35.830)	(475.834)	(469.008)
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	418.694	(19.839)	133.022	(47.228)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(58.620)	(86.911)	(162.825)	(189.739)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos (ii)	(1.033.781)	(246.757)	(3.298.097)	(801.925)
Atualização monetária de (provisões)/reversões	(181.387)	(86.590)	(376.608)	(182.377)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(2.433)	(5.225)	(4.452)	(9.142)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(127.581)	54.081	(127.581)	54.081
Outras despesas (iii)	(81.394)	(121.398)	(166.773)	(260.869)
Sub-total:	(1.108.382)	(548.469)	(4.479.148)	(1.906.207)
Total	(12.731.980)	(1.070.032)	(13.843.494)	(2.905.732)
Resultado financeiro	(2.186.050)	91.012	(9.602.581)	(1.575.411)

- (i) No primeiro semestre de 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 875 milhões na controladora e R\$ 1.024 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março e setembro de 2019 (Nota 11).

Notas Explicativas

- (ii) São considerados nessa rubrica os juros relativos ao ajuste a valor presente associados aos passivos de contratos onerosos e fornecedores sujeitos à RJ e respectivas variações cambiais e monetárias.
- (iii) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias e financeiras.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes		89	(591)	17.176
Tributos diferidos (Nota 10)		24.469		(54.459)
Total		24.558	(591)	(37.283)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo antes das tributações	(3.409.384)	(1.583.603)	(3.492.809)	(1.671.962)
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	1.159.191	538.425	1.187.555	568.467
Equivalência patrimonial	(813.310)	(487.142)	164	(226)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração)			16	(765)
Exclusões (adições) permanentes	464.485	(493.785)	137.272	(604.086)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	(810.366)	467.060	(1.119.726)	69.543
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior			(205.872)	(70.216)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado		24.558	(591)	(37.283)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes		(1.716)	9.638	(5.217)
Tributos diferidos (Nota 10)	12.085		23.814	(76.522)
Total	12.085	(1.716)	33.452	(81.739)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Prejuízo antes das tributações	(9.701.534)	(988.926)	(9.780.642)	(948.743)
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	3.298.522	336.235	3.325.418	322.573
Equivalência patrimonial	(2.471.342)	(635.335)	10.453	(438)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)		37	34	108
Exclusões (adições) permanentes (ii)	2.248.201	(633.332)	1.023.613	(841.195)
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	(3.063.296)	930.679	(3.753.764)	504.372
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(572.302)	(67.159)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	12.085	(1.716)	33.452	(81.739)

- (i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pelos efeitos de variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no PRJ.
- (iii) Reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (iv) Efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	343.867	152.465	1.498.157	575.863
Equivalentes de caixa	1.912.040	797.502	4.352.496	1.506.082
Total	2.255.907	949.967	5.850.653	2.081.945

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Operações compromissadas (i)	1.638.834	619.892	3.917.187	1.192.708
Títulos privados (ii)	137.381	84.467	206.696	134.818
CDB – Certificado de Depósito Bancário	133.012	90.427	223.448	173.854
“Time Deposits”			1.486	1.096
Outros	2.813	2.716	3.679	3.606
Equivalentes de caixa	1.912.040	797.502	4.352.496	1.506.082

Notas Explicativas

(b) Aplicações financeiras de curto e longo prazos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Títulos privados (iii)	169.092	167.084	197.529	196.203
Títulos públicos	16.949	15.612	24.468	21.589
Total	186.041	182.696	221.997	217.792
Circulante	181.823	177.869	189.362	183.850
Não circulante	4.218	4.827	32.635	33.942

- (i) Representado, principalmente, por fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.
- (ii) Representados, principalmente, por letras financeiras do tesouro de bancos privados com remuneração atrelada à taxa CDI e de liquidez imediata.
- (iii) Representados, principalmente, pelos investimentos com rentabilidade atrelada às taxas SELIC e CDB.

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Serviços faturados	1.749.793	1.348.859	5.971.997	5.910.643
Serviços a faturar	376.039	401.008	804.577	842.726
Aparelhos, acessórios e outros ativos	96.943	95.354	457.534	354.928
Subtotal	2.222.775	1.845.221	7.234.108	7.108.297
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(448.770)	(461.957)	(797.542)	(773.771)
Total	1.774.005	1.383.264	6.436.566	6.334.526

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
A vencer	1.992.586	1.617.990	5.356.093	5.118.874
Vencidas até 60 dias	122.564	114.255	521.699	527.459
Vencidas de 61 a 90 dias	13.531	17.282	105.701	104.694
Vencidas de 91 a 120 dias	11.748	12.066	90.500	99.299
Vencidas de 121 a 150 dias	14.248	12.004	83.527	83.083
Vencidas acima de 150 dias	68.098	71.624	1.076.588	1.174.888
Total	2.222.775	1.845.221	7.234.108	7.108.297

Notas Explicativas

As movimentações nas perdas esperadas em contas a receber de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2019	(461.957)	(773.771)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(25.381)	(265.656)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	38.568	241.885
Saldo em 30/06/2020	(448.770)	(797.542)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	64.096	13.215	309.769	209.513
CS a recuperar (i)	1.202	3	84.282	81.215
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	21.037	61.506	90.010	251.998
Total circulante	86.335	74.724	484.061	542.726
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹			122.989	99.175
Total não circulante			122.989	99.175

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar			36.625	54.358
CS a pagar			2.004	12.296
Total circulante			38.629	66.654
Tributos diferidos a recolher				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹		12.085		
Total não circulante		12.085		

¹ Vide quadro de movimentação abaixo.

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 30/06/2020
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	340.441	81.313	421.754
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	121.805	2.148	123.953
Provisões para fundos de pensão	(13.257)	80	(13.177)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	174.311	(5.670)	168.641
Participação nos lucros	17.153	(17.153)	
Variações cambiais	943.055	2.601.124	3.544.179
Ágio incorporado (i)	1.411.748	(139.566)	1.272.182
Obrigação onerosa	430.764	142.007	572.771
Arrendamentos	9.808	2.470	12.278
Outras adições e exclusões temporárias	220.519	(392)	220.127
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.656.347	2.666.361	6.322.708
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.437.246	355.722	4.792.968
Total de tributos diferidos ativos	8.093.593	3.022.083	11.115.676
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(1.178.218)	53.298	(1.124.920)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(6.927.460)	(3.063.296)	(9.990.756)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	(12.085)	12.085	

	CONSOLIDADO		
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Saldo em 30/06/2020
Tributos diferidos ativos com relação a:			
Diferenças temporárias			
Provisões	1.175.247	47.058	1.222.305
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	164.554	4.548	169.102
Provisões para fundos de pensão	(14.105)	80	(14.025)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	432.420	3.935	436.355
Participação nos lucros	81.319	(61.838)	19.481
Variações cambiais	1.736.933	2.106.283	3.843.216
Ágio incorporado (i)	1.411.749	(139.567)	1.272.182
Obrigação onerosa	1.977.824	640.318	2.618.142
Arrendamentos	92.374	62.012	154.386
Outras adições e exclusões temporárias	860.878	9.530	870.408
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	7.919.193	2.672.359	10.591.552
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	14.762.087	1.006.817	15.768.904
Total de tributos diferidos ativos	22.681.280	3.679.176	26.360.456
Tributos diferidos passivos			
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.297.344)	98.402	(2.198.942)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(20.284.761)	(3.753.764)	(24.038.525)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	99.175	23.814	122.989

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do

Notas Explicativas

imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.

- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 35.766.317 e R\$ 14.433.424, e correspondem a R\$ 12.160.548 e R\$ 3.608.356 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar (i)	241.612	254.684	1.221.824	1.301.684
PIS e COFINS (ii)	1.383.355	1.463.569	2.687.226	2.736.009
Outros	61	54	80.910	47.257
Total	1.625.028	1.718.307	3.989.960	4.084.950
Circulante	481.508	485.428	1.636.852	1.089.391
Não circulante	1.143.520	1.232.879	2.353.108	2.995.559

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ICMS	134.584	141.147	546.926	526.618
ICMS Convênio nº 69/1998	47.198	46.681	204.962	220.467
PIS e COFINS (iii)	368.292	311.597	851.128	574.063
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	205.624	204.219	673.037	669.193
Fistel (v)	736		540.140	
Outros (vi)	7.347	7.338	196.154	120.460
Total	763.781	710.982	3.012.347	2.110.801
Circulante	218.778	172.674	1.765.581	886.763
Não circulante	545.003	538.308	1.246.766	1.224.038

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantinham ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS,

Notas Explicativas

bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas nos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

Referidos créditos foram habilitados para compensação pela Secretaria da Receita Federal entre maio e outubro de 2019, de modo que a Companhia vem utilizando-o para quitar tributos federais vincendos desde junho de 2019. O montante total apurado do crédito foi de aproximadamente R\$ 3 bilhões, somados os três processos.

(iii) Representado, principalmente, pela tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) Montante devido relativamente à taxa Fistel que, a partir da publicação da Medida Provisória nº 952/2020, teve seu pagamento prorrogado para 31 de agosto de 2020.

(vi) Representado, principalmente, por atualização monetária sobre exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota. A Companhia reconhece no ativo circulante o valor que se esperada ser resgatado de depósitos judiciais ou valor que se espera ser compensado de depósitos judiciais contra provisões nos próximos doze meses.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Cíveis	2.996.056	3.201.414	4.876.507	5.027.848
Tributárias	792.752	771.995	1.979.271	2.301.986
Trabalhistas	362.388	337.741	931.414	883.125
Subtotal:	4.151.196	4.311.150	7.787.192	8.212.959
Perda estimada	(10.262)	(20.920)	(40.676)	(47.112)
Total	4.140.934	4.290.230	7.746.516	8.165.847
Circulante	1.115.961	1.198.219	1.471.739	1.514.464
Não circulante	3.024.973	3.092.011	6.274.777	6.651.383

Notas Explicativas

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15) (i)	205.543	236.319	1.017.212	1.016.337
Fistel (ii)	368		302.551	
Publicidade e propaganda	814	814	47.944	55.695
Seguros	9.888	10.868	36.996	25.807
Fiança bancária	5.730	6.888	28.915	31.297
Outras	24.443	6.437	194.612	124.944
Total	246.786	261.326	1.628.230	1.254.080
Circulante	160.772	155.513	1.067.797	670.344
Não circulante	86.014	105.813	560.433	583.736

(i) Representado por despesas de comissões incorridas no cumprimento de contratos. As movimentações ocorridas no período são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2019	236.319	1.016.337
Custos incorridos	47.846	369.301
Apropriação ao resultado	(78.622)	(368.426)
Saldo em 30/06/2020	205.543	1.017.212

(ii) A Medida Provisória nº 952/2020, em seu art. 1º, inciso I combinado com art. 2º, inciso I, prorrogou para 31 de agosto de 2020 o prazo para pagamento das taxas referentes ao FISTEL.

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Aval com partes relacionadas	58.535	56.754		
Créditos a receber – Venda PT Ventures (i)			219.821	
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	86.578	124.760	806.904	767.900
Valores a receber com venda de imobilizado	81.527	81.998	304.831	302.947
Valores a receber		9.589	107.843	53.406
Adiantamentos a empregados	12.354	17.178	61.721	79.830
Outros	44.415	45.895	100.843	85.739
Total	283.409	336.174	1.601.963	1.289.822
Circulante	251.198	303.509	1.215.844	852.155
Não circulante	32.211	32.665	386.119	437.667

(i) Crédito a receber da Sonangol relativo a venda da PT Ventures, ocorrida em 23 de janeiro de 2020. Para mais informações vide Nota 30 (a).

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Investimentos em controladas	10.840.434	14.483.150		
Negócios em conjunto			27.434	28.632
Investimentos em coligadas			47.676	48.578
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.876	31.876
Outros investimentos	3.799	3.799	15.163	24.679
Total	10.854.506	14.497.222	122.149	133.765

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	14.497.222	133.765
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(7.268.653)	30.745
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas e coligadas	45.090	1.031
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	(150.409)	(33.924)
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	1.774.873	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	900.000	
Aumento de capital em controladas	179.632	
Reclassificação de/para mantidos para venda (*)	876.714	
Outros	37	(9.468)
Saldo em 30/06/2020	10.854.506	122.149

(*) Reclassificação entre ativos mantidos para venda e ativos do investimento PT Participações, considerando que parte dos investimentos diretos e indiretos da PT Participação são operacionais e parte não operacionais, respectivamente.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2020			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	9.992.878	(5.653.147)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	4.021	17	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(2.099.983)	(606.454)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	5.305	2.018	799		100	100
PTIF	(4.090.802)	(1.171.383)	0,042		100	100
CVTEL	(2.065)	(233)	18		100	100
Carrigans	145		0,100		100	100
Serede	(298.562)	18.258	24.431.651		17,51	17,51
PT Participações (*)	1.107.339	150.410	1.000.000		100	100

(*) A participação no patrimônio líquido e no resultado da PT Participações estão representados por: (i) investimentos de R\$ 876.714 e receita de equivalência patrimonial de R\$ 157.920, classificados no grupo de investimentos; e (ii) investimentos de R\$ 230.625 e despesa de equivalência patrimonial de R\$ 7.510, classificados no grupo de ativos mantidos para venda.

Notas Explicativas

	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em					
Controladas	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Telemar	(1.879.362)	(1.372.802)	(5.653.147)	(1.733.052)	9.992.878	14.521.304		
Rio Alto	13	47	17	95	4.021	4.004		
Oi Holanda	(136.471)	6.209	(606.454)	(16.271)			2.099.983	1.493.529
Oi Serviços Financeiros	1.014	1.059	2.018	2.167	5.305	3.287		
PTIF	(253.985)	13.647	(1.171.383)	(59.774)			4.090.802	2.919.419
CVTEL	(154)	(60)	(233)	(169)			2.065	1.325
Carrigans					145	107		
Serede	4.778	(3.733)	3.197	(222)			52.279	55.476
Reclassificação de investimentos mantidos para venda (PT Participações)	(126.252)		157.920		876.714			
Resultado não realizado com investidas	4.872	(2.131)	6.922	(3.376)	(38.629)	(45.552)		
Subtotal:	(2.385.547)	(1.357.764)	(7.261.143)	(1.810.602)	10.840.434	14.483.150	6.245.129	4.469.749
Investimento em empresas operacionais (PT Participações) (i)	(6.540)	(75.008)	(7.510)	(58.030)	230.625	3.421.062		
Total	(2.392.087)	(1.432.772)	(7.268.653)	(1.868.632)	11.071.059	17.904.212	6.245.129	4.469.749

- (i) Resultado de equivalência patrimonial e correspondentes investimentos detidos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/06/2020		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (1)	32.382.648	22.389.770	2.632.986
Oi Holanda (1)	1.819.148	3.919.131	
PTIF (1)	1.371.993	5.462.795	
Rio Alto	5.377	1.356	
Oi Serviços Financeiros	20.699	15.394	268
CVTEL	1	2.066	
PT Participações	1.335.374	1.633.936	103.044
Serede	1.727.933	620.594	1.151.720

- (1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Controladas	31/12/2019		30/06/2019
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (1)	34.884.055	20.362.751	3.116.781
Oi Holanda (1)	1.090.870	2.584.399	
PTIF (1)	832.548	3.751.967	
Rio Alto	5.332	1.328	
Oi Serviços Financeiros	21.372	18.085	262
CVTEL	9	1.334	
Serede	1.362.990	1.679.809	1.226.382
PT Participações	4.597.579	1.176.517	

- (1) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2019	92.241	6.308.419	25.260.963	6.843.588	1.796.985	709.740	2.297.906	43.309.842
Modificações contratuais						7.727		7.727
Adições	445.229		11.296	42.358		98.459	1.757	599.099
Baixas	(5.960)	(21)	(139.309)	(13.248)		(26.469)		(185.007)
Transferências	(411.410)	810	251.054	144.619	3.154		11.773	
Saldo em 30/06/2020	120.100	6.309.208	25.384.004	7.017.317	1.800.139	789.457	2.311.436	43.731.661
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2019		(6.224.607)	(21.836.073)	(4.786.367)	(1.513.000)	(50.609)	(1.778.675)	(36.189.331)
Despesas de depreciação		(15.715)	(259.735)	(215.546)	(12.844)	(37.177)	(20.190)	(561.207)
Baixas		21	137.056	4.915		2.209	(8.115)	136.086
Saldo em 30/06/2020		(6.240.301)	(21.958.752)	(4.996.998)	(1.525.844)	(85.577)	(1.806.980)	(36.614.452)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2019	92.241	83.812	3.424.890	2.057.221	283.985	659.131	519.231	7.120.511
Saldo em 30/06/2020	120.100	68.907	3.425.252	2.020.319	274.295	703.880	504.456	7.117.209
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2019	2.158.327	20.213.536	67.333.635	31.993.328	4.236.477	8.835.501	6.806.796	141.577.600
Modificações contratuais						644.356		644.356
Adições	3.353.268		59.895	128.483	426	1.100.252	16.665	4.658.989
Baixas (i)	(66.502)	(21)	(171.884)	(149.426)		(865.192)		(1.253.025)
Transferências	(3.290.806)	9.618	2.554.465	661.693	14.024		51.006	
Transferência para ativos mantidos para venda							(159)	(159)
Saldo em 30/06/2020	2.154.287	20.223.133	69.776.111	32.634.078	4.250.927	9.714.917	6.874.308	145.627.761
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2019		(19.211.934)	(50.355.582)	(23.495.796)	(2.726.033)	(929.910)	(5.947.511)	(102.666.766)
Despesas de depreciação		(138.939)	(1.397.061)	(720.206)	(46.233)	(518.605)	(116.604)	(2.937.648)
Baixas		21	169.074	121.684		117.855	(8.115)	400.519
Transferências		1.065	(2.292)	(1.275)	1		2.501	
Transferência para ativos mantidos para venda							165	165
Saldo em 30/06/2020		(19.349.787)	(51.585.861)	(24.095.593)	(2.772.265)	(1.330.660)	(6.069.564)	(105.203.730)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2019	2.158.327	1.001.602	16.978.053	8.497.532	1.510.444	7.905.591	859.285	38.910.834
Saldo em 30/06/2020	2.154.287	873.346	18.190.250	8.538.485	1.478.662	8.384.257	804.744	40.424.031
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

(i) Referem-se, substancialmente, aos impactos oriundos da alienação societária ocorrida entre prestadoras de serviço de infraestrutura, na natureza de Torres.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio das Concessionárias, que sejam indispensáveis à prestação do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 30 de junho de 2020, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 3.010.571 (31/12/2019 – R\$ 3.040.263), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 9.145.548 (31/12/2019 - R\$ 9.048.877).

No período findo em 30 de junho de 2020, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 8% a.a.

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA				
	Torres	Espaço físico	Veículos	Imóveis	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	644.082	39.302	24.806	1.550	709.740
Modificações contratuais	8.377	(347)	(1)	(302)	7.727
Adições	32.538	62.772	3.149		98.459
Baixas	(22.251)	(2.297)	(1.921)		(26.469)
Saldo em 30/06/2020	662.746	99.430	26.033	1.248	789.457
Depreciação acumulada					
Saldo em 31/12/2019	(41.441)	(5.814)	(3.143)	(211)	(50.609)
Despesas de depreciação	(24.328)	(7.850)	(4.911)	(88)	(37.177)
Baixas	1.451	438	320		2.209
Saldo em 30/06/2020	(64.318)	(13.226)	(7.734)	(299)	(85.577)
Direito de uso líquido					
Saldo em 31/12/2019	602.641	33.488	21.663	1.339	659.131
Saldo em 30/06/2020	598.428	86.204	18.299	949	703.880

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Energia distribuída	Total
Custo do arrendamento (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2019	7.883.920	475.054	129.014	259.266	88.247		8.835.501
Modificações contratuais	626.174	4.540	5.522	(3.486)	11.606		644.356
Adições	828.985	223.398	1.364	31.957	617	13.931	1.100.252
Baixas	(734.826)	(91.434)	(2.524)	(23.442)	(12.966)		(865.192)
Saldo em 30/06/2020	8.604.253	611.558	133.376	264.295	87.504	13.931	9.714.917
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2019	(724.263)	(88.929)	(29.876)	(67.759)	(19.083)		(929.910)
Despesas de depreciação	(384.014)	(57.060)	(16.027)	(52.372)	(8.897)	(235)	(518.605)
Baixas	88.786	14.123	684	11.856	2.406		117.855
Saldo em 30/06/2020	(1.019.491)	(131.866)	(45.219)	(108.275)	(25.574)	(235)	(1.330.660)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2019	7.159.657	386.125	99.138	191.507	69.164		7.905.591
Saldo em 30/06/2020	7.584.762	479.692	88.157	156.020	61.930	13.696	8.384.257

17. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	12.489	2.596.764	14.477.394	474.962	17.561.609
Adições	84			21	105
Saldo em 30/06/2020	12.573	2.596.764	14.477.394	474.983	17.561.714
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2019		(2.544.197)	(12.251.607)	(461.434)	(15.257.238)
Despesas de amortização		(12.720)	(185.647)	(1.026)	(199.393)
Saldo em 30/06/2020		(2.556.917)	(12.437.254)	(462.460)	(15.456.631)
Íntangível líquido					
Saldo em 31/12/2019	12.489	52.567	2.225.787	13.528	2.304.371
Saldo em 30/06/2020	12.573	39.847	2.040.140	12.523	2.105.083
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 31/12/2019	12.364	9.400.583	18.602.742	1.922.834	29.938.523
Adições	138.696	704		4.138	143.538
Baixas		(34.948)			(34.948)
Transferências	(112.423)	111.434		989	
Saldo em 30/06/2020	38.637	9.477.773	18.602.742	1.927.961	30.047.113
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2019		(8.498.327)	(15.635.036)	(1.807.295)	(25.940.658)
Despesas de amortização		(168.105)	(259.295)	(42.155)	(469.555)
Baixas		7.357			7.357
Saldo em 30/06/2020		(8.659.075)	(15.894.331)	(1.849.450)	(26.402.856)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2019	12.364	902.256	2.967.706	115.539	3.997.865
Saldo em 30/06/2020	38.637	818.698	2.708.411	78.511	3.644.257
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

18. FORNECEDORES

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ANATEL (*)	2.381.576	2.340.556	7.704.807	7.572.101
Serviços	530.123	734.669	2.789.744	3.423.011
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	431.367	500.272	2.090.555	2.607.888
Aluguel de postes e direito de passagem	85.535	79.102	135.007	118.966
Outros	27.348	24.656	337.793	289.508
Ajuste a valor presente (**)	(1.659.017)	(1.718.802)	(4.937.353)	(5.124.107)
Total	1.796.932	1.960.453	8.120.553	8.887.367
Circulante	832.781	1.025.052	4.340.304	5.593.940
Não circulante	964.151	935.401	3.780.249	3.293.427
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	1.032.575	1.172.006	4.362.922	4.093.058
Fornecedores não sujeitos à Recuperação	764.357	788.447	3.757.631	4.794.309
Total	1.796.932	1.960.453	8.120.553	8.887.367

¹ Estes montantes incluem saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

(*) Créditos concursais da Agência Reguladora de gestão da Advocacia Geral da União - AGU a ser liquidado nos termos do PRJ.

(**) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 16,4% a.a. e 17,2% a.a. considerando as maturidades de cada passivo (ANATEL e outras contas a pagar).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivos				
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"		1.152		1.152
Total		1.152		1.152
Circulante		1.152		1.152

Notas Explicativas

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes” moeda estrangeira	9.483.949	6.980.817	9.483.949	6.980.817	Jul/2025	Semestral
Debêntures						
Públicas	4.629.519	4.565.236	7.210.863	7.110.737	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Privadas			3.566.723		Jan/2022	Mensal
Instituições financeiras						
Moeda nacional						
BNDES	1.049.323	1.009.982	4.100.886	3.947.137	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Outros	605.364	599.115	2.094.308	2.071.209	Jul/2020 a Fev/2035	Mensal e Semestral
Moeda estrangeira	1.313.552	957.642	9.220.018	6.725.591	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Financiamento multilateral moeda estrangeira	506.767	360.161	506.767	360.161	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Oferta Geral						
Moeda nacional	151.988	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.476.589	1.086.900	5.758.551	4.239.168	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 29)	25.579.243	19.088.767				
Subtotal	44.796.294	34.800.609	42.149.100	31.641.855		
Custo de transação incorrido	(12.073)	(12.307)	(34.229)	(13.911)		
Desconto das dívidas (*)	(29.971.644)	(23.379.735)	(15.999.688)	(13.401.195)		
Total	14.812.577	11.408.567	26.115.183	18.226.749		
Circulante	435.788	319.569	453.899	326.388		
Não circulante	14.376.789	11.088.998	25.661.284	17.900.361		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Instituições financeiras	11.772	11.996	13.035	13.306
Debêntures	301	311	21.194	605
Total	12.073	12.307	34.229	13.911
Circulante	1.386	1.404	14.402	1.404
Não circulante	10.687	10.903	19.827	12.507

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Euro	873.842	514.837	496.397	311.309
Dólar Norte Americano (*)	10.010.788	7.168.741	16.490.441	9.209.982
Reais	3.927.947	3.724.989	9.128.345	8.705.458
Total	14.812.577	11.408.567	26.115.183	18.226.749

(*) Considera a Debênture Privada 1ª Emissão da Oi Móvel. Embora seja uma dívida local, captada em Reais, possui capitalização diária atualizada pela variação cambial do Dólar Norte Americano (USD).

Notas Explicativas

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 13,61% a.a.	9.433.754	6.830.365	16.250.290	9.078.998
CDI	80% CDI	2.798.452	2.645.959	4.965.266	4.694.687
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	1.049.043	1.009.691	4.099.765	3.945.972
TR	0% a.a.	19.575	16.637	26.665	22.662
Outros	0% a.a.	1.511.753	905.915	773.197	484.430
Total		14.812.577	11.408.567	26.115.183	18.226.749

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação		Desconto das dívidas	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2020					
2021	705	2.034	857	7.423	1.012.767	1.098.784
2022	220	3.557.782	1.709	2.909	1.012.767	1.098.784
2023	130.096	370.998	1.711	1.826	1.011.420	1.096.413
2024	320.307	900.845	1.711	1.826	1.014.788	1.102.342
2025 e seguintes	43.907.791	36.849.140	4.698	5.843	25.919.902	11.603.365
Total	44.359.119	41.680.799	10.686	19.827	29.971.644	15.999.688

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos. As debêntures privadas emitidas pela Oi Móvel são integralmente garantidas por recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel, além do penhor dos direitos de uso de radiofrequência, que somente serão exercidas na ocorrência de inadimplemento. A Companhia e sua controlada Telemar prestam aval para este instrumento. O montante total de garantias é de R\$ 6.618.286.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a algumas cláusulas restritivas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, com base em indicadores financeiros. A Companhia acompanha estas condições em bases trimestrais. Para o período findo em 30 de junho de 2020, em função da manutenção do Real em níveis depreciados no trimestre devido aos impactos da pandemia do COVID-19 em nível mundial, a Companhia continua em desconformidade com dois destes indicadores, sendo estes: Dívida Bruta sobre EBITDA e $[EBITDA - (\text{Imposto de Renda} + \text{Contribuição Social})] / [\text{Amortizações} + (\text{Despesas Financeiras} - \text{Receitas Financeiras}) - \text{Disponibilidades do fechamento do exercício anterior}]$. Ao final do primeiro trimestre, a Companhia já havia obtido a carta de “waiver” para os dois primeiros trimestres de 2020 junto aos credores.

A obtenção da referida carta impede que o não atingimento desses indicadores financeiros acarrete, dentre outras consequências contratualmente previstas, o vencimento antecipado do saldo devido das dívidas da Companhia.

Notas Explicativas

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2019	Captação	Juros e variação monetária e cambial	Amortização do desconto das dívidas	Pagamento de principal e juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	30/06/2020
Empréstimos e Financiamentos	31.641.855	2.499.999	8.418.336		(356.366)	(61.934)	7.210	42.149.100
Desconto das dívidas	(13.401.195)		(3.540.698)	942.205				(15.999.688)
Custo de transação	(13.911)						(20.318)	(34.229)
Total empréstimos e financiamentos	18.226.749	2.499.999	4.877.638	942.205	(356.366)	(61.934)	(13.108)	26.115.183

A Companhia realizou pagamento de juros dos “Bonds” Qualificados em fevereiro de 2020.

Em fevereiro de 2020, foram subscritas as debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória da Companhia e da Telemar emitidas pela Oi Móvel em valor agregado de R\$ 2.500 milhões. Essa emissão de debêntures possui capitalização diária atualizada pela variação do Dólar norte-americano (USD) e taxa de juros de 12,66% a.a. incorporados ao principal até janeiro de 2021 e, a partir desta data, pagamento de juros à taxa de 13,61% a.a. O vencimento dessa emissão será em janeiro de 2022, caso seja obtido montante agregado de R\$ 5 bilhões com desinvestimentos até julho de 2020. Em relação a hipótese de amortização mensal de agosto de 2020 a janeiro de 2022, esta deixou de ser aplicável uma vez que o valor mínimo de R\$ 5 bilhões foi atingido em julho de 2020.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
SMP			44.502	58.582
Concessões do STFC	9.315		22.790	
Total	9.315		67.292	58.582
Circulante	9.315		67.292	58.582

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP, obtidas através de leilões, e concessões de serviços STFC.

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Torres	598.776	597.963	7.899.954	7.373.373
Espaço físico	89.548	34.968	504.837	403.485
Lojas			94.307	103.792
Imóveis	1.036	1.403	66.169	72.719
Veículos	19.011	22.025	162.999	196.657
Energia distribuída			13.841	
Total	708.371	656.359	8.742.107	8.150.026
Circulante	130.832	114.652	1.632.434	1.510.097
Não circulante	577.539	541.707	7.109.673	6.639.929

Notas Explicativas

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	656.359	8.150.026
Novas contratações	98.459	1.100.252
Cancelamentos	(25.231)	(788.816)
Juros	42.849	518.053
Pagamentos	(71.792)	(881.764)
Modificações contratuais	7.727	644.356
Saldo em 30/06/2020	708.371	8.742.107

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2021	70.963	853.160
2022	133.234	1.619.741
2023	121.551	1.486.474
2024	119.172	1.409.639
2025 a 2029	396.806	5.414.140
2030 e exercícios seguintes	359.866	3.818.420
Total	1.201.592	14.601.574
Juros	(624.053)	(7.491.901)
Não circulante	577.539	7.109.673

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 30 de junho de 2020, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 382 (30/06/2019 – R\$ 707), na controladora, e de R\$ 20.561 (30/06/2019 – R\$ 37.109), no consolidado. No período findo em 30 de junho de 2020, não ocorreram pagamentos variáveis de arrendamento. Os montantes referentes a 30 de junho de 2019 foram de R\$ 393 e R\$ 5.602, na controladora e consolidado, respectivamente.

Informações complementares

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, de 18 de dezembro de 2019 e ao Ofício Circular SNC/SEP01/20, de 5 de fevereiro de 2020, segue abaixo informações complementares:

CONTROLADORA							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Acima de 2029
Até 2023	10,79%	10.870	13.047	1.365			
2024 até 2030	12,27%	8.010	16.020	16.020	15.006	31.354	157
2031 até 2034	12,58%	47.008	94.016	94.016	94.016	314.701	184.859
A partir de 2035	12,75%	5.075	10.151	10.150	10.150	50.751	174.850
Total		70.963	133.234	121.551	119.172	396.806	359.866
Inflação projetada¹		3,47%	4,46%	4,36%	4,06%	3,63%	3,51%

Notas Explicativas

CONSOLIDADO							
Maturidade vencimento	Taxa média desconto	2021	2022	2023	2024	2025 a 2029	Acima de 2029
Até 2023	10,79%	134.356	182.133	48.865			
2024 até 2030	12,27%	403.866	807.732	807.732	779.763	2.762.202	12.323
2031 até 2034	12,58%	194.194	388.387	388.387	388.387	1.444.491	811.080
A partir de 2035	12,75%	120.744	241.489	241.490	241.489	1.207.447	2.995.017
Total		853.160	1.619.741	1.486.474	1.409.639	5.414.140	3.818.420
Inflação projetada¹		3,47%	4,46%	4,36%	4,06%	3,63%	3,51%

¹Fonte: Anbima

23. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	246.695	263.257	395.692	417.076
PERT (Lei nº 13.496/2017)	427	427	427	427
Total	247.122	263.684	396.119	417.503
Circulante	55.248	54.894	91.049	86.721
Não circulante	191.874	208.790	305.070	330.782

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2020				31/12/2019
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	2.652		137.175	139.827	153.790
Imposto de renda	1.270		36.053	37.323	37.995
PIS	34.705		35.037	69.742	72.027
INSS – SAT	565	364	1.889	2.818	3.039
Contribuição social	535	21	10.162	10.718	11.315
CPMF	18.931	2.136	29.625	50.692	50.573
PERT – Demais débitos - RFB	240		187	427	427
Outros	8.152	4.273	72.147	84.572	88.337
Total	67.050	6.794	322.275	396.119	417.503

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2020	28.891	48.003
2021	56.930	90.813
2022	56.930	90.813
2023	56.930	90.813
2024	47.441	75.677
Total	247.122	396.119

Notas Explicativas

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

24. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhista				
Horas extras	314.231	288.819	838.869	855.722
Indenizações	66.315	65.378	258.884	299.096
Adicionais diversos	53.898	47.617	218.378	221.743
Estabilidade / Reintegração	80.084	76.508	212.238	215.449
Complemento de aposentadoria	61.494	61.053	106.463	108.827
Diferenças salariais e reflexos	46.002	40.328	98.776	101.573
Honorários advocatícios/periciais	29.683	28.287	55.666	51.193
Verbas rescisórias	7.983	8.647	34.921	38.261
Multas trabalhistas	6.716	4.624	31.356	30.399
Vínculo empregatício	25	197	18.132	18.758
FGTS	5.262	5.115	13.329	13.306
Subsidiariedade	263	182	2.709	3.100
Demais ações	38.281	37.616	88.544	93.605
Total	710.237	664.371	1.978.265	2.051.032
Tributária				
ICMS	113.187	72.286	817.101	746.481
IPTU	58.541	58.541	150.223	150.223
ISS	7	7	70.695	69.208
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	457	453	36.881	23.847
Demais ações	16.660	14.906	83.904	61.189
Total	188.852	146.193	1.158.804	1.050.948
Cível				
ANATEL	128.681	123.625	585.971	570.283
Societário	366.155	397.946	366.155	397.946
Juizado Especial	43.987	47.444	111.183	118.910
Demais ações	364.097	312.448	1.205.986	1.062.561
Total	902.920	881.463	2.269.295	2.149.700
Total das provisões	1.802.009	1.692.027	5.406.364	5.251.680
Circulante	401.567	286.604	693.485	547.996
Não circulante	1.400.442	1.405.423	4.712.879	4.703.684

De acordo com as leis aplicáveis aos processos trabalhistas, tributários e cíveis, os processos judiciais são mensalmente atualizados monetariamente, considerando os índices de correção aplicáveis, sendo os principais índices de atualização o IGPM, TR e SELIC.

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2019	664.371	146.193	881.463	1.692.027
Atualização monetária	51.052	30.679	99.656	181.387
Adições / (Reversões)	(2.546)	(49.219)	55.265	3.500
Baixas por pagamentos / encerramentos	(2.640)	61.199	(133.464)	(74.905)
Saldo em 30/06/2020	710.237	188.852	902.920	1.802.009

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2019	2.051.032	1.050.948	2.149.700	5.251.680
Atualização monetária	77.945	65.246	233.417	376.608
Adições / (Reversões)	(39.986)	9.371	94.100	63.485
Baixas por pagamentos / encerramentos	(110.726)	32.473	(207.922)	(286.175)
Varição cambial no exterior		766		766
Saldo em 30/06/2020	1.978.265	1.158.804	2.269.295	5.406.364

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhista	152.818	190.969	694.263	797.927
Tributária	5.438.502	5.468.097	27.914.214	28.416.097
Cível	594.064	612.833	1.427.839	1.667.900
Total	6.185.384	6.271.899	30.036.316	30.881.924

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de junho de 2020 corresponde a R\$ 4.574.943 (31/12/2019 - R\$ 4.541.051) na controladora e R\$ 12.128.361 (31/12/2019 - R\$ 11.909.901) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

25. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Obrigação onerosa (i)	1.684.622	1.266.954	7.700.417	5.817.130
Receitas a apropriar (ii)	448.294	478.284	1.789.470	1.704.420
Provisões para indenizações a pagar	958.060	640.661	958.060	640.661
Adiantamentos de clientes	35.040	49.763	375.161	313.163
Consignação a favor de terceiros	13.732	12.037	46.029	41.249
Provisão para desmobilização de ativos	7.267	7.124	18.465	18.101
Outros	199.252	194.382	556.780	404.455
Total	3.346.267	2.649.205	11.444.382	8.939.179
Circulante	465.285	438.613	1.845.284	1.405.013
Não circulante	2.880.982	2.210.592	9.599.098	7.534.166

Notas Explicativas

- (i) A Companhia e suas controladas mantém um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul e, também, contrata o fornecimento de capacidade de segmento espacial para fins de prestação do serviço de TV DTH. Dado que (a) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (b) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.
- (ii) Valores recebidos antecipadamente pela cessão do direito à operação comercial e uso de ativos de infraestrutura que são reconhecidos na receita pelo período efetivo dos contratos. Incluem também taxas de habilitação/instalação do serviço que são reconhecidos na receita de acordo com período de utilização dos serviços pelos clientes.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2019 - R\$ 32.538.937), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2020	31/12/2019
Capital total em ações		
Ações ordinárias	5.796.478	5.796.478
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	5.954.205	5.954.205
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	30	30
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	1.842	1.842
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.796.448	5.796.448
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.952.363	5.952.363

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2019 no montante de R\$ 9.000.434 para absorção pelas reservas de capital.

(b) Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020, a Companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas, principalmente, pelas reservas descritas abaixo e em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor de crédito tributário.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015.

Outras reservas de capital: representado, principalmente por: (i) R\$ 1.933.200 proveniente de capitalização de reservas de lucros em fevereiro de 2015; (ii) R\$ 3.837.009 relativos ao aumento de capital com novos recursos ocorrido em janeiro de 2019, e R\$ 2.462.799 relativos a absorção de reservas de capital, devido a entrega de ações em tesouraria à Bratel em abril de 2019.

(d) Outros resultados abrangentes

Para fins de apresentação no formulário Empresas.Net da CVM, foram incluídos em outros resultados abrangentes e são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2019	(91.169)	(801.073)	(141.871)	(1.034.113)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	1.152			1.152
Ganho atuarial	55.747			55.747
Varição cambial sobre investimento no exterior	51.720			51.720
Saldo em 30/06/2020	17.450	(801.073)	(141.871)	(925.494)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “*Backstoppers*”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em custo de emissão de ações em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 86.180 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

(f) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias aos titulares de direitos de subscrição que solicitaram subscrições por excesso de ações ordinárias. Em 25 de janeiro de 2019, 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias foram subscritas e integralizadas. A conclusão do processo de Aumento de Capital, mediante a subscrição e pagamento de todas as

Notas Explicativas

3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas como parte do Aumento de Capital - Novos Fundos, representou uma contribuição de novos recursos para a Companhia no total de R\$ 4.000.000.000,00. Essa transação gerou impacto no lucro por ação, uma vez que os acionistas foram diluídos.

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2020	Período de seis meses findos em 30/06/2020	Período de três meses findos em 30/06/2019	Período de seis meses findos em 30/06/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(3.409.384)	(9.689.449)	(1.559.045)	(990.642)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(3.320.079)	(9.435.645)	(1.518.208)	(964.721)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(89.305)	(253.804)	(40.837)	(25.921)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.448	5.796.448	5.796.447	5.780.447
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.915	155.915	155.315
Prejuízo por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,57)	(1,63)	(0,26)	(0,17)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,57)	(1,63)	(0,26)	(0,17)

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

Notas Explicativas

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2020, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	55.248	55.854	55.578	56.559
Plano CELPREV			218	222
Plano PBS-TNC			3.353	3.264
Total	55.248	55.854	59.149	60.045
Circulante	2.589	5.174	3.227	5.430
Não circulante	52.659	50.680	55.922	54.615

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	651.991	626.748	651.991	626.748
Plano PAMEC	6.499	6.264	6.499	6.264
Total	658.490	633.012	658.490	633.012
Não circulante	658.490	633.012	658.490	633.012

- (i) A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Com a aprovação e homologação do PRJ, o respectivo crédito da Fundação Atlântico com a Oi está sujeito aos termos do PRJ.

Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2020 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2019, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2019 e em 30 de junho de 2020 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	PLANOS DE PENSÃO						PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
Taxa estimada de inflação	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	8,82%	7,53%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,43%	7,64%	7,64%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	N/A	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	N/A	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	4,80%	Nula	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	Nula	2%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6,91%	6,91%

N/A = Não aplicável.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2020:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	55.854	60.045
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	2.074	2.231
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(2.680)	(3.127)
Saldo em 30/06/2020	55.248	59.149

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2020:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2019	633.012	633.012
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	235	235
Juros do passivo atuarial	25.243	25.243
Saldo em 30/06/2020	658.490	658.490

Remuneração baseada em ações

Um plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

Notas Explicativas

Não obstante, à luz da manifestação do Ministério Público e de decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 24 de abril de 2019 acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, o Conselho de Administração da Oi decidiu e comunicou à Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após nova decisão do referido Juízo autorizando sua implementação.

A partir de 17 de dezembro de 2019, com o Acórdão proferido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RJ no âmbito de Agravo de Instrumento nº 0035453-90.2019.8.19.0000, interposto pelo Ministério Público, foi mantida a decisão de que o Plano de Outorga de Ações, relativamente aos membros do Conselho de Administração, não deve ser implementado até o encerramento da recuperação judicial, e foi autorizada a implementação do referido Plano de Outorga de Ações aos Executivos da Companhia.

Em cumprimento à essa decisão acima mencionada, a Companhia implementou em dezembro de 2019 o novo Plano de Outorga de Ações para a Diretoria, seguindo todas as regras e condições aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de abril de 2019.

Plano de outorga de ações a executivos

O plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Executivos, visando promover alto engajamento e comprometimento para garantir a realização das metas estratégicas em conformidade aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O plano prevê outorgas de ações anuais ao longo de três anos, representativas de, no máximo, 1,5% das ações do Capital Social da Companhia.

A quantidade de ações por outorga é calculada individualmente com objetivo de manter a competitividade dos executivos em relação ao desempenho de suas funções e serão entregues aos mesmos, desde que a condição de performance do plano seja atingida.

As informações utilizadas na avaliação do plano de outorga de ações a executivos são apresentadas a seguir:

Data da Outorga	Percentual de diluição das ações	Número de ações outorgadas	Parcelas de aquisição do direito ("vesting")	Datas de aquisição do direito ("vesting")	Valor médio da ação na data da outorga	Valor justo estimado na data da aquisição do direito ("vesting") (i)
30/12/2019	0,57%	33.704.937	1/3	30/12/2020	0,95	34.406
			1/3	30/12/2021		
			1/3	30/12/2022		

(i) O valor justo estimado na data da aquisição do direito foi mensurado considerando o valor das ações outorgadas em 30 de dezembro de 2019, corrigido pelo custo médio ponderado de capital de 10,98%, estimado para o período de três anos do programa, trazido a valor presente pelo custo de oportunidade do período de 14,67%, que corresponde ao valor justo da ação.

O valor justo da outorga de ações é apurado com base no período de aquisição de direito e reconhecido à medida que os serviços são prestados. A despesa reconhecida no período findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 5.977.

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Conselho de Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pelo Conselho de Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Residencial	1.582.617	1.857.488
Serviços de telefonia fixa	667.899	850.739
Banda larga	512.494	562.820
TV paga	393.133	434.413
Interconexão	9.091	9.516
Mobilidade pessoal	1.618.678	1.731.765
Serviços de telefonia móvel	1.548.630	1.632.856
Interconexão	58.207	58.407
Material de revenda (“ <i>Handsets</i> ”, “ <i>sim cards</i> ” e outros acessórios)	11.841	40.502
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	1.268.092	1.419.353
Outros serviços e negócios	20.278	37.537
Receita de vendas e/ou serviços	4.489.665	5.046.143
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.708.154)	(1.712.442)
Interconexão	(119.048)	(103.769)
Pessoal	(534.507)	(589.418)
Serviços de terceiros	(1.318.468)	(1.493.045)
Serviços de manutenção de rede	(218.332)	(256.186)
Custo de aparelhos e outros	(12.495)	(43.644)
Publicidade e propaganda	(66.473)	(113.420)
Aluguéis e seguros	(571.812)	(672.291)
Provisões / Reversões	(41.771)	(54.386)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(127.043)	(130.444)
Tributos e outras despesas	(15.249)	(1.211)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(167.395)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(243.687)	(291.508)
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	803.528	(20.593)
Despesas financeiras	(3.846.055)	(1.149.736)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(3.286.214)	(1.461.837)
Imposto de renda e contribuição social	1.504	(24.236)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.284.710)	(1.486.073)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Residencial	3.236.717	3.737.985
Serviços de telefonia fixa	1.374.843	1.741.499
Banda larga	1.027.779	1.106.252
TV paga	815.696	869.379
Interconexão	18.399	20.855
Mobilidade pessoal	3.320.765	3.476.786
Serviços de telefonia móvel	3.172.120	3.256.739
Interconexão	115.503	133.101
Material de revenda (“ <i>Handsets</i> ”, “ <i>sim cards</i> ” e outros acessórios)	33.142	86.946
Empresarial / Corporativo (serviços B2B)	2.581.791	2.837.384
Outros serviços e negócios	49.956	79.951
Receita de vendas e/ou serviços	9.189.229	10.132.106
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(3.403.780)	(3.385.522)
Interconexão	(229.899)	(239.394)
Pessoal	(1.131.589)	(1.183.516)
Serviços de terceiros	(2.732.058)	(2.980.194)
Serviços de manutenção de rede	(452.718)	(530.848)
Custo de aparelhos e outros	(33.045)	(91.147)
Publicidade e propaganda	(136.747)	(184.592)
Aluguéis e seguros	(1.152.828)	(1.333.102)
Provisões / Reversões	(66.509)	(113.777)
Perdas esperadas em contas a receber de clientes	(265.656)	(267.587)
Tributos e outras despesas	(42.569)	(3.990)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	84.920	819.790
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(373.249)	638.227
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	3.986.491	1.328.745
Despesas financeiras	(13.535.648)	(2.833.773)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(9.922.406)	(866.801)
Imposto de renda e contribuição social	35.593	(67.744)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(9.886.813)	(934.545)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	4.489.665	5.046.143
Receitas relativas a outros negócios	54.085	45.202
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	4.543.750	5.091.345

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	9.189.229	10.132.106
Receitas relativas a outros negócios	103.044	89.275
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	9.292.273	10.221.381

Nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(243.687)	(291.508)
Outros negócios	(122.514)	(6.773)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	(366.201)	(298.281)

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(373.249)	638.227
Outros negócios	195.188	(11.559)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	(178.061)	626.668

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2020, são como segue:

	30/06/2020				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	71.424.150	64.577.423	40.424.031	3.644.257	3.928.846
Outros, principalmente África	1.727.932	410.747	102.899	27.756	20.728

Notas Explicativas

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Contas a receber	1.137.803	726.812
BrT Call Center	45.870	45.870
BrT Multimídia	19.985	18.036
Oi Móvel	771.454	499.755
Telemar	295.121	163.151
Serede	5.373	
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	7.553.093	5.583.816
PTIF	5.004.681	3.461.853
Oi Holanda	2.548.211	1.764.575
PT Participações		357.388
Pointer	201	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	3.499	3.499
Oi Serviços Financeiros	2.147	2.147
Rio Alto	1.352	1.352
Outros	159.655	164.220
Telemar	75.713	56.697
Oi Móvel	12.936	24.889
Oi Holanda	17.362	15.144
PTIF	1.737	420
CVTEL	152	112
Serede	50.509	66.632
BrT Multimídia	1.246	
Paggo Administradora		326

	CONTROLADORA	
	30/06/2020	31/12/2019
Passivo		
Fornecedores	265.441	324.066
BrT Call Center	56.779	48.889
BrT Multimídia	33.480	58.410
Oi Móvel	138.744	137.150
Telemar	10.425	57.733
Paggo Administradora	26.013	21.811
Serede		73
Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)	1.315.676	783.404
Telemar	49.707	39.525
Oi Holanda	1.265.969	743.879
Demais obrigações	52.701	64.656
BrT Call Center		193
Oi Móvel		1.442
Telemar	27.858	43.940
Dommo	2.324	
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	13.030	9.592
PT Participações	8.514	8.514

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2020	30/06/2019
Receitas		
Receita dos serviços prestados	15.087	11.868
BrT Multimídia	3.658	139
Oi Móvel	7.926	8.563
Telemar	3.433	3.008
Serede	70	158
Outras receitas operacionais	11.151	10.263
BrT Multimídia	1.595	818
Oi Móvel	9.550	9.445
Serede	6	
Receitas financeiras	2.212.555	(80.251)
Telemar	893	1.341
Oi Holanda	1.771.722	(122.866)
PTIF	439.939	39.885
PT Participações		1.389
Pointer	1	

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2020	30/06/2019
Receitas		
Receita dos serviços prestados	26.226	24.193
BrT Multimídia	3.793	279
Oi Móvel	15.773	17.481
Telemar	6.502	6.114
Serede	158	319
Outras receitas operacionais	21.931	20.527
BrT Multimídia	2.825	1.636
Oi Móvel	19.100	18.891
Serede	6	
Receitas financeiras	9.120.318	(49.080)
Telemar	1.785	3.550
Oi Holanda	7.357.754	(198.204)
PTIF	1.752.673	146.298
PT Participações	8.105	(724)
Pointer	1	

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2020	30/06/2019
Custos e despesas operacionais	(186.765)	(227.742)
BrT Multimídia	(342)	(1.221)
Oi Móvel	(6.867)	(8.698)
Telemar	(2.629)	(3.188)
Pago Administradora	(17)	(830)
BrT Call Center	(102.197)	(120.849)
Serede	(74.713)	(92.956)
Despesas financeiras	(1.816.176)	61.769
Telemar	(5.091)	(5.091)
Serede	(983)	(992)
BrT Call Center	(401)	(467)
BrT Multimídia	(1.615)	(1.740)
Oi Holanda	(1.767.905)	60.772
PTIF	(40.181)	9.346
PT Participações		(59)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2020	30/06/2019
Custos e despesas operacionais	(390.540)	(460.756)
BrT Multimídia	(684)	(2.443)
Oi Móvel	(14.776)	(22.503)
Telemar	(5.527)	(6.467)
Paggo Administradora	(237)	(1.713)
BrT Call Center	(221.320)	(245.770)
Serede	(147.996)	(181.860)
Despesas financeiras	(7.320.014)	91.710
Telemar	(10.182)	(10.182)
Serede	(1.973)	(2.269)
BrT Call Center	(817)	(986)
BrT Multimídia	(3.287)	(3.830)
Oi Holanda	(7.094.331)	102.922
PTIF	(209.424)	6.173
PT Participações		(118)

Linhas de créditos

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2019 – 115% do CDI). No período findo em 30 de junho de 2020 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 30 de junho de 2020 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a receber e outros ativos				7.216
Hispamar				426
Outras entidades				6.790

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a pagar e outros passivos		706	48.672	74.254
Hispamar		706	41.503	71.841
Outras entidades			7.169	2.413

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita				
Receita dos serviços prestados	63		179	71
Hispamar	59		120	
Outras entidades	4		59	71
Outras receitas	1		6.117	
Hispamar	1		1	
Outras entidades			6.116	
Receita financeira			40	113
Outras entidades			40	113

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita				
Receita dos serviços prestados	121		296	130
Hispamar	117		237	
Outras entidades	4		59	130
Outras receitas	2		6.118	
Hispamar	2		2	
Outras entidades			6.116	
Receita financeira			120	223
Outras entidades			120	223

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(4)	(1.187)	(64.674)	(61.161)
Hispamar		(1.187)	(58.009)	(54.479)
Outras entidades	(4)		(6.665)	(6.682)
Despesa financeira			(19)	(29)
Hispamar			(18)	(20)
Outras entidades			(1)	(9)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(307)	(2.728)	(111.326)	(124.075)
Hispamar	(303)	(2.728)	(98.152)	(110.063)
Outras entidades	(4)		(13.174)	(14.012)
Despesa financeira		(3)	(42)	(199)
Hispamar		(3)	(40)	(190)
Outras entidades			(2)	(9)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 30 de junho de 2020, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 45.906 (30/06/2019 – R\$ 12.238) na controladora e no consolidado.

30. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

As informações relativas aos ativos mantidos para venda devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos				
Operações da África (a)	230.623	3.421.062	416.149	4.271.348
Ativos não estratégicos (b)	43.508	43.416	94.111	119.742
Total	274.131	3.464.478	510.260	4.391.090

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivos				
Operações da África (a)			150.692	491.225
Passivos não estratégicos (b)			20.587	3.070
Total			171.279	494.295

(a) Operações da África - Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do seu capital social, e/ou seus ativos.

Com esse objetivo, a PT Ventures, SGPS, S.A., subsidiária direta da Africatel, alienou e transferiu, em 21 de maio de 2019, após o cumprimento das condições contratuais precedentes, a totalidade das ações de que era titular na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), representativas de 40% do capital

Notas Explicativas

social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a Empresa Pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$ 26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do PRJ. Essa alienação gerou um ganho de capital de R\$ 67 milhões, reconhecido no resultado.

Em decorrência da referida alienação de ações, a PT Ventures celebrou com o Estado de Cabo Verde, também naquela data, acordo para encerramento definitivo das arbitragens iniciadas pela PT Ventures contra este último em março de 2015, perante o Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (“CIRDI”) e a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”).

Posteriormente, conforme anunciado ao mercado em Fato Relevante de 24 de janeiro de 2020, a Africatel alienou e transferiu naquela data a totalidade das ações de emissão da PT Ventures para a sociedade angolana Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública – Sonangol E.P., após as devidas aprovações pelo Conselho de Administração da Companhia, pelos órgãos societários competentes da Africatel e pelo Juízo da Recuperação Judicial e conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial e no Plano Estratégico da Companhia.

Na data da transação, a PT Ventures era titular das participações sociais detidas nas companhias angolanas Unitel, S.A. (“Unitel”) (25%) e Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda. (40%), bem como de direitos de crédito de dividendos declarados pela Unitel e já vencidos e de um conjunto de direitos decorrentes da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral constituído segundo as Normas de Arbitragem da CCI, no âmbito da arbitragem iniciada pela PT Ventures na CCI contra os demais acionistas da Unitel, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de fevereiro de 2019.

O valor total da transação foi de US\$ 1 bilhão, dos quais: (i) US\$ 699,1 milhões foram pagos à Africatel pela Sonangol no dia 24 de janeiro de 2020; (ii) US\$ 60,9 milhões foram pagos à Africatel antes da transferência das ações da PT Ventures; e (iii) US\$ 240 milhões, integralmente garantidos por carta de fiança emitida por banco de primeira linha, serão pagos incondicionalmente pela Sonangol à Africatel até 31 de julho de 2020, sendo assegurado à Africatel um fluxo mínimo mensal de US\$ 40 milhões, a partir de fevereiro de 2020. A Companhia esclarece que o fluxo assegurado no contrato foi devidamente cumprido nos meses de fevereiro a julho de 2020 pela Sonangol.

Em virtude dessa operação, a Companhia se desvinculou dos litígios em curso envolvendo a PT Ventures, a Unitel e seus demais acionistas.

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultados da Companhia desde 5 de maio de 2014. A Companhia mantém seus esforços para vender os ativos remanescentes relativos à sua participação indireta na Africatel.

Notas Explicativas

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	30/06/2020 ¹	31/12/2019 ¹
Ativos mantidos para venda	416.149	4.271.348
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	74.230	63.993
Contas a receber	109.804	113.699
Dividendos a receber		2.435.014
Ativo mantido para venda		1.474.699
Outros ativos	91.292	74.300
Investimentos	11.014	4.916
Imobilizado	102.053	83.400
Intangível	27.756	21.327
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	150.692	491.225
Empréstimos e financiamentos	12.020	11.589
Fornecedores	51.167	37.119
Outros passivos	87.505	442.517
Participação de não controladores (i)	34.833	146.180
Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes – Consolidado	230.624	3.633.943
Eliminações intragrupo		(212.881)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	230.624	3.421.062
Investimentos na África	230.624	3.421.062

¹ As companhias não operacionais passaram a ser consolidadas no balanço patrimonial a partir de 31 de dezembro de 2019. Em 30 de junho de 2020, o total desses ativos e passivos é de R\$ 1.311.783 e R\$ 260.055 (31/12/2019 - R\$ 326.229 e R\$ 78.113), respectivamente.

(i) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

(b) Ativos não estratégicos

Em 16 de julho de 2019, a Companhia divulgou ao mercado o seu Plano Estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, através de um modelo de negócio sustentável, com o objetivo de maximizar o valor da Companhia, no contexto do processo de recuperação judicial.

O plano prevê que parte do financiamento da estratégia de investimentos será realizada através da alienação de ativos não estratégicos da Companhia. Tais ativos são compostos, substancialmente, por: (i) investimento na Unitel, cuja alienação foi realizada em janeiro de 2020 e concluída em julho de 2020 (Nota 30(a)); (ii) torres; (iii) data center; e (iv) imóveis, dentre outros. A Companhia está empenhada e focada para promover a alienação dos ativos citados, conforme mencionado, inclusive, na Nota 31 itens (c), (d) e (e), e tomará todas as medidas necessárias para implementar o referido plano nos próximos períodos.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 15 de junho de 2020, a Companhia protocolou perante o Juízo da Recuperação Judicial, naquela data, proposta de Aditamento ao PRJ, com o objetivo de dar flexibilidade à Companhia para o atingimento de seus objetivos estratégicos, inclusive mediante a continuidade do seu processo de alienação de ativos. Dentre outros pontos, o Aditamento ao PRJ prevê a possibilidade de formação de UPIs, por meio da segregação de determinados negócios e ativos

Notas Explicativas

da Companhia e suas subsidiárias e da alienação dos mesmos com a segurança e benefícios assegurados pela LRF, garantindo assim a maximização do seu valor e a geração dos recursos necessários para o pagamento de credores concursais e das obrigações das Recuperandas (Nota 1).

Em junho de 2020, os ativos e passivos associados aos imóveis e torres de telefonia móvel foram apresentados em mantidos para venda, em linha com o Plano Estratégico e intenção da Companhia. A administração avaliou e determinou que os demais ativos não estratégicos não atendem, substancialmente, aos requerimentos de apresentação e mensuração previstos no CPC 31, Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e, portanto, continuam sendo apresentados no grupo de “Ativo imobilizado” (Nota 16).

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal (ambas, em conjunto, “Subsidiárias da Oi”), sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

Tendo em vista o inadimplemento da Rio Forte com relação aos títulos, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram, em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta.

A Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, sendo que o número de ações objeto da Opção será reduzido anualmente, a cada dia 31 de março.

Até 30 de junho de 2020, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; (iv) a partir de 31 de março de 2019, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; e (v) a partir de 31 de março de 2020, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, sendo que a Pharol deixará de poder exercer a Opção sobre as mesmas em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 46 calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Operação Mapa da Mina

No dia 10 de dezembro de 2019, a Polícia Federal deflagrou a 69ª fase “Operação Lava Jato”, nomeada de “Operação Mapa da Mina” (Pedido de Busca e Apreensão Criminal n.º 5024872-64.2018.4.04.7000/PR – 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba), tendo como um dos seus principais alvos, Fábio da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A investigação, que não tem nem a Companhia nem nenhum dos seus atuais administradores como réus, apura suposto repasse suspeito de diversas empresas para as empresas Gamecorp e Grupo Gol, em troca de supostos benefícios junto ao Governo Federal. Em razão de tal investigação, a Companhia sofreu busca e apreensão em prédios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Desde então, a Companhia tem cooperado com as investigações, apresentando todos os esclarecimentos e documentos que lhe foram até então solicitados. Em 12 de março de 2020, foi concedido Habeas Corpus (Habeas Corpus n.º 5052647-8.2019.4.04.000/PR), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinando a remessa dos autos da referida Operação, para a Seção Judiciária de São Paulo, por não haver conexão entre os fatos narrados na investigação e aqueles apurados na “Operação Lava Jato”. Em âmbito interno, a Companhia informa que, desde 2015, contratou como auditor externo independente, o escritório Tozzini Freire Advogados, a fim de promover investigação forense abordando todas as alegações constantes nos autos do processo, tendo inclusive atualizado estas análises por conta de fatos novos apontados na Operação Mapa da Mina. Tais investigações foram concluídas sem evidências de atos ilegais cometidos por representantes da Companhia.

A Companhia, dentre as iniciativas realizadas, criou um Comitê Multidisciplinar formado por membros de diversas diretorias, como a diretoria jurídica, “*compliance*”, auditoria interna e contabilidade, visando estabelecer os principais procedimentos a serem realizados, bem como definir um cronograma de atividades relevantes em resposta às alegações da referida investigação envolvendo a Companhia e suas controladas. Neste sentido, o Comitê Multidisciplinar estabeleceu os seguintes procedimentos: (i) contratação de escritório de advocacia renomado, especializado e independente em relação à Companhia e suas controladas para conduzir uma investigação interna sobre alegações contidas nas investigações do MPF e PF; (ii) avaliação por assessor jurídico externo dos resultados da referida investigação interna a ser conduzida pelo escritório de advocacia especializado, se aplicável; (iii) avaliação por assessores jurídicos externos de eventuais impactos legais e regulatórios no âmbito brasileiro e americano, referente a todas as alegações contidas na investigação, considerando a legislação aplicável de combate a corrupção e/ou atos ilegais; (iv) avaliação pela diretoria de “*compliance*” se eventuais fraquezas materiais no ambiente de controles internos no período abrangido nas investigações remanescem no atual cenário de governança e controles internos da Companhia; (v) reuniões periódicas para avaliação do status das avaliações a serem realizadas; (vi) apresentação do resultado de todas as avaliações a serem realizadas aos membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”), ligado ao Conselho de Administração da Companhia. Neste contexto, em fevereiro de 2020, o escritório de advocacia especializado concluiu sua investigação independente interna. Com base em entrevistas, informações e documentos apresentados pela administração da Companhia, bem como pela existência de limitações inerentes dado o período de abrangência da referida investigação (2003 a 2019), não foram identificados indicativos de ilegalidades praticadas pela Companhia, no âmbito das alegações contidas na Investigação do MPF e PF, “Operação Mapa da Mina”. O referido relatório de uso interno foi amplamente discutido e apresentado aos membros do Comitê Multidisciplinar, bem como aos membros do CARC.

Notas Explicativas

c) Alienação de imóvel

Conforme divulgado ao mercado em 30 de janeiro e 26 de fevereiro de 2020, a Companhia vendeu imóvel de sua propriedade localizado na Rua General Polidoro nº 99, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, à Alianza Gestão de Recursos Ltda., pelo valor de R\$ 120,5 milhões, no dia 21 de fevereiro de 2020, dando continuidade a seu projeto de venda de ativos “*non-core*”, em linha com o previsto em seu Plano de Recuperação Judicial e em seu Plano Estratégico (Nota 30 (b)).

A operação foi autorizada pelo Juízo da Recuperação Judicial, após a manifestação favorável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial. Da mesma forma, a ANATEL confirmou a desvinculação do Imóvel da Relação de Bens Reversíveis da Companhia.

d) Potenciais efeitos da pandemia do COVID-19

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em março classificou-a como uma pandemia que tem provocado mortes e a imposição de medidas que causam impactos sociais e econômicos sem precedentes no Brasil e no mundo.

A Companhia entende o papel fundamental das telecomunicações para sociedade, está cumprindo as recomendações de saúde e segurança estabelecidas pelas autoridades e vem monitorando a situação, seus desdobramentos e possíveis impactos. Por esta razão, mantém desde março de 2020 uma equipe multidisciplinar de resposta à crise focada na garantia da continuidade de sua operação e atendimento de seus clientes, na saúde de seus funcionários e no acompanhamento de ações de combate aos efeitos da pandemia.

Entre as principais medidas adotadas pela Companhia, destacamos:

- “*Home Office*”: cerca de 84% da força de trabalho está trabalhando remotamente e têm conseguido cumprir suas funções sem qualquer interrupção;
- Trabalho de campo seguro: colaboradores cujas atividades não são compatíveis com o “*home office*”, tais como técnicos de serviços externos (classificados pelas autoridades como serviço essencial), seguem protocolos sanitários e preventivos, entre eles a utilização de EPIs (equipamentos de proteção individual) e o isolamento tempestivo de eventuais casos suspeitos ou confirmados;
- Foco no cliente: a Companhia instituiu algumas medidas para auxiliar seus clientes durante a pandemia, por exemplo, concedendo a extensão dos prazos de pagamento em até 10 dias, mediante solicitação, e estabelecendo em alguns casos planos de pagamento que preveem a suspensão da cobrança de juros em contas em atraso;
- Cobertura de estoques: mantemos comunicações regulares com nossos fornecedores e prestadores de serviços de modo a garantir as entregas de insumos e equipamentos em tempo hábil e prevenir interrupções em nossa cadeia logística e suprimentos;
- Fortalecimento da rede: a Companhia reagiu rapidamente ao aumento da demanda por serviços de telecom e ativou novos circuitos em sua infraestrutura de “*backbone*” que não sofreu nenhum declínio relevante mesmo com o aumento de tráfego.

Entre março e maio de 2020 autoridades locais e regionais promoveram e aplicaram medidas de isolamento social e quarentena e promulgaram decretos limitando as operações comerciais “*não essenciais*”, o que resultou no fechamento de lojas da Companhia no varejo e de canais de distribuição

Notas Explicativas

do seu serviço móvel impactando, por exemplo, a receita com recargas do pré-pago. Em contrapartida houve um aumento significativo na demanda por nossos serviços de banda larga especificamente, os serviços FTTH, tanto de clientes residenciais quanto de B2B.

A partir de junho de 2020, muitos estados e municípios iniciaram o processo de reabertura gradual e flexibilização das medidas restritivas. Desta forma, cumprindo todos os protocolos estabelecidos, a Companhia retomou as atividades de aproximadamente 70% das suas lojas próprias, ainda que permaneçam sendo monitoradas as situações em cada localidade para o caso de eventuais alterações.

Embora o cenário seja adverso e ainda hajam incertezas sobre sua duração e efeitos, até o momento não temos registros de desvios materiais em nossas operações e resultados. Além disto, a Companhia intensificou a digitalização de processos, canais de vendas e atendimento, telemarketing e teleagentes o que tem permitido uma rápida e crescente recuperação e retomada de patamares pré-COVID.

e) Aumento de capital de controlada

Em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, no dia 8 de junho de 2020, foi aprovado o aumento de capital da controlada indireta BrT Multimídia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 822.673. O referido aumento de capital foi totalmente integralizado pela acionista, controlada indireta da Companhia, Oi Móvel, mediante contribuição do acervo líquido, objeto do Laudo de Avaliação emitido por empresa especializada, formado por ativos imobilizado e intangível, relacionados ao FTTH (“*Fiber-to-the-Home*”) e de materiais de uso e consumo para aplicação na expansão de FTTH, e pelo saldo de dividendos a pagar a sua controladora.

Em alinhamento com o Plano estratégico, divulgado em julho de 2019, com foco na expansão da rede de fibra ótica, a controlada indireta BrT Multimídia passará a concentrar a infraestrutura de telecomunicações de fibra ótica, com o objetivo de acelerar os investimentos e atingir o maior número de residências que demandam por tal tecnologia com alta velocidade de conexão e qualidade na prestação de serviço, além de se posicionar num papel relevante na criação da principal provedora de infraestrutura para outras operadoras de telecomunicações do País.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Propostas vinculantes de terceiros para aquisição do negócio Móvel da Companhia

Em 10 de março de 2020, a Oi divulgou ao mercado, por meio de fato relevante, que seu assessor financeiro, Bank of America Merrill Lynch (“BofA”), havia recebido manifestações de terceiros interessados no negócio móvel da Companhia, dentro de um processo de consulta de mercado (“*market sounding*”), realizado para a melhor identificação das oportunidades relativas aos ativos móveis da Companhia e suas controladas diretas e indiretas (“Sociedades Oi”).

Em conexão com tal processo de “*market sounding*”, o BofA recebeu, em 18 de julho de 2020, propostas vinculantes de terceiros pelo ativo móvel da Companhia, em linha com o Plano Estratégico de transformação das suas operações e com a proposta de Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditamento ao PRJ”), protocolada perante o Juízo da Recuperação Judicial em 15 de junho de 2020, a qual prevê a alienação de uma unidade produtiva isolada contendo a operação móvel das Sociedades Oi (“UPI Ativos Móveis”), por meio de processo competitivo na forma da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), a ser realizado oportunamente após a aprovação do Aditamento ao PRJ em Assembleia Geral de Credores e posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Posteriormente, em 22 de julho de 2020, a Companhia celebrou Acordo de Exclusividade com a Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., que tinha apresentado, por meio do BofA, a melhor oferta vinculante, acima do preço mínimo estabelecido, para a aquisição da UPI Ativos Móveis. O referido acordo expirou no dia 3 de agosto de 2020.

Além disso, no final do dia 27 de julho de 2020, a Companhia recebeu oferta vinculante revisada apresentada conjuntamente por Telefônica Brasil S.A., TIM S.A. e Claro S.A. (“Proponentes”), no valor de R\$ 16,5 bilhões, acrescido do compromisso de celebração de contratos de longo prazo de prestação de serviços de capacidade de transmissão junto à Oi. Tal oferta, em condições financeiras mais vantajosas do que as propostas anteriores, está sujeita a condições normais em processos desta natureza.

Em 7 de agosto de 2020, a Companhia firmou Acordo de Exclusividade com as Proponentes, com o objetivo de negociar exclusivamente com as Proponentes os documentos e anexos relativos à referida oferta revisada (“Acordo”).

O Acordo visa a garantir segurança e celeridade às tratativas em curso entre as partes, bem como permitir que, sendo satisfatoriamente finalizadas as negociações dos documentos, a Oi tenha condições de pré-qualificar as Proponentes, na condição de “*stalking horse*”, para participação no processo competitivo de alienação da UPI Ativos Móveis, garantindo assim o direito de cobrir (“*right to top*”) outras propostas recebidas no referido processo.

O Acordo tem vigência inicial até o dia 11 de agosto de 2020 e será renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, salvo se houver manifestação em contrário por qualquer das partes.

b) Propostas vinculantes de terceiros para aquisição de torres de telecomunicações

A proposta de Aditamento ao PRJ, protocolada pela Companhia e suas controladas em recuperação judicial em 15 de junho de 2020, perante o Juízo da Recuperação Judicial, prevê a alienação de uma unidade produtiva isolada reunindo os ativos e passivos relacionados às atividades de sites de telecomunicação “*outdoor*” e “*indoor*” de transmissão de radiofrequência da Companhia e suas subsidiárias (“UPI Torres”), por meio de processo competitivo na forma da LRF, a ser realizado após aprovação do Aditamento ao PRJ em Assembleia Geral de Credores e posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial.

No dia 18 de julho de 2020, a Telemar e a Oi Móvel receberam proposta vinculante, irrevogável e irretroatável da Highline, para a aquisição da UPI Torres. De acordo com a proposta, observadas determinadas condições, a Highline se comprometeu a adquirir a UPI Torres, caso seja vencedora de processo competitivo na forma da LRF, pelo valor de R\$ 1.076.740.878,00, estabelecido com base na receita líquida dos sites de telecomunicação. A proposta está em linha com a implementação do Plano Estratégico de transformação das operações das Empresas Oi e com a proposta de Aditamento ao PRJ.

Notas Explicativas

c) Reestruturação societária para formação da UPI Torres

Em 1 de julho de 2020, a Telemar incorporou sua controlada direta Dommo Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Dommo”), que se extinguiu e foi sucedida a título universal pela Telemar. Tendo em vista que a totalidade das quotas sociais de emissão da Dommo era detida pela Telemar, a incorporação não produziu qualquer efeito no capital social desta última, não ocorrendo qualquer aumento ou redução do mesmo, nem emissão de novas ações.

Posteriormente, em 3 de agosto de 2020, a controlada da Telemar, Caliteia RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Caliteia”), promoveu aumento de seu capital social, no valor aproximado de R\$ 35 milhões, o qual foi subscrito e integralizado pela Telemar e Oi Móvel, mediante a transferência, para a Caliteia, de torres de telecomunicações “*outdoor*” e “*indoor*”, bem como de direitos e obrigações contratuais relacionados às operações das mesmas.

A incorporação da Dommo e o aumento de capital da Caliteia estão em linha com o plano estratégico de transformação da Companhia e com a proposta de Aditamento ao PRJ e constituem etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Empresas Oi descrito no PRJ, tendo como objetivo a otimização de suas operações, ativos e passivos e, mais especificamente, a formação da UPI Torres.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Varição entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	49.884	175.146	(254.510)	574.641
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	117.570	56.472	248.610	161.615
Compensação de tributos a recuperar contra tributos a recolher	510.090	461.938	2.005.109	1.843.988
Aumento de capital		337.475		337.475
Aumento de capital em controlada		7.437.061		
Liquidação de obrigações com ações próprias (Notas 1 e 26 (b))		46.680		46.680

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 20.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Oi S.A – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as informações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram, entre outros aspectos: (i) cumprimento dos requerimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e na Lei nº 11.101/2005; (ii) sucesso na implementação do plano estratégico para reversão dos prejuízos acumulados consolidados que, em 30 de junho de 2020, totalizaram o montante de R\$ 27.417.403 mil; e (iii) atendimento de cláusulas restritivas de empréstimos e financiamentos (covenants). Em 15 de junho de 2020, a Companhia protocolou, junto ao Juízo da Recuperação Judicial, uma proposta de aditamento ao PRJ com o objetivo de obter, entre outros aspectos, maior flexibilização de determinados termos e condições do atual PRJ, bem como estender o prazo da recuperação judicial que se encerraria em 04 de fevereiro de 2020. Em 13 de agosto de 2020, a Companhia protocolou uma proposta atualizada do aditamento ao PRJ, atualizando determinados termos e condições previstos na proposta anteriormente protocolado. O referido aditamento ao PRJ será submetido à votação em uma nova Assembleia Geral de Credores (AGC), cujo Juízo da Recuperação Judicial homologou as datas para realização da referida AGC para os dias 08 e 14 de setembro de 2020, em primeira e segunda convocações, respectivamente. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir

se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 – S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/20, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

–

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Camille Loyo Faria
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/20, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

–

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020.

Rodrigo Modesto de Abreu
Diretor Presidente

Camille Loyo Faria
Diretora de Finanças e Relações com Investidores